



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 106 - QUARTA-FEIRA, 28 DE JUNHO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário
Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário
Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário
1º - Serys Slhessarenko – PT-MT
2º - Papaléo Paes – PSDB-AP
3º - Alvaro Dias – PSDB-PR
4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31
LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾ LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp	LÍDER Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Ams Fátima Cleide LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾ LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDER DO PDT (vago) LÍDER DO PMR – 1 Marcelo Crivella	LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <u>Ronald Cavalcante Gonçalves</u> Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia
---	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽⁶⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 90ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 27 DE JUNHO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Matéria recebida da Câmara dos Deputados

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2003 (nº 5.704/2005, naquela Casa), que altera o art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública, legitimando para sua propositura a Defensoria Pública (encaminhado por meio do Ofício nº 395, de 2006, do 1º Secretário da Câmara dos Deputados)..... 21678

1.2.2 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 398/2006, 23 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2006, oferecido à Medida Provisória nº 285, de 2006, que dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE e dá outras providências, com as Emendas de Redação de nºs 1 e 2. 21679

1.2.3 – Discurso do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Cumprimentos à decisão do Superior Tribunal de Justiça que firmou entendimento sobre legitimidade dos sindicatos em atuarem na defesa de todo e qualquer direito individual e coletivo dos integrantes das categorias que representam. Participação de S. Exª na I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Apelo para que escritores e editoras ofereçam suas obras em formato digital, a fim de que sejam conhecidas por pessoas portadora de deficiência visual. Considerações sobre projeto que está sendo implantado no Rio Grande do Sul para promover a inclusão das pessoas com deficiência..... 21680

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Lembrando a realização de sessão conjunta do Congresso Nacional amanhã, quarta-feira, dia 28, às 12 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação do Projeto de Lei nº 2-CN, de 2006, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2007 e dá outras providências..... 21696

1.2.5 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Apelo no sentido da contratação de tradutores da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS para a TV Senado. Votos de pesar pelo falecimento da Sra. Guita Mindlin, e do Geógrafo Orlando Valverde, que dedicou mais de 30 anos de vida a pesquisas na região Amazônica. Votos de aplausos ao Serviço de Anatomia Patológica da Universidade Federal do Amazonas, e aos escritores Wastony Aguiar e Evaldo Ferreira. Registro dos 41 anos do Hospital Getúlio Vargas de Manaus. Comentários sobre a suspensão da greve dos servidores do Poder Judiciário..... 21696

SENADOR TIÃO VIANA – Leitura do artigo do jornalista Gilberto Dimenstein, intitulado “O milagre na educação de Lula” e publicado no último domingo pelo jornal **Folha de S. Paulo**, em que o articulista afirma que a educação deve ser encarada como um projeto de nação. 21701

SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Esforços para que, no prazo da lei, possam ser feitas as correções das distorções salariais que atingem vários servidores, de várias categorias, principalmente os da Polícia Federal. 21706

SENADOR NEY SUASSUNA – Registro da realização do Encontro Paraíba do Futuro, na cidade de Santa Rita. Cobranças ao governo federal de uma solução definitiva para a agricultura da Paraíba tais como: a dívida dos agricultores, o problema dos plantadores de cana e a perda da equalização do custo. 21707

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES – Balanço sobre o andamento do Projeto, de autoria de S. Exª., que tramita no Senado Federal que trata sobre a ampliação da licença maternidade as trabalhadoras da iniciativa privada. 21709

1.2.6 – Comunicação da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 171, de 2006 (nº 476/2006, na origem), de 23 do corrente, pela qual o Presidente da República, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até dez milhões de dólares dos Estados

Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Fortalecimento da Atividade Empresarial – APL. 21712

1.2.7 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *GILVAM BORGES* – Expectativas quanto a construção da Ponte sobre o Rio Oiapoque, prevista no Orçamento de 2006. 21712

SENADOR *JOSÉ AGRIPINO* – Preocupação com a situação da empresa aérea Varig e o enorme transtorno que vem sendo causado aos passageiros nos aeroportos. 21713

SENADOR *LEONEL PAVAN* – Apelo no sentido de que seja assegurado aos prefeitos que se encontram em Brasília, a certeza de que terão os recursos das emendas parlamentares liberados, visto que o prazo final para a assinatura dos convênios termina na próxima sexta-feira. 21720

SENADORA *HELOÍSA HELENA* – Elogios à decisão corajosa da Diretoria do Senado, na pessoa do 1º Secretário, que incluiu a senhora Cláudia Helena Gurgel, como dependente da Servidora Silvia Del Valle Gomide, na qualidade de companheira, excluindo todas as formas de preconceito contra a união de pessoas do mesmo sexo. 21720

SENADOR *EDUARDO SUPLCY* – Inserção, nos Anais, da entrevista concedida pelo Governador Cláudio Lembo, do PFL na revista **CartaCapital**. 21721

1.2.8 – Leitura de requerimentos

Nº 707, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao escritor amazonense Deusamir Pereira pelo lançamento, em Manaus, no dia 2 de dezembro de 2004, do livro *Amazônia Insustentável – Zona Franca de Manaus*, estudos e análise. 21726

Nº 708, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso a Wastony Aguiar Bittencourt, pelo lançamento, em Manaus, do seu livro *Crônicas de um Servidor Público*. 21726

Nº 709, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do geógrafo Orlando Valverde, no dia 14 do corrente, no Rio de Janeiro. 21726

Nº 710, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Guita Mindlin, “amiga dos livros”, ocorrido no dia 25 do corrente, em São Paulo. 21727

Nº 711, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao escritor amazonense Evaldo Ferreira, do jornal **O Estado do Amazonas**, pelo lançamento, em Manaus, do livro *“No Tempo dos Seringais”*. 21727

Nº 712, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Serviço de Anatomia Patológica da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. 21727

Nº 713, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando à Ministra de Estado do Meio Ambiente as informações que menciona. 21728

Nº 714, de 2006, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Hildebrando Rossi Filho, ocorrido no dia 20 do corrente. 21728

1.2.9 – Ofício

Nº 93/2006 de 27 do corrente, da Liderança do PSDB no Senado Federal, solicitando a exclusão do nome do Senador Alvaro Dias, como suplente, da CPMI da “Operação Sanguessuga”. 21729

1.2.10 – Mensagens do Presidente da República

Nº 172, de 2006 (nº 465/2006, na origem), de 21 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Georges Lamazière*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca, exercer o de Embaixador do Brasil na República da Lituânia, desde que obtido o agrément do governo desse país. 21729

Nº 173, de 2006 (nº 466/2006, na origem), de 21 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Luiz Fernando Gouvêa de Athayde*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago, exercer o de Embaixador do Brasil junto à Comunidade de Dominica. 21738

Nº 174, de 2006 (nº 482/2006, na origem), de 26 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Doutor *Antonio Herden Vasconcellos e Benjamin* para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a membro do Ministério Público, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Edson Carvalho Vidigal. 21744

1.2.11 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *MARCOS GUERRA* – Registro da entrevista concedida pelo doutor em Geografia Humana, Marco Antonio Mitidiero, ao **Jornal do Brasil**, edição de 12 do corrente. 21751

SENADOR *ANTERO PAES DE BARROS* – Registro do editorial intitulado “A carne-seca não é tanta”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 12 do corrente. 21753

SENADOR *JOÃO BATISTA MOTTA* – Registro da matéria intitulada “*Ex-dono da Leão nega acusação*”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, edição de 27 de maio último. 21754

SENADOR *SÉRGIO GUERRA* – Registro da matéria intitulada “*Crescer é sempre bom*,”

mas...”, publicada na revista **Veja**, edição de 7 do corrente. 21755

SENADOR **JOÃO TENÓRIO** – Registro da matéria intitulada “*Candidato, Alckmin faz promessas e ataca Lula*”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 12 do corrente. 21756

SENADOR **PAPALÉO PAES** – Registro da matéria intitulada “*Lula liberou R\$ 5,6 mi para entidade ligada ao MLST*”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 9 do corrente. 21757

SENADOR **JUVÊNCIO DA FONSECA** – Comentários sobre a matéria intitulada “*O aristocrata sem-terra*”, publicada na revista **Época**, edição de 12 do corrente. Comentários sobre o artigo intitulado “*O busto de Mário Covas e a quebradeira do MLST*”, de autoria do ex-presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado no jornal **Correio Braziliense**, edição de 11 do corrente. 21759

SENADOR **ROMERO JUCÁ** – Recebimento do Relatório de Atividades da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, referente ao ano de 2005. 21762

1.2.12 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, quarta-feira, dia 28, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 21762

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – EMENDA

Nº 1, apresentada à Medida Provisória nº 298, de 2006. 21768

3 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 144, de 2006. 21769

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 1.141 a 1.158, de 2006. 21770

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

6 – SECRETARIA DE COMISSÕES

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

17 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 90ª Sessão Não Deliberativa, em 27 de junho de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana e Romeu Tuma

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, substitutivo recebido da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 131, DE 2003

(Nº 5.704/2005, naquela Casa)

Altera o art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública, legitimando para sua propositura a Defensoria Pública.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera o art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1995, que disciplina a ação civil pública, legitimando para a sua propositura a Defensoria Pública.

Art. 2º O art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar:

- I – o Ministério Público;
- II – a Defensoria Pública;
- III – a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- IV – a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista;
- V – a associação que, concomitantemente:

a) esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil;

b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre con-

corrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

..... “ (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO APROVADO PELO SENADO FEDERAL E ENCAMINHADO À CÂMARA DOS DEPUTADOS PARA REVISÃO:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar:

- I – o Ministério Público;
- II – O Presidente da República;
- III – a Mesa do Senado Federal;
- IV – a Mesa da Câmara dos Deputados;
- V – o Governador de Estado e do Distrito Federal;
- VI – a Mesa das Assembleias Legislativas e das Câmaras Distrital e Municipais;
- VII – o Prefeito de Município;
- VIII – a Defensoria Pública;
- IX – o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e suas seccionais;
- X – a autarquia, empresa pública, fundação, sociedade de economia mista, federal, estadual ou municipal;
- XI – associação que concomitantemente:

a) esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano, nos termos da Lei Civil;

b) inclua entre suas finalidades institucionais a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico”. (NR)

Art. 2º O art. 5º da Lei nº 7.347, de 1985, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

“Art. 5º

§ 7º Na hipótese de o parlamentar perder o mandato no curso da ação por ele proposta, será o Ministério Público intimado para assumir a titularidade ativa, sem prejuízo da faculdade de qualquer outro legitimado assumir o pólo ativo da ação”. (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de agosto de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985

Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências.

Art. 5º A ação principal e a cautelar poderão ser propostas pelo Ministério Público, pela União, pelos Estados e Municípios. Poderão também ser propostas por autarquia, empresa pública, fundação, sociedade de economia mista ou por associação que:

I – esteja constituída há pelo menos um ano, nos termos da lei civil;

II – inclua entre suas finalidades institucionais a proteção ao meio ambiente ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11-6-1994)

§ 1º O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.

§ 2º Fica facultado ao Poder Público e a outras associações legitimadas nos termos deste artigo habilitar-se como litisconsortes de qualquer das partes.

§ 3º Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa. (Redação dada pela Lei nº 8.078, de 1990)

§ 4º O requisito da pré-constituição poderá ser dispensado pelo juiz, quando haja manifesto interesse

social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido. (Incluído pela Lei nº 8.078, de 11-9-1990)

§ 5º Admitir-se-á o litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida esta lei. (Incluído pela Lei nº 8.078, de 11-9-1990) (Vide Mensagem de veto) (Vide Resp 222582/MG – STJ)

§ 6º Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial. (Incluído pela Lei nº 8.078, de 11-9-1990) (Vide Mensagem de veto) (Vide Resp 222582/MG – STJ).

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O Substitutivo da Câmara ao **Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2003**, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 398/06/PS-GSE

Brasília, 23 de junho de 2006

Assunto: comunica envio de PLV à sanção presidencial

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, na Sessão Plenária do dia 13-6-06, foi aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2006, oferecido por essa Casa à Medida Provisória nº 285/06, do Poder Executivo, o qual “dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE e dá outras providências”.

2. Comunico ainda que o Plenário aprovou as Emendas de Redação de nºs 1 e 2, apresentadas por esta Casa, ao PLV nº 19/06.

3. Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

4. Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e cópia dos autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O expediente lido, juntado ao processado do **Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2006**, proveniente

da Medida Provisória nº 285, de 2006, vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao eminente Senador Paulo Paim. A seguir, falará o Senador Arthur Virgílio.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Senador Tião Viana, Vice-Presidente desta Casa, que preside a sessão; Senador Arthur Virgílio; Senadora Heloísa Helena; senhoras e senhores, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, na sessão do dia 12 de junho, firmou entendimento de que os sindicatos podem atuar na defesa de todo e qualquer direito individual e coletivo dos integrantes das categorias que representam.

Sr. Presidente, trago à tribuna essa decisão, porque entendo que é uma grande vitória do movimento sindical, pois, há quase uma década, ela é esperada.

A decisão põe fim a um recurso extraordinário interposto pelo Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Passo Fundo – RS, contra a decisão do Tribunal Superior do Trabalho – TST, que entendia que o art. 8º, inciso III, da Constituição Federal não autorizava a substituição processual da parte legitimada pelo Sindicato. Enfim, essa decisão acaba, de forma definitiva, garantindo que os sindicatos possam ser substitutos processuais. Portanto, está de parabéns o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Passo Fundo, do meu Rio Grande do Sul!

Sr. Presidente, a Constituição de 1988, de cuja elaboração fiz parte, estabeleceu, de forma clara, a possibilidade de os sindicatos defenderem os trabalhadores. Vejamos o que diz o inciso III do art. 8º da Constituição: “III – Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas”.

A substituição processual, dessa forma, protege o trabalhador, que é a parte mais frágil, de possíveis retaliações por parte dos empregadores, além de racionalizar as demandas no Judiciário, pois, em vez de milhares de processos individuais, há somente uma única demanda movida pela entidade sindical, e, ainda, os honorários pagos pelos trabalhadores poderão diminuir consideravelmente em virtude do ganho em escala.

O movimento sindical tem restabelecido esse importante instrumento de defesa dos direitos dos trabalhadores, já previsto na Constituição, visto que eles poderão atuar em nome dos trabalhadores em qualquer tipo de litígio.

Quero cumprimentar os Srs. Ministros do Supremo Tribunal Federal, que restabeleceram o entendimento de que os sindicatos têm legitimidade para defender os direitos do conjunto da sua categoria. Essa decisão vem ao encontro do projeto de lei complementar que apresentei ainda quando Deputado Federal. À época, estabeleceu-se uma polêmica: o sindicato poderia ou não ser substituto processual? Agora, a questão está resolvida.

Mas há outra decisão, Sr. Presidente, que também me deixou satisfeito, a que foi proferida pela 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça – STJ, que, embora tenha sido uma decisão interpartes, vai ao encontro de outro projeto de minha autoria que está tramitando nesta Casa Legislativa, o Projeto nº 320/2005.

A Turma entendeu que o desconto do Imposto de Renda sobre o montante da verba previdenciária paga de uma só vez deve ser calculada de acordo com as parcelas mensais do benefício e não sobre o total pago. E, ainda, o pagamento deverá observar a legislação vigente à época do benefício e as alíquotas e faixas de isenção previstas para o recolhimento do Imposto.

Quero repetir, por questão de justiça, dois trechos do voto do Ministro Luiz Fux, relator do recurso especial, aprovado por unanimidade pelos demais Ministros da 1ª Turma. Diz ele: “Se os proventos, mesmo revistos, não seriam tributáveis no mês em que implementados, também não devem sê-los quando acumulados pelo pagamento a menor pela entidade pública”. E diz ainda:

O aposentado não pode ser apenado pela desídia da autarquia, que se negligenciou em aplicar os índices legais de reajuste do benefício. Nessas hipóteses, a revisão judicial tem natureza de indenização, pelo que o aposentado deixou de receber mês a mês.

Cumprimento aqui, mais uma vez, os Ministros pela brilhante e acertada decisão, ao tempo em que faço mais um apelo à Comissão de Assuntos Econômicos da Casa a respeito do PLS nº 320/2005, de minha autoria. Já falei com o Senador Luiz Otávio a respeito, porque nunca há **quorum** para votá-lo. A alegação é sempre a de que não há número suficiente de presentes para a devida votação. Agora, não há motivo para não se votar a matéria, porque já há uma decisão, em última instância, quanto a esse caso, Sr. Presidente.

Senador Tião Viana, se V. Exª me permitir – fique tranquilo os outros Senadores, porque não lerei todo este número de páginas, que são quase noventa –, vou apresentar o motivo deste documento e pedir que seja registrado nos Anais da Casa.

Sr. Presidente, Senador Tião Viana, a história que vou relatar diz respeito à minha participação na I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Tive a alegria de participar desse evento, explicando o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que foi aprovado na íntegra.

A decisão da Conferência se deu no sentido de que o Estatuto da Pessoa com Deficiência deverá ser aprovado depois que aprovarmos internacionalmente o que está sendo discutido em Washington, que é a Convenção Internacional sobre a Pessoa com Deficiência.

Ficou acertado que a Convenção será aprovada em Washington provavelmente entre janeiro e fevereiro. E, em março, então, se essa for a vontade do Congresso, aprovaremos aqui o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Sr. Presidente, recentemente, tomei conhecimento da história de Marilza Matos, baiana, doutoranda em Filosofia, que tem deficiência visual desde 1970. Marilza escreveu ao escritor e cronista Rubem Alves, falando do prazer que sente ao ler seus poemas e crônicas, e disse que, infelizmente, apenas tinha acesso aos textos que eram publicados em jornais e que ela podia ler pela Internet com um aparelho colocado no computador. Infelizmente, Marilza não tinha acesso aos seus livros de papel. Ela, então, pediu que o autor disponibilizasse seus livros também em cópias digitalizadas. O pedido surpreendeu o escritor, que não imaginava que seus livros pudessem ser inacessíveis para alguém. Após o pedido, a Editora Lago, por iniciativa do autor, publicou a Coleção Rubem Alves em áudio livro.

A história de Marilza e de Rubem Alves mostra que, cada vez mais, precisamos abrir nossos olhos e enxergar o mundo de maneira mais ampla.

Faço aqui, então, um apelo aos escritores e editoras: sigam o exemplo de Rubem Alves e da Editora Lago, disponibilizem suas obras em formato digital em áudio livro.

Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a quer fazer um aparte?

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a pode continuar seu pronunciamento. Quando puder, peço que me conceda um aparte.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Levem, então, a informação e o prazer da leitura àquelas pessoas que lêem o mundo com os ouvidos e com os dedos, já que não enxergam.

Se me permitir, Senadora Heloísa Helena, faço uma homenagem à minha irmã, que tinha diabetes e glaucoma, que ficou cega com quarenta anos e que, infelizmente, faleceu há cerca de oito meses. Então, acabamos ficando muito ligados e principalmente às

pessoas com deficiência. E, é claro, mexe muito conosco essa questão da cegueira.

Isso é democratizar a informação, é possibilitar que todos, por intermédio da leitura e da aquisição de conhecimento, possam desenvolver-se, crescer como indivíduo, como cidadão e como sociedade.

Sr. Presidente, aproveito esta tribuna para falar não apenas de atitudes isoladas, quero falar aqui de um projeto que está sendo implantado lá no meu querido Rio Grande do Sul, com o objetivo da promoção, da inclusão e da cidadania da pessoa com deficiência. Refiro-me ao projeto “Cantando as Diferenças”, fruto da articulação com as administrações municipais e com a sociedade civil. Atua para que, na implementação das políticas públicas, sejam contempladas todas essas ações, que reconhecem a cidadania de todos, independentemente de gênero, de opção sexual, de origem étnica, de faixa etária ou de deficiência.

A implementação desse projeto se dará, Sr. Presidente, pela capacitação de atores de políticas públicas, para que, na execução dessas políticas, se faça um corte transversal, contemplando todas as diferenças próprias da condição humana.

O projeto “Cantando as Diferenças” tem como objetivo elevar a consciência e a vivência dos direitos humanos pela aplicação dos estudos, o do idoso, o da igualdade racial, o da pessoa com deficiência e o da criança e do adolescente, no que trazem na sua essência: a inclusão social por meio da educação cultural.

Sr. Presidente, como dizia no início deste pronunciamento, tive a honra de participar da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que foi brilhante e que contou com o pronunciamento de encerramento do Presidente Lula, ao qual tive oportunidade de assistir.

Gostaria de deixar registrado o conjunto de deliberações que lá foram elaboradas e que trazem uma visão ampla da situação das pessoas com deficiência no País.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que sejam registradas nos Anais da Casa as deliberações da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Concedo um aparte à Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Paulo Paim, faço um apelo a V. Ex^a e ao Senador Tião Viana, que é membro da Mesa. Sei do esforço de V. Ex^a em relação à questão do deficiente. Há muito tempo, apresentei três projetos relacionados à questão da deficiência, tanto em relação aos surdos – não podemos falar em surdos-mudos, porque eles falam alguma coisa, emitem sons, alguns até bonitos que podem ser apreendidos por qualquer pessoa com um mínimo de sensibilidade –, como em relação aos cegos. Sabe V.

Ex^a que tenho uma filha de leite que é cega. Portanto, conheço muitas pessoas que são cegas e que são surdas, muitas pessoas que têm talentos belos e diversos e que não têm as condições objetivas de ter um computador. Com certeza, no próximo ano, não estarei aqui. O esforço que peço a V. Ex^a é que assuma esses projetos. Às vezes, fico pensando se é porque o projeto é de minha autoria que não se podem transmitir ao vivo as sessões da TV Senado em linguagem Libras. O que custa fazer isso? Pelo menos um programa da TV Senado faz a transmissão. Por que não se pode fazer isso? Qual o custo gigantesco e inimaginável de contratar três pessoas para que elas possam fazer a transmissão ao vivo em Libras? Não há justificativa para isso. Então, talvez, seja por que o projeto é da minha autoria. Do mesmo jeito, é o percentual para publicação em Braile. Eu já disse isso aqui umas quinhentas mil vezes. Já pedi isso ao Senador Tião Viana cerca de quinhentas mil vezes também. Talvez, no próximo ano, quando não estarei mais aqui, a Mesa possibilite que isso seja feito, definindo um percentual para que a Gráfica produza material em Braile. Há três anos, apresentei esse projeto, luto para isso. Já disse a V. Ex^a que estou há três anos sem produzir material, porque não há condição: tenho de abrir mão de produzir 35 mil livrinhos deste tamanho para poder produzir cem exemplares em Braile. Sei que a Gráfica do Senado faz um esforço gigantesco, mas há uma quota, que não é em Braile. Quem quiser produzir em Braile terá sua quota para produzir cinquenta ou cem livros em Braile, sem transformar em outra linguagem que não seja o Braile. Do mesmo jeito, apresentei projeto que estabelece que as editoras produzam em Braile 0,3% de algumas publicações, como alguns livros maravilhosos da Literatura mundial. Quais são os cegos do Brasil que têm um computador com um programa com a especificidade para fazê-lo? O apelo que faço a V. Ex^a é no sentido de que encaminhe esses projetos. São três projetos extremamente importantes, porque democratizam a linguagem Libras. É claro que algumas pessoas conhecem essa linguagem. Quem convive com os surdos sabe que eles ensinam para nós coisas superinteressantes. Qualquer dia desse, vou fazer um pronunciamento aqui só em Libras, dizendo o que penso de algumas pessoas neste País. Então, o apelo que faço a V. Ex^a é que esses três projetos possam ser encaminhados. Se isso não puder ser feito neste ano, talvez, no próximo ano, eles tenham a agilidade necessária. Espero que V. Ex^a possa conduzi-los, já que é o autor do Estatuto, o defensor de uma causa tão especial como essa, para que a Comissão leve em frente esses três projetos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Heloísa Helena, quero assumir aqui com V. Ex^a o compromisso de fazer de tudo para que, este ano ainda, esses três projetos de alcance ilimitado, pela sua importância para as pessoas com deficiência, sejam aprovados, enquanto V. Ex^a ainda estiver no Senado, já que é candidata à Presidência da República pelo P-SOL.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Isso os torna impossíveis – não tenho dúvida. Mas que V. Ex^a os defenda já é muita coisa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não, creio que não. Farei o possível para que isso aconteça neste ano.

Se Deus quiser – não podemos prever o futuro, como o que aconteceu com minha irmã Marlene Paim, que faleceu, de quem eu não citava o nome e alguém me lembrou de fazê-lo –, estarei aqui no próximo ano e comprometo-me a trabalhar pela aprovação dos seus três projetos!

Agradeço ao Senador Tião Viana pelo tempo que me concedeu, assim como ao Senador Renan Calheiros, por ter permitido que eu concluísse meu pronunciamento.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Plenário do STF (Supremo Tribunal Federal), na sessão de 12 de junho, firmou entendimento de que os sindicatos podem atuar na defesa de todo e qualquer direito individual e coletivo dos integrantes das categorias que representam.

Essa decisão é uma grande vitória para o movimento sindical, pois há quase uma década ela era esperada.

A decisão põe fim a um recurso extraordinário interposto pelo Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Passo Fundo – RS, contra a decisão do TST (Tribunal Superior do Trabalho) que entendia que o artigo 8º, inciso III, da Constituição Federal não autorizava a substituição processual da parte legitimada pelo sindicato.

A constituição de 1988, estabeleceu de forma clara a possibilidade dos sindicatos defenderem os trabalhadores, vejamos o que diz o inciso III do artigo 8º da CF:

“III – ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;”

A substituição processual desta forma protege o trabalhador que é a parte mais frágil, de possíveis retaliações por parte dos empregadores, além de racionalizar as demandas no Judiciário, pois ao invés de milhares de processos individuais, tem-se somente uma única demanda movida pela entidade sindical, ainda, a redução dos honorários pagos pelos trabalhadores poderá diminuir consideravelmente em virtude do ganho em escala.

O movimento sindical tem restabelecido esse importante instrumento de defesa dos direitos dos trabalhadores, já previsto na Constituição, visto que, poderão atuar em nome dos trabalhadores em qualquer tipo de litígio.

Quero parabenizar os senhores Ministros do STF, que restabeleceram o entendimento de que os sindicatos têm legitimidade para defender os direitos ou interesses individuais ou coletivos dos trabalhadores que representam.

O que vem ao encontro do projeto de lei que apresentei ainda quando exercia o mandato Deputado Federal.

Outra decisão que me deixou satisfeito, foi a proferida pela 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça – STJ, que, embora tenha sido uma decisão interpartes, vai ao encontro de um projeto que tenho tramitando nesta Casa Legislativa, o PLS 320/2005.

A Turma entendeu que o desconto do Imposto de Renda sobre o montante de verba previdenciária paga de uma só vez deve ser calculada de acordo com as parcelas mensais do benefício, e não sobre o total pago.

E, ainda, o pagamento deverá observar a legislação vigente à época do benefício e as alíquotas e faixas de isenção previstas para o recolhimento do imposto.

Quero repetir dois trechos do voto do Ministro Luiz Fux, Relator do recurso especial, aprovado, por unanimidade, pelos demais Ministros da 1ª Turma:

“Se os proventos, mesmo revistos, não seriam tributáveis no mês em que implementados, também não devem sê-los quando acumulados pelo pagamento a menor pela entidade pública”

E, ainda: “o aposentado não pode ser apenado pela desídia da autarquia, que se negligenciou em aplicar os índices legais de reajuste do benefício. Nessas hipóteses, a revisão judicial tem natureza de indenização, pelo que o aposentado deixou de receber mês a mês.”

Parabenizo os Ministros pela brilhante e acertada decisão, ao tempo em que reitero o meu desejo de que o PLS 320/2005 seja aprovado por esta Casa, tornando esse entendimento válido para todos os brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta história eu já contei quando tive a oportunidade de participar da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, mas desejo partilhá-la aqui, pois é uma história que me emociona bastante.

Recentemente tomei conhecimento da história de Marilza Matos, baiana, doutoranda em Filosofia, que têm deficiência visual desde 1970.

Marilza escreve ao escritor e cronista Rúben Alves, falando do prazer que sente ao ler seus poemas e crônicas, mas que, infelizmente, ela apenas tinha acesso aos textos que eram publicados em jornais, e que ela lia através da internet.

Infelizmente Marilza não tinha acesso aos seus livros de papel. Ela então pede que o autor disponibilize seus livros também em cópias digitalizadas. O pedido surpreende o escritor que não imaginava que seus livros pudessem ser inacessíveis para alguém.

Após o pedido, a editora Lago, por iniciativa do autor publica a **Coleção Rúben Alves** em áudio livro.

A história de Marilza e Ruben Alves mostra que cada vez mais precisamos abrir os nossos olhos e enxergar o mundo de uma maneira mais ampla.

Faço aqui, um apelo aos escritores e editoras, sigam o exemplo de Rúben Alves e da editora Lago, disponibilizem suas obras em formato digital, em áudio livro.

Levem a informação e o prazer da leitura àquelas pessoas que lêem o mundo com os ouvidos e os dedos.

Isso é democratizar a informação, é possibilitar que todos, através da leitura e da aquisição de conhecimentos possam se desenvolver, crescer como indivíduo, como cidadão, e como sociedade.

Mas, venho a esta tribuna para falar não apenas de atitudes isoladas, quero falar aqui de um projeto que já está sendo implantado lá no meu querido Rio Grande do Sul e que tem por objetivo a promoção da inclusão e da cidadania da pessoa com deficiência.

Falo do Projeto Cantando as Diferenças. Um projeto que em articulação com as administrações municipais e sociedade civil atua para que na implementação das políticas públicas sejam contempladas ações que reconheçam a cidadania de todos, independentemente de gênero, opção sexual, origem étnica, faixa etária ou deficiência.

A implementação desse projeto se dará pela capacitação de atores de políticas públicas para que na execução dessas políticas faça-se um corte transversal contemplando todas as diferenças próprias da condição humana.

O Projeto Cantando as Diferenças tem como objetivos a conscientização, e a vivência dos direitos humanos pela aplicação dos estatutos, o do idoso, da igualdade racial e da pessoa com deficiência e criança e adolescente, no que trazem em sua essência, a inclusão social através da inclusão educacional e cultural.

Sr. Presidente, como eu dizia no início deste pronunciamento, tive a honra de participar da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Com Deficiência.

Eu gostaria de deixar registrado o conjunto de deliberações que lá foram elaboradas e trazer ao conhecimento de todos:

DELIBERAÇÕES DA I CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA:

Como os cidadãos e as entidades da sociedade podem influenciar para a caracterização do direito à acessibilidade?

Exigir do Governo o cumprimento, pelas diferentes instituições, de ações que atendam as especificidades das deficiências existentes, para o pleno atendimento no âmbito Nacional, nos setores da educação, saúde, lazer, trabalho, transporte e assistência social com políticas integradas nos três níveis.

Elaborar e implementar um trabalho de conscientização pautado nas leis de acessibilidade, junto às três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal), bem como a sociedade civil (empresas, comunidades, ONG's), assegurando a observância dos princípios de direitos humanos e da inclusão social da pessoa com deficiência.

Criar e fortalecer os Conselhos de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, com caráter deliberativo, paritário e com Fundos próprios nas três instâncias governamentais, de forma obrigatória disciplinada por Lei, até o final do primeiro semestre de 2007.

Formar e fortalecer através dos Conselhos de Direitos, uma rede de atenção às pessoas com deficiência onde se possa agregar e mobilizar os cidadãos, o setor público e as organizações da sociedade civil.

Buscar junto ao Governo Federal a criação de leis de incentivos fiscais (pessoas físicas e jurídicas) para atender aos programas e projetos das entidades que defendem os direitos das pessoas com deficiência (ex: Lei de Incentivo Fiscal do ECA e da Cultura).

Garantir o direito ao trabalho da pessoa com deficiência auditiva/surdo na aquisição da carteira de habilitação profissional, na categoria "D", de baixo risco, constando nos automóveis somente os adesivos com o símbolo internacional da deficiência auditiva/surdez, conforme as normas da ABNT.

Qualificar os recursos humanos para o atendimento às pessoas com deficiência através do poder público e entidades de classe.

Implementar Comissões Permanentes de Acessibilidade com participação paritária, de caráter deliberativo e com recursos financeiros próprios, em todos os municípios do país, dentro de uma visão intersectorial, com participação e fiscalização dos Conselhos Municipais e Distrital dos Direitos da Pessoa com Deficiência, onde existirem, com a devida infra-estrutura operacional, que viabilize a implementação dos direitos estabelecidos no Decreto Federal nº 5.296/2004.

Criar coordenadorias municipais e estaduais de atenção à pessoa com deficiência para implementação da transversalidade das políticas públicas.

Implementar políticas públicas de prevenção de deficiência.

Exigir a aplicação da Emenda Constitucional nº 29, que estabelece o percentual de aporte de recursos da esfera federal (10%), estadual (12%) e municipal (15%), viabilizando junto ao SUS a concessão de órteses e próteses.

Atuar na formação, através de cursos e eventos para conscientizar a sociedade e profissionais ligados às edificações, das necessidades de acessibilidade das pessoas com deficiência.

Incentivar a formação e qualificação das pessoas com deficiência estimulando-as a assumirem o papel de protagonistas da sua própria história, exigindo, inclusive, das Promotorias e Defensorias Públicas que a legislação seja cumprida em todas as esferas.

14. Fortalecer as organizações da sociedade civil de defesa de direitos e as que prestam atendimento às pessoas com deficiência, bem como a ressignificação das mesmas, diante do paradigma da inclusão/acessibilidade numa visão universal.

15. Capacitar de forma permanente e continuada lideranças das pessoas com deficiência para participação nos Conselhos.

16. Promover a mobilização da sociedade como um todo por meio dos movimentos sociais, associações, sindicatos, conselhos, comissões permanentes, grupos de trabalho, para debates e formulação de ações para a acessibilidade, enquanto ação transversal de todas as políticas.

17. Implementar nas grades curriculares no ensino fundamental, médio e superior, conteúdo ou disciplinas sobre inclusão e acessibilidade.

18. Ampliar e/ou implementar equipe multidisciplinar qualificada no Programa de Saúde da Família, conforme realidade da região, e ampliar no município

e no estado os programas públicos de atenção às pessoas com deficiência, viabilizando o atendimento.

19. Incluir nos currículos profissionais de formação disciplinas sobre acessibilidade, desenho universal e ajudas técnicas, nos cursos de ensino superior e formação técnica.

20. Influenciar na caracterização da acessibilidade, no acompanhamento e na fiscalização das leis, fazendo valer os direitos adquiridos.

21. Promover campanhas, debates sobre inclusão e acessibilidade em todos os setores da sociedade, iniciando pela educação, a partir da educação infantil.

22. Criar, no ensino fundamental, disciplina específica sobre a questão: DIREITO E CIDADANIA trabalhada de forma obrigatória, no núcleo comum de cada instituição e não na parte transversal do ensino.

23. Implementar ações em nível federal, estadual, municipal e do distrito federal que efetivem a organização do atendimento educacional especializado, por meio da implementação de salas de recursos na própria escola ou em escolas localizadas em pontos estratégicos.

24. Criar junto às esferas de governo (Federal, Estadual, Distrital e Municipal) o cargo de intérprete, guia de intérprete, professores surdos de LIBRAS, professor em técnica de Braille e outros profissionais habilitados que atuam na área de deficiência visual e auditiva e surdo cegoira.

25. Garantir aos profissionais da educação, formação inicial e continuada com temáticas alusivas ao processo de ensino/aprendizagem de alunos com deficiência em todos os níveis e modalidades da Educação Básica, Ensino Médio e Superior.

26. Promover mudanças significativas na ação pedagógica das escolas, envolvendo toda a escola e a família de modo efetivo nas discussões e nas práticas educacionais.

27. Incentivar a criação de programas que trabalhem com psicomotricidade, estimulação precoce e preparação pré-escolar na Educação Infantil.

28. Criar mecanismos de efetivação da Lei nº 10.436/2002, regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

29. Adotar medidas específicas para que na realização de concursos públicos, inclusive, provas de vestibular, seja assegurada a utilização de recursos específicos, tais como: LIBRAS, LIBRAS tátil, outras formas de comunicação usadas por pessoas com surdocegueira, Braille, leitores, textos ampliados; sejam substituídas as questões de fonéticas das provas

de língua portuguesa dos surdos e surdocegos, bem como a flexibilidade temporal para realização das provas, principalmente, para as pessoas com mobilidade reduzida (paralisia cerebral).

Implantar, implementar e incentivar os cursos de LIBRAS e formação de intérpretes, guia-intérpretes e professores surdos, auxiliares de ensino surdos (monitores) e tíflogia (técnicas da leitura escrita no sistema Braille) bem como o curso em BRAILLE, em todas as escolas, onde os referidos cursos sejam ministrados, preferencialmente, por profissionais com deficiência (visual e auditiva/surdo), desde que sejam habilitados e formados na área, com certificado de instituição oficial.

Disponibilizar intérpretes e guias-intérpretes, com o objetivo de auxiliar pessoas surdas e pessoa surdocegas em eventos públicos.

Criar cadastro único das pessoas com deficiência para subsidiar políticas públicas.

Divulgar os direitos e as características de cada deficiência, principalmente nas escolas de educação fundamental (início do aprendizado) e nas universidades (quando se formam os profissionais).

Promover programas, projetos, benefícios e serviços de proteção social básica para as famílias no âmbito da assistência social e que garantam a convivência social e comunitária.

35. Aplicar com rigor punições aos municípios que não cumprirem a Lei de Acessibilidade criando instrumento que obrigue os municípios a instituírem os Conselhos Municipais de Direitos de Pessoas com Deficiência;

36. Criar recursos específicos dentro dos Fundos Nacional, Estadual, Distrital e Municipal de Assistência Social, Saúde, Criança e Adolescente, para o atendimento de políticas públicas e sociais pertinentes à pessoa com deficiência.

Criar um programa de incentivo às empresas com menos de 100 funcionários para a contratação de pessoas com deficiência mediante compensação financeira nos moldes do programa primeiro emprego.

Criar um percentual de 10% no Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT destinado a qualificação profissional e a geração de emprego e renda para as pessoas com deficiência.

Estabelecer percentual entre os impostos recolhidos no país a serem direcionados para o incremento de tecnologias voltadas para a pessoa com deficiência.

Definir que no mínimo 0,05% do IPTU cobrado pelos municípios serão revertidos para financiamento da acessibilidade.

Garantir que 2% da arrecadação da Federação Nacional das Entidades Seguradoras (FENASEG) sejam revertidas para a acessibilidade.

Mobilizar o Governo Federal para a vinculação de repasses de recursos financeiros aos Governos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal quanto à efetiva implantação da política de acessibilidade.

43. Implementar, junto aos municípios e o distrito federal, a criação de Coordenadorias e ou Secretarias de Acessibilidade condicionadas à realidade do município e subordinada ao controle e acompanhamento dos Conselhos Municipais e Distrital dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

44. Fomentar o empreendedorismo e o cooperativismo para as pessoas com deficiência, com o apoio de instituições financeiras e parcerias entre empresas privadas para garantir a sua inserção no mercado nacional e internacional.

45. Cobrar do Ministério Público a fiscalização dos direitos da pessoa com deficiência de forma a exigir maior agilidade dos processos para concessão de aposentadorias e benefícios para pessoas com deficiência, principalmente contra órgãos públicos.

46. Criar um Fórum permanente de acessibilidade nas três esferas do governo, envolvendo toda a sociedade civil, incluindo representantes de todos os tipos de deficiências.

47. Criar Lei Federal que obrigue Estados, Distrito Federal e Municípios a implementarem os Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência;

48. Propor aos Tribunais de Justiça a criação de Varas Judiciais Específicas para a pessoa com deficiência;

49. Fiscalizar como sociedade civil, toda e qualquer, lesão ao direito a acessibilidade, acionando o Ministério Público para que cumpra o seu papel.

50. Assegurar a efetivação imediata de projeto de lei que autorize as pessoas com deficiência que recebam qualquer Benefício Previdenciário e da Assistência Social, que ao se afastarem temporariamente do mercado de trabalho, possam retornar ao Benefício a qualquer tempo.

51. Formação de uma comissão pelo CONADE, com a participação dos conselheiros estaduais e municipais, bem como, sociedade civil para discussão do Estatuto da pessoa com deficiência e estudo da ampliação de outros grupos a serem considerados pessoas com deficiência, a exemplo dos portadores de LER/DORT (Lesão por Esforço Repetitivo/Distúrbio Ósteo-Muscular Relativo ao Trabalho), demais doenças ocupacionais, obesidade mórbida, albinismo, lábio

leporino e transplantado, entre outras patologias que levem à deficiência, para que estas possam usufruir dos direitos relativos a este segmento;

52. Garantir a permanência de peritos preparados, humanizados e capacitados na área da especialidade do requerente e/ou assegurado;

53. Garantir vagas para alunos com deficiência no ensino regular, no primeiro e segundo turno, independente da faixa etária.

54. Criação de um fundo advindo das multas das empresas que não cumprirem as leis de cota, o qual será destinado à qualificação e capacitação da pessoa com deficiência para o mercado de trabalho.

55. Implementar política de emprego e geração de renda às pessoas com deficiência, incorporando-os ao sistema produtivo buscando a sua emancipação econômica, social e pessoal;

56. Garantir a previsão de recursos nos entes federativos para que se viabilizem as ações previstas no decreto 5.296/04, bem como a criação de comissão específica para fiscalizar as ações de acessibilidade;

57. Garantir ações de reabilitação na atenção básica, na lógica da saúde da família;

58. Garantir a inclusão no programa nacional de triagem neonatal e triagem auditiva (teste da orelhinha);

59. Mobilizar o executivo, legislativo e judiciário estadual e nacional para garantir a regulamentação da emenda constitucional Nº 25 que dispõem o financiamento da saúde;

60. Aumentar a percentagem de 5% para 10% de cotas nos concursos públicos para deficientes.

55. Implantar ações e serviços de atenção ao deficiente visual no âmbito federal.

61. Rever a legislação com objetivo de que o BPC seja permanente para deficiente mental severo e ao portador de deficiência múltipla.

62. Implantar casa lar para pessoas com condutas típicas oriundas de famílias desestruturadas em situação de risco pessoal e social a partir dos doze anos de idade.

63. Adaptar a língua portuguesa de LIBRAS de forma contemplar a comunidade surda, nos concursos públicos.

64. Capacitar conselheiros nas três esferas;

Quais as etapas em que a acessibilidade arquitetônica e urbanística pode ser controlada pelos gestores públicos e pela sociedade para o alcance de políticas setoriais inclusivas ?

65. Conceber todos os projetos de desenvolvimento regional de urbanismo e arquitetura, bem

como os equipamentos auxiliares comunitários sob a ótica do desenho universal de acordo com o Decreto 5.296/2004.

66. Submeter todos os projetos de desenvolvimento de urbanismo, arquitetura e de construções à avaliação dos conselhos nacional, estadual, distrital e municipal da pessoa com deficiência e/ou das comissões permanentes de acessibilidade.

67. Vincular a liberação de verbas para os municípios e o distrito federal, pelo Ministério das Cidades, mediante a implantação do plano de acessibilidade.

68. Sensibilizar e garantir a qualificação do corpo técnico de arquitetura e engenharia, por intermédio dos conselhos regionais das respectivas áreas quanto às questões de acessibilidade e desenho universal.

69. Garantir que a celebração ou renovação da concessão e exploração do transporte de uso coletivo seja realizada mediante frota acessível, sem gerar aumento da tarifa ao usuário.

70. Contar com o incentivo do governo federal para a realização de planos estaduais, distrital e municipais de mobilidade e transporte, contemplando a acessibilidade.

71. Responsabilizar o gestor público pelas condições de acessibilidade e acompanhamento das obras pela sociedade civil.

72. Realizar campanha nacional de sensibilização e conscientização dos cidadãos sobre acessibilidade, conforme as normas técnicas e legais voltadas à inclusão da pessoa com deficiência.

73. Padronizar em nível nacional a credencial destinada à pessoa com deficiência para acessibilidade aos estacionamentos.

74. Estabelecer um mínimo de 2% dos orçamentos municipais, estaduais, distrital e federal destinados à implantação e implementação da acessibilidade da pessoa com deficiência.

75. Assegurar que nos programas e ações desenvolvidos pelo MEC na educação básica e superior, realizados também em parcerias no âmbito estadual, distrital e municipal sejam disseminados os conceitos de acessibilidade e inclusão.

76. Formular políticas públicas estruturais ligadas à acessibilidade nos campos urbanístico, arquitetônico e do acesso à comunicação e informação acessível, nas municipalidades, em especial com participação deliberativa no plano gestor.

77. Garantir continuidade na implementação e fiscalização das políticas públicas na execução das ações, independente da alternância do gestor públi-

co, sempre na observância das leis vigentes quanto à acessibilidade.

78. Implementar ações possibilitando a construção e o desenvolvimento de uma cultura que estimule a participação ativa de todos os segmentos da sociedade.

79. Efetivar a acessibilidade, garantida a participação, com voz e voto, de todos os segmentos envolvidos para o planejamento, a implementação, a execução e a indispensável fiscalização por parte dos atores sociais, de seus conselhos estaduais, distrital e municipais de defesa dos direitos das pessoas com deficiência, do CONADE e afins, no exercício da cidadania para o controle social das políticas públicas.

80. Adequar os planos diretores municipais e distrital a lei e ao Decreto federal 5.296/2004 de acessibilidade.

81. Cumprir a lei de acessibilidade nos projetos de calçadas, bem como a criação de ciclovias.

82. Garantir acesso aos transportes coletivos com frota adaptada.

83. Capacitar de forma continuada os técnicos aptos a aprovarem projetos nos diversos segmentos federais, estaduais, municipais e distrital quando os mesmos tratarem de obras, reformas e aquisição de equipamentos.

84. Incluir na formação profissional dos técnicos, engenheiros civis, arquitetos e afins, o cumprimento do art. 10 do decreto 5.296/2004.

85. Aprovar projetos e fiscalização das obras com intensificação na exigência do cumprimento da NBR 9050/2005 nas construções, reformas e ampliações.

86. Criar mecanismo fiscalizador do cumprimento de projetos de acessibilidade nas obras financiadas pela União e Estados, coibindo a liberação de verbas para os municípios que não cumprirem a acessibilidade.

87. Assegurar a realização de audiências públicas para assinar termo de conduta com órgãos públicos e privados para garantia da acessibilidade.

88. Criar ouvidoria, por disk denúncia, para fiscalizar os descumprimentos dos direitos da pessoa com deficiência, de forma que trabalhe em consonância com o Ministério Público, para que se apliquem as devidas sanções.

89. Garantir a participação da sociedade organizada nas etapas de construção dos instrumentos de planejamento (PPA, PDU, LOA, LDO e nos planos de políticas setoriais, como educação, saúde, transporte e urbanismo) na etapa da aprovação desses instrumentos (pelo legislativo, executivo, conselhos, comissões

sões) e no acompanhamento, controle e avaliação da execução desse planejamento.

90. Buscar junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mecanismos de fiscalização na tramitação prioritária de ações processuais que envolvam questões da pessoa com deficiência, em todos os órgãos que compõem o Poder Judiciário.

91. Garantir que as etapas de projetos de financiamento de obras públicas e ou coletivas sejam avaliadas pelas comissões e conselhos para garantir a acessibilidade.

92. Capacitar as equipes técnicas lotadas nas secretarias municipais, estaduais, distrital e federal de infra-estrutura com a finalidade de fiscalizar, acompanhar e monitorar todas as obras de infra-estrutura, conforme a lei vigente de acessibilidade.

93. Regulamentar leis municipais e distrital que garantam o cumprimento de normas nacionais de acordo com o decreto 5.296/2004 no art. 2º

94. Enviar solicitação do CONADE para as casas legislativas estaduais, distrital e municipais, do cumprimento da chancela da lei de acessibilidade.

95. Assegurar que o CONADE promova campanha de divulgação dos principais instrumentos de acessibilidade arquitetônica e urbanística envolvendo os conselhos estaduais, distrital e municipais.

96. Garantir recursos financeiros para acessibilidade arquitetônica das unidades de saúde e educação, prioritariamente.

97. Criar sistema de sinalização em ponto de embarque e desembarque de todos os meios de transporte específico para pessoas com qualquer tipo de deficiência.

98. Garantir espaço nas vias públicas, nas proximidades de instituições prestadoras de serviço, para embarque e desembarque de pessoas com deficiência, sem uso para estacionamento, utilizando selos móveis específicos para condutores e conduzidos, padronizando-os em nível nacional.

99. Incluir conteúdos ou disciplinas de acessibilidade e de inclusão nos diversos cursos de graduação, pós-graduação e extensão em todo o país.

100. Garantir, na forma de lei, que os municípios e o distrito federal definam os critérios e as condições das construções em vias públicas, multifamiliares, populares e de uso público, visando à inclusão social das pessoas com deficiência.

101. Exigir, que moradias econômicas com financiamento de recursos públicos, sejam construídas atendendo às normas de acessibilidade, com acompanhamento dos Conselhos de Direitos da Pessoa

com Deficiência, e fiscalização do CREA através da exigência da anotação de responsabilidade técnica – ART de acessibilidade conforme estabelecido no Decreto 5.296/2004.

102. Criar o selo de qualidade para edificações e espaços públicos acessíveis, em parceria com entidades como o CREA e chancelado pelas Coordenadorias e Conselhos de Direitos de Pessoas com Deficiência.

103. Garantir percentual mínimo de 15% de moradias para pessoas com deficiência em programas de habitação de interesse social.

104. Realizar diagnóstico das condições de acessibilidade arquitetônica e urbanística em todos os edifícios de uso público e coletivo em âmbito federal, estadual, distrital e municipal, como subsídio para o encaminhamento ao Ministério Público.

105. Criar lei que garanta a aplicação de parte de tributos municipais (ex. IPTU) para a promoção da acessibilidade nas calçadas e edifícios nos municípios brasileiros.

106. Exercer o controle social na execução e uso dos logradouros.

107. Garantir na Lei de Diretrizes Orçamentária recursos específicos para as adaptações e construções urbanísticas e arquitetônicas acessíveis.

108. Garantir que as obras de uso coletivo a serem construídas pelo poder público e/ou privado só tenham seu alvará de construção liberado se atenderem as normas técnicas de acessibilidade previstas no decreto 5.296/2004.

109. Assegurar que as obras que não atendam ao desenho universal de acessibilidade sejam embargadas através de ações de entidades representativas junto ao Ministério Público, federal, distrital e estadual.

110. Aprovar Lei estadual exigindo o plano de acessibilidade pelos municípios, prevendo penalidades aos gestores públicos pelo não cumprimento do Decreto 5.296/2004, com cassação de mandato dos gestores ou ordenadores de despesas.

Quais são os papéis do poder público, do setor privado e da sociedade para que todos os tipos de transportes coletivos se tornem acessíveis?

Papel do poder público:

111. Construir uma política nacional de gratuidade, em todos os tipos de transporte, para pessoas com deficiência, inclusive pacientes renais crônicos e transplantados, com validade em todo território nacional, com direito a acompanhante, implantando a carteira única nacional, e assumindo o poder municipal a responsabilidade pela liberação e emissão do passe livre.

112. Garantir recursos, nas três esferas de poder, para a implementação das políticas públicas que assegurem a acessibilidade no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

113. Reverter para o Fundo do Conselho de Direitos da Pessoa com Deficiência os valores referentes às multas decorrentes do não cumprimento das leis de acessibilidade, nas três esferas de governo, para custear programas e projetos aprovados pelos conselhos em prol das pessoas com deficiência.

114. Criar uma política nacional de estacionamento com vagas reservadas para pessoas com deficiência, sendo emitidos cartões, pelo órgão regulador do sistema, com a identificação da pessoa com deficiência e do veículo.

115. Divulgar os amparos legais que garantam os direitos do transporte e acompanhar a execução da ação de política do transporte.

116. Proibir a colocação aleatória do símbolo internacional de acesso em veículos de transporte coletivo que não se utiliza do sistema de acesso pleno e eficaz, deixando de certificar as empresas que se dizem asseguradas do acesso pleno e seus veículos.

117. Exigir da iniciativa privada transportes coletivos acessíveis, com rampas, espaço destinado à cadeira de rodas, bem como as formas de embarque a partir de pontos de parada com elevado direto ao veículo de transporte coletivo, ou preferencialmente, veículos rodoviários de piso baixo, etc., obedecendo às normas do Decreto nº 5.296/2004, que contempla em especial o transporte coletivo de massa, fazendo cumprir o prazo do referido decreto e o artigo 38 e seus parágrafos.

118. Realizar contratos de concessão para as empresas de transportes coletivos em todas as modais, com obrigatoriedade de frota acessível ou escalonamento do processo de adaptação de veículos com:

revisão das concessões existentes e as acessibilidades implantadas progressivamente;

renovação da frota;

cassação das concessões e permissões das empresas responsáveis pela gestão dos serviços de transportes coletivos, que não disponibilizem sua frota de veículos adaptados, conforme estas normas técnicas;

cancelamento de repasse de recursos destinados para transportes dos Municípios, Distrito Federal e Estados das empresas que não cumprirem as normas da legislação vigente.

119. Exigir nos editais de licitações que envolvam a prestação de um serviço público por concessão, como o transporte coletivo terrestre, aeroviário e aquaviário, que as empresas obedeçam às normas de acessibilidade, segundo o princípio do desenho universal.

120. Desenvolver Campanha Permanente de Educação para o respeito à diversidade humana no campo do transporte público e coletivo, e promover campanhas de conscientização dos funcionários das empresas de transportes e da população em geral.

121. Repassar os recursos financeiros por parte do poder público, para que os Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência possam melhor se aparelhar para fiscalizar e acompanhar as políticas públicas.

122. Condicionar a liberação de verbas federais e estaduais para obras de urbanização nos municípios ao atendimento das normas de acessibilidade da ABNT.

123. Criar dentro da Secretaria Municipal responsável pelos sistemas de transportes coletivos, em todos os municípios, de um setor de fiscalização capacitado para verificar os aspectos de acessibilidade e atendimento a pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

124. Responsabilizar efetivamente o poder público pelo entorno e pelas paradas, portos (ródulos) ou trapiches para que se tornem acessíveis.

125. Capacitação permanentemente, o setor público e privado, de motoristas, cobradores, condutores, administradores e demais trabalhadores envolvidos no sistema de transporte, bem como, sinalização luminosa onde se fizer necessário.

126. Ampliar para 10% o número de vagas reservadas para as pessoas com deficiência e garantir o direito de reserva de vaga nos estacionamentos públicos e privados para todos os tipos de deficiências.

127. Criar mecanismos para o cumprimento das leis de acessibilidade existentes, obedecendo ao desenho universal, definindo a sua regulamentação e impondo sanções aos infratores.

128. Fazer cumprir a lei de criação do transporte adaptado para pessoa com deficiência pelo poder executivo em todas as esferas.

129. Viabilizar transporte adaptado ou realizar a adaptação da frota já existente, para a condução de alunos com deficiência.

130. Criar um cadastro de famílias de pessoas com deficiência severa, nas regiões de difícil acesso à via pública, para possível solução, caso a caso.

131. Criar exigências para que as auto-escolas se estruturem para formar condutores com deficiência,

disponibilizando veículos adaptados, com adequação específica de sinalização para surdos.

132. Capacitar os profissionais dos DETRANs e donos de concessionárias para reconhecer o direito das pessoas com deficiência/ familiares de isenção de IPI/ICMS ao adquirirem veículos, incluindo na Carteira de Habilitação a sua condição de deficiência.

133. Eliminar roletas em ônibus ou criar espaço paralelo para passagem de pessoas com deficiência e barreiras existentes em virtude dos desenhos dos ônibus atuais, obedecendo às normas de acessibilidade, priorizando os ônibus de piso baixo.

134. Implementar ações de monitoramento e fiscalização, principalmente em relação ao estacionamento irregular sobre calçadas (veículo particular, viaturas policiais e outros), para garantir o ir e vir do cidadão.

Papel do setor privado:

135. Qualificar os operadores e profissionais para atendimento prioritário oferecendo serviços de qualidade.

136. Trabalhar a conscientização da necessidade do transporte coletivo com obrigatoriedade de frota acessível.

137. Cumprir a legislação em vigor, inclusive usando obrigatoriamente nos transportes coletivos o símbolo internacional de acesso e adquirindo e/ou adaptando todos os meios de transportes, em curto e médio prazo.

138. Obedecer às normas da ABNT quando da fabricação de seus equipamentos em observância da NBR 14020 sendo que o não cumprimento implicará em multas cuja destinação deverá ser para os conselhos municipais, distrital, estaduais e federal das pessoas com deficiência;

139. Aumentar a constante busca tecnológica para se criar soluções que visem melhorar cada vez mais a acessibilidade ao transporte coletivo.

140. Garantir que as concessionárias de transporte atendam prioritariamente às pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, assegurando a qualificação continuada dos profissionais para o atendimento humanizado no transportes acessíveis.

Papel da sociedade:

141. Exigir a responsabilização do poder público para a garantia do direito do transporte acessível e promover a mobilização dos segmentos sociais para avaliar e acompanhar a execução da política de transporte.

142. Buscar informações através da participação em fóruns, meios de comunicação e outras instâncias de discussão pública;

143. Cobrar do poder público a execução da política de transporte através dos instrumentos legais disponíveis (Conselhos, Ministério Público e demais organizações).

Buscar alternativa de transporte especial para pessoas com deficiência, impossibilitadas de utilizar o transporte coletivo convencional lutando pelo respeito às suas peculiaridades como: micro ônibus bairro a bairro, ônibus que circulam nas favelas, táxis, barcos, etc.

Acionar o Ministério Público sempre que os direitos das pessoas com deficiência forem negligenciados.

146. Participar ativamente na elaboração e implantação das políticas públicas, combatendo o preconceito, fiscalizando as ações do poder público e a aplicação dos recursos, mobilizando-se de forma organizada em torno do tema acessibilidade.

147. Exigir do Poder Público o cumprimento da legislação vigente;

148. Negociar através de seus segmentos parcerias, apoios, contratos e convênios.

Do poder público, sociedade e setor privado

149. Garantir que o poder público, como também o setor privado e a sociedade exijam do Ministério Público providências no sentido de ingresso de ação civil pública contra o INMETRO em razão da sua omissão para o cumprimento da legislação vigente.

150. Garantir a construção de postos flutuantes com adaptações para acesso das pessoas com deficiência.

151. Garantir acessibilidade por meio de legislação, que garanta adaptações necessárias no transporte coletivo rodoviário e aquaviário intermunicipal e interestadual.

152. Garantir transporte porta a porta para pessoas com deficiência com grande dificuldade de locomoção, quando o serviço de transporte coletivo urbano acessível não tiver condições de atendê-lo com garantia de acompanhante.

De que forma a informação e a comunicação acessíveis contribuem para a inclusão de pessoas com deficiência?

153. Assegurar que sejam regulamentadas e devidamente aplicadas as normas nacionais e internacionais vigentes para que os meios de comunicação e informação sejam acessíveis atendendo as diferentes necessidades de todas as pessoas, em especial em sites, publicações em meio magnético, livros digitais falados e todos os meios de comunicação de massa e de domínio público.

154. Disponibilizar linhas de crédito e isenção fiscal na aquisição de equipamentos que viabilizem o acesso à informação e comunicação das pessoas com deficiência.

155. Disponibilizar programas de sintetizadores de voz em instituições públicas e privadas.

156. Cumprir a legislação específica para legitimidade das comunicações necessárias à inclusão das pessoas com deficiência em qualquer setor.

157. Garantir do governo, recursos públicos, para que todos possam ter acesso à informação e comunicação.

158. Mobilizar e conscientizar toda população brasileira sob orientação dos Conselhos e/ou instituições representativas dos deficientes, através de serviço de panfletagem e de veículos de comunicação de massa como, jornais, internet, canais de TV e rádios, com vistas a instrumentalizá-la para que possa cobrar ações do poder público, enquanto agentes fiscalizadores.

159. Formular uma política nacional de acessibilidade.

160. Disponibilizar tecnologias assistivas por parte do poder público nas áreas setoriais.

161. Formar e capacitar continuamente intérprete de LIBRAS e guias-intérpretes pela FENEIS/MEC, IES, SEED e Associações de Surdos para difusão das comunicações, na educação, saúde, cultura, comércio, etc(Lei 10.436/2002 e o decreto 5296).

162. Incluir a LIBRAS, o sistema Braille, como comunicação suplementar e alternativa e as várias formas de comunicação utilizadas pelas pessoas surdo-cegas no currículo escolar e informações gerais sobre a pessoa com deficiência, a partir das séries iniciais;

163. Equipar os estabelecimentos públicos e privados com telefones, computadores, sinalização adaptada para todos os tipos de deficiência e transcrição em Braille da moeda brasileira, caixas eletrônicos, cardápios, extratos bancários, folheteria de turismo, contas de telefone, água e luz.

164. Garantir que as emissoras de TV ofereçam recursos áudios-visuais e que as editoras financiadas com recursos públicos tenham uma porcentagem da sua produção transcrita para o Braille.

165. Garantir, nas contratações de concessão dos veículos de comunicação de massa, a exigência de que as empresas realizem o cumprimento das leis vigentes em relação à acessibilidade em comunicação e informação emitindo suas informações com tecnologias que permitam atingir todas as pessoas com deficiências ou não deficiência.

166. Aprovar as propostas remetidas pelos estados, distrito federal e municípios para a 1ª conferência nacional e posteriormente sejam as mesmas reeditadas e enviadas a todos os estados, DF e municípios, no prazo de 45 dias após a data do término da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

167. Investir no desenvolvimento de tecnologia abrangente, de massa e de fácil acesso.

168. Divulgar as leis, os direitos e promover a capacitação permanente de conselheiros sobre este tema: “acessibilidade”, sensibilizando os profissionais da saúde (PSF), educação, comunidade e dos demais setores, e pessoas com deficiência.

169. Elaborar sites com ícones que contemplem todas as deficiências e para cada deficiência as suas diferentes peculiaridades.

170. Garantir que as bulas possam ser acessíveis através de sites, CD's, DVD's ou outros meios para que a compreensão da informação possa ser garantida a todas as pessoas com deficiência.

171. Garantir a entrega, antes do início do período letivo, de todo o material didático ampliado, em Braille, que contemple LIBRAS e formas de comunicação suplementar e alternativa.

172. Assegurar o acesso a softwares do sistema de comunicação suplementar e alternativa para as escolas e espaços de uso público

173. Criar jornal ou boletim de âmbito nacional com esclarecimentos sobre deficiências, mercado de trabalho, denúncias e conquistas da pessoa com deficiência, codificados em LIBRAS e Braille.

174. Garantir que todas as pessoas com deficiência tenham acesso a todos os meios de comunicação e ao desenvolvimento de políticas públicas de acordo com a legislação vigente.

175. Criar campanhas educativas, promovidas pelos governos federal, distrital, estadual e municipal utilizando a mídia e os meios educacionais públicos e privados nos três níveis de ensino, em todas as categorias de deficiência, visando a execução da legislação vigente, à prevenção de deficiências, a sensibilização sobre a diversidade, o exercício da cidadania, articulando-se com o Ministério Público, buscando formas eficazes e adequadas de acompanhamento às pessoas com deficiência.

176. Criar centros de apoio à educação inclusiva, com programas multidisciplinares, em interface com as secretarias de educação, saúde e assistência social, considerada a proporcionalidade ao número de habitantes, com serviços complementares e suplementares ao ensino regular, incluindo oficinas pedagógicas e tera-

pêuticas desenvolvidas por profissionais especializados e com verba própria para esses fins, sob fiscalização da comunidade e dos conselhos nos municípios em número proporcional ao de habitantes.

177. Buscar parcerias para criação de campanhas informativas nos meios de comunicação de massa, impressos e demais meios acessíveis, para viabilizar o conhecimento geral de todos os parâmetros no contexto da acessibilidade.

178. Realizar reuniões ampliadas e descentralizadas do CONADE e dos conselhos estaduais e distrital com o objetivo de divulgar, fiscalizar e acompanhar a implementação do decreto 5296/2004.

179. Fazer campanha nacional de mobilização envolvendo os estados e municípios para divulgação do decreto 5296/2004 utilizando todos os meios de comunicação.

180. Realizar, em todos os municípios brasileiros, o censo de pessoas com deficiência, não sendo por amostragem, e sob a responsabilidade dos secretários municipais, distrital e estaduais da Ação Social,

181. Implantar educação inclusiva como disciplina obrigatória, em todas as instâncias de ensino.

182. Implementar campanhas educativas de prevenção às deficiências, campanhas de ajudas técnicas e financeiras necessárias para evitar o agravamento de deficiências existentes, no âmbito de todas as unidades de saúde do município (próprias e conveniadas).

183. Promover conscientização por meio de campanhas de informação sobre a rubéola e suas especificidades de atendimento educacional e de saúde, e exigir dos órgãos públicos a vacinação nacional contra a doença, considerando-se a isenção de mercúrio na constatação das cepas virais.

184. Fazer levantamento sistemático, por micro e macrorregiões do estado e do distrito federal, de dados demográficos e epidemiológicos das pessoas com deficiência, organizando um cadastro único.

185. Divulgar, para toda a sociedade, os serviços e as comissões de transporte.

186. Promover a distribuição de jornais e apostilas, utilizando vários estilos e formas de comunicação.

187. Criar campanhas, por meio dos meios de comunicação, para divulgação de informações sobre a pessoa com deficiência, visando a conscientização para a eliminação de barreiras atitudinais e a garantia da acessibilidade.

188. Criar programa de informação e orientação sobre a anemia falciforme, doenças vinculadas à etnia, síndrome de Usher e outras doenças crônicas, usando para divulgação os meios de comunicação, como já

acontece nas campanhas sobre dengue, hipertensão, diabetes, HIV, DSTs e outros.

189. Elaborar em nível estadual e municipal uma cartilha acessível a todas as pessoas com deficiência que contenha informações de locais para atendimento médico, educacional, esportivo e cultural a pessoas com deficiência.

190. Garantir qualificação profissional para comunicação em Braille e LIBRAS e as formas de comunicação pelas pessoas surdo-cegas.

191. Assegurar à linha de financiamento, bem como a isenção fiscal para aquisição de tecnologias assistivas, para a comunicação e a comunicabilidade das pessoas com deficiência.

192. Facilitar a aquisição de tecnologias assistivas por meio de isenção do IPI.

193. Incluir o ensino de LIBRAS e as formas de comunicação utilizadas pelas pessoas surdo-cegas como disciplinas na educação básica para se construir uma emergente cultura sobre o seu uso funcional.

194. Implementar políticas públicas com a participação da sociedade civil por meio de financiamento e investimento em tecnologias, prestação de serviços, capacitação e financiamento de projetos por Fundos Específicos.

195. Garantir verbas e recursos públicos com relação à comunicação nas esferas federal, estadual, distrital e municipal, que assegurem a comunicação universal, para que todos os segmentos tenham informações das políticas públicas.

196. Garantir recursos para aquisição de telefones DDD acoplados com display Braille e tela ampliada com alto contraste, TS e centro de atendimento aos surdos por meio do TS, em todos os espaços e órgãos públicos.

197. Garantir intérpretes de LIBRAS, guias-intérpretes e material em Braille em todos os espaços e órgãos públicos e em todas as instâncias federal, estadual, do distrito federal e municipal, que sejam avaliados por bancada formada exclusivamente por instrutores surdos ou professores de LIBRAS.

198. Assegurar que a secretaria de educação de cada estado seja responsável pela capacitação de intérprete de LIBRAS.

199. Encaminhar uma proposta ao Ministério do Trabalho para que a função, já existente, de intérprete de LIBRAS seja reconhecida como profissão.

200. Garantir a criação de uma central de intérpretes de Libras em cada estado e no distrito federal.

201. Garantir a criação de cargos de revisor em Braille.

202. Garantir a criação de cargos de ledor para cegos.

203. Criar cargos para concursos públicos de instrutor e intérprete de Libras, guia-intérprete para surdo-cegos e revisor Braille, professores formados em Libras e em Educação reconhecidos e fiscalizados pelo MEC e entidades reconhecidas pela comunidade surda.

204. Baixar custos, através de isenção de imposto, de produtos eletrônicos na aquisição por pessoa com deficiência.

205. Tornar acessível à navegação na internet para cegos.

206. Propor que a CORDE edite uma coletânea comentada da legislação vigente, concernente aos direitos das pessoas com deficiência.

207. Divulgar no site da CORDE, através de link próprio, informações que contenham súmulas e jurisprudências que retratem a efetividade da legislação voltada para a acessibilidade e desenho universal.

208. Propor que o Banco Central do Brasil determine (através de Portaria), a implantação de sistema de voz com fone de ouvido nos caixas de auto-atendimento do sistema bancário brasileiro;

209. Exigir das instituições de ensino superior públicas e privadas maior divulgação dos projetos e respectivos resultados das pesquisas que envolvam as pessoas com deficiência de seu repasse às instituições de atendimento especializado.

Como impulsionar a criação, a produção e a oferta de ajudas técnicas para melhorar a vida das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida?

210. Cumprir os artigos 61 a 66, do Decreto 5.296/2004 que se referem à criação, produção e oferta de Ajudas Técnicas no âmbito das três esferas governamentais.

211. Instituir parcerias em níveis federal, estadual, do distrito federal e municipal com órgão específico para impressão de livros em Braille e outros recursos disponíveis, de conteúdos diversos, para atender aos cursos de formação regular e para oferecer outras informações para professores e alunos.

212. Criar Lei federal que obrigue os gestores a cumprirem e implementarem as deliberações dos conselhos e das conferências nas três esferas de Governo.

213. Trabalhar a formação e o conhecimento da causa da acessibilidade em âmbito geral contando com as entidades, cidadãos e auxílio do poder público para a realização do repasse deste conhecimento.

214. Garantir que o governo federal assegure percentual das vagas, conforme lei que trata das cotas, de estágio e cargos comissionados e que as em-

presas se responsabilizem pela formação da pessoa com deficiência.

215. Criar Centros de Atendimento de Convivência para pessoas com deficiência, Casas Lares e residências com atuação de equipes interdisciplinares, equipamentos adequados e atendimento do instrutor mediador e/ou guia intérprete para pessoas surdocegas e/ou múltiplas sensoriais e com serviço de assistência às famílias de pessoas com deficiência por meio de parcerias com organizações governamentais, não-governamentais e outros.

216. Disponibilizar linhas de crédito e isenção fiscal na aquisição de equipamentos que viabilizem o acesso às ajudas técnicas pelas pessoas com deficiência.

217. Criar linhas de créditos específicas no BNDES, para financiamento de empresas que venham a produzir ou manipular equipamentos/suportes de ajudas técnicas e tecnologias assistivas, com isenção fiscal.

218. Garantir o direito da pessoa com deficiência de participar das discussões orçamentárias, buscando assegurar um percentual de recursos que favoreça a aquisição de órtese, prótese e meios auxiliares de locomoção, garantindo a qualidade destes produtos e obedecendo às normas da ABNT, em seu município.

209. Ampliar os recursos para produção de órteses próteses e meios auxiliares de locomoção. E facilitar as parcerias com oficinas especializadas a fim de atender com tecnologia moderna a alta demanda reprimida.

210. Garantir que na compra de produtos de ajudas técnicas para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, bem como na manutenção de gastos do uso do cão-guia para cegos e surdocegos e que haja a isenção total dos impostos em produtos nacionais ou importados.

211. Criar, em forma de lei, mecanismos de financiamento e co-financiamento (a fundo perdido) nas três esferas governamentais, para capacitação e qualificação profissional, além de garantir o atendimento à rede de serviços: saúde, educação, transporte, telecomunicação, programas e projetos técnicos dirigidos à pessoa com deficiência, garantindo a manutenção das ajudas técnicas quando se fizer necessário, mesmo não estando incluso no quadro de baixa renda.

212. Reformular a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) na questão orçamentária, considerando baixa renda o **per capita** de um salário mínimo.

213. Instalar telefones, painéis e material de divulgação para acesso ao surdo e ao deficiente visual e exigir das operadoras que cumpram a legislação que obriga a instalação de telefones adaptados para os mesmos.

214. Garantir que os televisores fabricados no país, assim como os importados, tenham o dispositivo que permite o acesso à tecla SAP e à legenda oculta – **closed caption**, útil para o deficiente auditivo.

215. Liberar o saldo do Fundo de Garantia para que a pessoa com deficiência adquira qualquer equipamento de ajuda técnica.

216. Criar políticas públicas nas três esferas de governo que venham favorecer o incentivo e desenvolvimento de pesquisas científicas nas universidades públicas e privadas, buscando a promoção de ajudas técnicas / tecnologias assistivas, oferecendo premiações para cientistas que venham contribuir de forma eficaz para a promoção de uma vida independente;

217. Favorecer parceria tanto com ONG's quanto com o poder público, universidades, centros de pesquisas, empresas, escolas técnicas de forma a democratizar a criação, a produção e a distribuição de ajudas técnicas para atender as demandas das pessoas com deficiência no que se refere ao desenvolvimento e acesso às tecnologias, que possibilitem a inclusão educacional e profissional visando a independência e inclusão deste na sociedade.

218. Implementar a disciplina ajudas técnicas/tecnologias assistivas na grade curricular do ensino fundamental à universidade, como também a criação de cursos profissionalizantes que amplie este teor.

219. Criar cursos universitários e disciplinas específicas sobre a pessoa com deficiência e suas acessibilidades com estágios curriculares, de extensão e iniciação científica que incentive a formação desses estudantes para dar suporte de ajudas técnicas.

220. Garantir a capacitação de técnicos e profissionais de ensino, para a melhoria do atendimento em reabilitação das pessoas com deficiência, utilizando equipamentos adequados de acordo com o tipo de deficiências, registrando as invenções através de patentes e das normas já existentes, assegurando todo material adquirido para linha de pesquisa e crédito, com juros acessíveis e isenção de todos os impostos, com apoio do poder público para criação de novas ajudas técnicas; firmar parcerias com órgãos governamentais e não governamentais e empresas privadas para reabilitação.

221. Garantir que as unidades escolares estejam aptas a trabalharem com todas as deficiências, disponibilizando livros e equipamentos em Braille, digitalizados e em outros formatos e equipando todos os estabelecimentos de ensino com material expositivo em Libras.

222. Disponibilizar intérpretes oficiais de LIBRAS e guias intérpretes, reconhecidos pelo MEC, certificados por órgãos capacitados de acordo com o Decreto

5.626, de 22 de dezembro de 2005, por instituições conveniadas, em todos os níveis da educação.

223. Criar e/ou estabelecer parcerias com órgãos que ofereçam qualificação profissional para as pessoas com deficiência em cada município atendendo a demanda.

224. Incluir, em forma da lei, disciplina com conhecimentos básicos sobre a inclusão da pessoa com deficiência nas redes de ensino de educação básica, profissionalizante e superior em todas as áreas, de caráter obrigatório no núcleo básico comum, com presença de intérprete no caso de surdos.

225. Promover a efetiva criação das oficinas protegidas, de que trata o Decreto Federal nº 3.298/99, priorizando a deficiência mental, severa ou profunda e a múltipla deficiência sensorial (surdo-cego, pré-lingüístico), desde que inclusos na rede regular de ensino em período oposto.

226. Garantir a capacitação, formação e qualificação profissional de pessoas com deficiência em todos os cursos e com a participação do sistema S, por meio de parceria público-privada e institucionais.

227. Garantir a obrigatoriedade do conhecimento de Libras e do Braille para profissionais, com deficiência ou não, que atendam ao público e da criação de Centrais de Intérpretes e guias-intérprete nos municípios, desde que os cursos sejam ministrados por profissionais competentes e com o aval da ABRASC (Associação Brasileira de Surdocegos) e o grupo Brasil de Apoio ao Surdocego e ao Múltiplo Deficiente Sensorial, com cursos específicos.

228. Exigir o cumprimento do Decreto 5296/04, no que diz respeito que nos serviços públicos e congêneres haja profissionais que se comuniquem por meio de Libras, Braille e outros para atendimento adequado ao público que necessita daquelas formas de comunicação.

229. Implantar nos municípios e no distrito federal, Centros Integrados de Recuperação para pessoas com deficiência, contemplando-os com recursos humanos, profissionais e técnicos necessários, bem como os recursos materiais (órtese e prótese) e com atendimento gratuito de acordo com a deficiência de cada pessoa.

230. Garantir a implantação dos Centros de Referência em reabilitação da Pessoa com Deficiência, conforme Portarias do Ministério da Saúde, incluindo recursos humanos, materiais e financeiros com a concessão de órteses, próteses e bolsas coletoras.

231. Viabilizar a construção, pelo Ministério da Educação, através das Secretarias Municipais de Educação, de Centros de Atendimento à Surdez e a todas

deficiências, nos municípios de médio porte com a presença de intérpretes oficiais de LIBRAS.

232. Promover encontros entre pessoas com deficiência e famílias, para envolvê-las no processo de inclusão.

233. Destinar recursos financeiros, humanos e tecnológicos, para que as bibliotecas públicas em nível nacional possam tornar acessíveis para as diferentes formas de deficiência, em todos os seus acervos (livros, jornais, etc), promovendo a máxima utilização de meios avançados e digitais de acesso a este acervo.

234. Cobrar e fiscalizar a implantação do Programa de Órtese e Prótese nos municípios como forma de agilizar o atendimento ao usuário.

235. Facilitar às pessoas com deficiência, incluindo os portadores de transtornos invasivos do desenvolvimento (todos os tipos de autismo e/ou seus representantes legais), aquisição de equipamentos (computadores, órteses, próteses, aparelhos auditivos, e outros), software e qualquer tecnologia assistiva por meio de redução ou isenção de impostos, linhas de créditos especiais ou mesmo subsidiando o valor integral do produto caso o usuário não possa arcar com os custos do financiamento.

236. Garantir incremento financeiro compatível com o valor de mercado dos equipamentos e inclusão de outros itens na tabela SUS (Grupo Específico de Órteses, Próteses e Meios Auxiliares de Locomoção), de acordo com as demandas apresentadas pelas pessoas com deficiência e criação de Câmaras Técnicas para orientação/fiscalização da qualidade dos equipamentos adquiridos pelo Centros de Reabilitação credenciados junto ao SUS.

237. Reservar dotação orçamentária específica para implantação de acessibilidade nos municípios estabelecendo percentual nos orçamentos, nas três esferas de governo, com disponibilização de recursos das esferas, Federal, Estadual com repasse para os municípios e o distrito federal.

238. Garantir subsídios das três esferas de governo para indústrias de bens e equipamentos que desenvolvem tecnologias assistivas, possibilitando que as pessoas com deficiência tenham acesso aos equipamentos necessários para a participação efetiva na sociedade por meio de financiamento e isenção fiscal.

239. Garantir e ampliar a rede de habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência, por meio de equipe multiprofissional nas três esferas de governo com vista à inclusão social e comunitária, inclusão e reinserção no mercado de trabalho, educação, esporte, lazer e turismo fortalecendo os serviços de concessão de ajudas técnicas.

240. Assegurar equipe multidisciplinar (fonoaudióloga, psicóloga, psicopedagoga, musicoterapeuta, psiquiatra infantil, fisioterapeuta, professor de educação física especializado) e a aprovação dos projetos para aquisição de equipamentos técnicos e tecnológicos a fim de facilitar a vida da pessoa com deficiência.

241. Assegurar o cumprimento do Decreto 5.296/2004 e 5.626/2005 em todas regiões garantindo a interiorização.

242. Estabelecer que os Governos Federal, Distrital, Estaduais e Municipais, crie mecanismos de difusão ampla das tecnologias assistivas desenvolvidas nas universidades públicas e privadas do País.

243. Emitir documentos públicos, como IPTU, IPVA e contas de consumo, em Braille.

244. Facilitar a aquisição de impressoras braile e sistemas de comunicação alternativa.

245. Assegurar ajudas técnicas e tecnológicas que auxiliem as pessoas com deficiência em seu cotidiano seja na vida diária, no trabalho, na educação, na saúde e no lazer.

246. Garantir, em caráter de urgência, ajudas técnicas necessárias à reabilitação e manutenção da saúde das pessoas com distrofia muscular, incluindo-se a essa ajuda equipamentos de ventilação mecânica que devem ser fornecidos pela esfera estadual ou federal.

247. Regionalizar as possibilidades de ajuda técnicas por grupos de municípios, possibilitando a criação de convênios e consórcios.

248. Garantir atendimento de saúde bucal, especialmente para as pessoas com deficiência mental, paralisados cerebrais, transtorno invasivo do desenvolvimento (todos os tipos de autismo) e todas as pessoas com deficiência.

249. Reconhecer a equoterapia e acupuntura como tratamento autorizado pelo SUS para pessoas com deficiência, estimulando sua indicação terapêutica.

250. Garantir recursos para a adequação das redes ambulatoriais de primeiro a terceiro níveis com equipamentos e equipes capacitadas ao atendimento das pessoas com deficiência, em parceria com a união, estado, distrito federal e município, incluindo-se a reabilitação e a estimulação precoce.

251. Garantir que sejam criadas leis e normas dirigidas aos fabricantes de produtos e equipamentos regulares que contemplem adaptações facilitadoras ao entendimento operacional e de manuseio das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

252. Assegurar que todos os produtos industrializados venham com manual em formato acessível.

253. Aumentar os recursos humanos e financeiros para habilitação/reabilitação das pessoas com deficiência.

cia, objetivando assegurar seus direitos em relação a material hospitalar, medicamentos, órteses, próteses e quando necessário, tratamento fora do domicílio, bem como, capacitação dos profissionais da área de saúde no conhecimento da linguagem de sinais (Libras).

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência lembra às Srs. Senadoras e aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão conjunta a realizar-se no dia 28 do corrente, quarta-feira, às 12 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação do **Projeto de Lei nº 2-CN, de 2006**, que *dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007 e dá outras providências*.

Informo, ainda, que, para os efeitos do art. 33 do Regimento Comum, encontra-se distribuído o Suplemento ao **Diário do Senado Federal nº 103**, de 27 de junho de 2006, contendo o **Parecer nº 31, de 2006 – CN**, sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Voltamos à lista de oradores.

Tenho a satisfação de conceder a palavra ao nobre Líder do PSDB no Senado Federal, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, o Senador Paulo Paim, no seu discurso, tocou num ponto que julgo relevante para a análise da Casa, que é, precisamente, Senadora Heloísa Helena, a presença de V. Exª, porque, afinal de contas, candidata como é, com toda a legitimidade, à Presidência da República, uma coisa é certa: no ano que vem, V. Exª não estará aqui. Não sei se estarei, mas V. Exª, certamente, não estará. Devo dizer que se abre, em qualquer circunstância, seja qual for o resultado dessa trajetória bonita e corajosa que V. Exª enceta na luta pela Presidência, uma lacuna, pela combatividade que o Senado perde, pela honradez que V. Exª encarna, pela presença constante, inteligente, lúcida – conhecedora profunda do Regimento da Casa que V. Exª é -, e pela fraternidade com que trata seus adversários, seus amigos e seus colegas. Em qualquer circunstância, tenho certeza absoluta de que o Brasil ganha uma líder de compleição nacional, mas o Senado perde uma das mais extraordinárias figuras que por aqui possam ter passado.

Bem a propósito, Senador Paulo Paim, acabo de receber um **e-mail** da Srª Marisa Lima, intérprete de Libras e filha de surdos. Ela diz o seguinte: “Sr. Senador, eu gostaria de saber por que, até hoje, o Senado Federal nunca teve, em seu quadro de funcionários, o profissional intérprete de Libras (Língua Brasileira de Sinais). Sou intérprete há 36 anos e ainda sonho em trabalhar no Senado – ela gostaria muito de atuar na TV Senado -, “como canal de comunicação com os mais de seis milhões de surdos brasileiros. V. Exª pode fazer alguma coisa a respeito ou, ao menos, se informar sobre essa possibilidade, se existe?”

Senador Paulo Paim, acerca de seu discurso, passo ao Sr. Presidente Renan Calheiros a reivindicação, para que incluamos na programação da TV Senado a figura do intérprete de Libras, aquele que fala, que interpreta o que dizemos para os surdos-mudos. Creio que isso incluirá na análise política do País, que no Senado se interpreta bem graças à presença brilhante de V. Exª, do Senador Fernando Bezerra, do Senador Paulo Paim e do Senador Tião Viana, seis milhões de surdos brasileiros. É um número significativo de brasileiros que devem ser incluídos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu queria dizer a V. Exª, sem pretender interrompê-lo, que, no Senado, temos feito tudo, absolutamente tudo, para tornar esta Casa um modelo institucional de acessibilidade ao portador de necessidade especial.

O Diretor-Geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, está-me informando, também agradecendo a idéia, a brilhante lembrança de V. Exª, que o processo já está em andamento, para que obtenhamos isso no mais curto espaço de tempo, aliás, atendendo seu pedido e sua reivindicação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Parabenizo V. Exª pela notícia que nos transmitiu de que, ainda neste ano, em 15 ou 16 capitais brasileiras, haverá o funcionamento da TV Senado em sinal aberto, o que é um golpe rude nas oligarquias regionais. A TV Senado, ao funcionar em canal aberto, significará um golpe muito rude nos que se julgam proprietários das opiniões em Estados que querem transformar em províncias, porque querem mantê-los subjugados, como se fossem sobas e nós, cubatas africanas de um tempo que já não queremos para a África e para lugar algum.

Senador Paulo Paim, concedo a V. Exª um aparte.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS. Sem revisão do orador.) – Senador Arthur Virgílio, quero cumprimentá-lo pelo apelo que fez ao Senador Renan Calheiros, Presidente da Casa, no sentido de que, de fato, a

linguagem de sinais Libras seja assegurada pela TV Senado. Tenho a certeza de que seu apelo traduz a vontade de todos os Senadores e de que o Senador Renan Calheiros haverá de fazer isso acontecer. Se V. Ex^a me permite, Senador Renan Calheiros, quero dizer que há duas pessoas cegas no meu gabinete. Pedi a V. Ex^a que as contratasse, e V. Ex^a as contratou. Foi importante V. Ex^a permitir que essas duas pessoas ficassem à minha disposição. Por isso, acredito que esse passo, ora solicitado pelo Senador Arthur Virgílio, tornar-se-á realidade.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Sr. Presidente, falarei, mais tarde, como Líder do PSDB. Por agora, dedico-me a alguns temas que envolvem, com muita força, a minha região.

Antes porém, requeiro, Sr. Presidente, voto de pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 25 de junho, em São Paulo, da Sr^a Guita Mindlin, conhecida como a “amiga dos livros” e esposa, por toda uma vida, dessa grande figura, desse grande empresário, intelectual e brasileiro sério que é José Mindlin, a quem dirijo todo o sentimento de minha família e o meu sentimento pessoal.

Da mesma forma, requeiro voto de pesar pelo falecimento do geógrafo Orlando Valverde, figura que brilhou nos quadros do IBGE e que dedicou mais de 30 anos de sua vida a pesquisas na nossa região, na Amazônia. Orlando Valverde é uma referência. Não se pode falar em Amazônia sem que se estudem profundamente algumas pessoas, como a minha professora de Geografia no Instituto Rio Branco, Berta Becker, e seu professor, Orlando Valverde, falecido.

Portanto, solidarizo-me com sua família. E também com o País, que o perde.

Igualmente, proponho voto de aplauso ao Serviço de Anatomia Patológica da Universidade Federal do Amazonas. Na anatomia patológica encontra-se a base da Medicina, porque é ela que faz o diagnóstico, inclusive, da causa mortis. Ela engloba a Histopatologia, que estuda os tecidos e permite que se afirme, com segurança, a natureza de uma lesão, e a Citopatologia, que estuda as alterações celulares, principalmente no núcleo celular, possibilitando que se detectem doenças como o câncer. Assim, proponho, a esse serviço de referência do Hospital Universitário da Fundação da Universidade Federal do Amazonas, voto de aplauso por um serviço tão relevante.

Ainda proponho voto de aplauso ao escritor Watston Aguiar Bittencourt pelo lançamento, na minha cidade de Manaus, do livro *Crônicas de um Servidor Público*.

Do mesmo modo, ao escritor amazonense, Evaldo Ferreira, do jornal *O Estado do Amazonas*, pelo lança-

mento, em Manaus, do livro *No Tempo dos Seringais*. Como o próprio jornal o chama, Evaldo é o “cronista viajante”. Ele lança o seu primeiro romance baseado na realidade regional. Eu o lerei, com muito gosto, pelo respeito intelectual que de mim merece o Evaldo. Ainda, e finalmente, votos de aplauso ao escritor amazonense Deusanir Pereira* pelo lançamento, em Manaus, no dia 02 de dezembro de 2004, do livro, que merece ser lido – *Deusanir acabou de fazer um mestrado muito interessante na área – Amazônia Insustentável – Zona Franca de Manaus, Estudos e Análises*. Já li o livro e atesto que merece ser lido.

Sr. Presidente, sexta-feira passada, dia 23, tive a oportunidade de participar do café da manhã comemorativo dos 41 anos do Hospital Universitário Getúlio Vargas, em Manaus, a convite do Reitor da Universidade Federal do Amazonas, Professor Hidemburgue Ordozgoith da Frota e do Diretor do Hospital, Dr. Sérgio Ferreira Filho.

Estavam presentes relevantes autoridades, como o Governador do Estado, Eduardo Braga; os Senadores Gilberto Mestrinho e Jefferson Péres; os Deputados Federais Humberto Michiles e Vanessa Grazziotin; os Deputados Estaduais Eron Bezerra e Arthur Bisneto, além de Vereadores, representando as correntes mais díspares da política local, junto com integrantes do corpo clínico e do de funcionários do Hospital e de estudantes.

O apoio ao Hospital Getúlio Vargas une os amazonenses. Não sem razão, porque se trata de instituição modelar, querida da população, não apenas do Amazonas, mas de toda a Região. O Hospital Universitário já viveu momentos críticos, mas tem conseguido superá-los, porque ele é, para os amazonenses, o que a Petrobras, a Varig e o Itamaraty são para todos os brasileiros. Tem espírito, tem alma. Seus funcionários, tanto os da ativa quanto os aposentados vestem a camisa da instituição. Nos momentos de crise, lutam bravamente para salvar o Hospital.

Após o café da manhã, o Diretor do Hospital, Dr. Sérgio, levou-nos para ver as obras do novo ambulatório, que estão bastante avançadas, graças aos esforços da reitoria da Universidade Federal do Amazonas e da bancada federal do Amazonas que, desde governos anteriores, vem, por meio de emendas parlamentares, destinando recursos para essas obras.

Apesar de ser um marco na área da saúde do Estado e da Amazônia e de pertencer a uma instituição federal – aliás, foi muito importante a sua transformação em Hospital Universitário – a meu ver, ele se ressentia da falta de recursos financeiros. Não lhe destinando verbas suficientes, o Governo Federal impõe limites quantitativos – o Hospital poderia atender a número

maior de pacientes –, e qualitativos – poderia ser ainda melhor o nível de atendimento.

O problema na área de saúde no Estado do Amazonas, contudo, não está na falta de dinheiro. O Governo estadual aplica em saúde, por ano, o equivalente a toda a arrecadação da Prefeitura de Manaus: R\$1,400 bilhão. O problema está na eficácia administrativa e na aplicação correta de cada centavo. Lá, no meu Estado, se fala, abertamente – o Tribunal de Contas da União examina isso –, em superfaturamento de remédios, de medicamentos. Não se trata de aplicar mais, e sim de aplicar com correção, com eficácia administrativa e com honradez, Senador Paulo Paim, cada tostão que se destine à área de saúde. É isso que precisa ser feito.

Não obstante a escassez de recursos federais, como disse, o Hospital Universitário Getúlio Vargas é uma referência para a Região. É o maior formador de recursos humanos na área da saúde. Profissionais das áreas mais distantes de Manaus o procuram para fins de aperfeiçoamento. E funciona também como academia, ao proporcionar profícua troca de idéias entre grandes especialistas da área médica.

Volto às visitas. Após percorrermos as obras do novo ambulatório, fomos levados ao Serviço de Anatomia Patológica da Ufam, dirigido pelo Dr. Jeconias Câmara.

O Serviço de Anatomia Patológica é, de fato, outro centro de referência, sendo a mais antiga residência médica no Estado. A anatomia patológica é peça-chave na Medicina. É ela que faz o diagnóstico da causa mortis; é ela que estuda os tecidos (histopatologia), permitindo verificar, com segurança, a natureza de uma lesão; é ela que estuda as alterações celulares (citopatologia), principalmente no núcleo celular, possibilitando detectar doenças como o câncer.

Fico, como amazonense, orgulhoso de ter, no Estado, um hospital como o Universitário e um Serviço de Anatomia Patológica, que é referência para a Região Amazônica.

Sr. Presidente, peço, portanto, voto de aplauso ao Serviço de Anatomia Patológica da Universidade Federal do Amazonas.

Por último, encaminho aos Anais da Casa documento, que peço seja transcrito na íntegra, do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Amazonas, o Sintesam, em que expõe sua posição em face das propostas em exame relativas ao futuro dos Hospitais Universitários na área federal.

Segundo o Sindicato, os custos da folha de pagamento do pessoal técnico-administrativo desses Hospitais foram transferidos para o Ministério da Saúde, que, entretanto, se recusou a arcar com a despesa. Desde

então, se estuda solução para o problema, e, entre as possíveis soluções, estaria a criação de uma fundação estatal de Direito Privado, com o que os servidores não concordam. O Sintesam afirma ter por princípio a defesa dos Hospitais Universitários de Ensino, como hospitais públicos, gratuitos, que têm como missão o ensino, a pesquisa e a extensão.

Sr. Presidente, não estou entrando no mérito. Entendo que se trata de parcela legítima da população do meu Estado, que merece que o Senado tome conhecimento do seu ponto de vista, e, portanto, o que pensa o Sintesam, sirva de reflexão para o Governo Federal nesse momento.

Refiro-me, ainda, aos servidores do Judiciário, que decidiram suspender a greve iniciada há pouco mais de um mês. A reivindicação que deu motivo à paralisação é justa: eles pleiteiam a votação, em tempo, isto é, até o final deste mês, do Projeto de lei que trata do Plano de Cargos e Salários do Poder Judiciário.

Em várias ocasiões, ouvi os servidores e fiz um apelo à Câmara, onde o Projeto de Lei estava em votação, para que tudo se ultimasse dentro desse prazo. Inteirei-me, então, do procedimento correto dos servidores que buscaram o apoio do Relator do Projeto, Deputado Maurício Rands, com quem também me comuniquei.

Sr. Presidente, assim como antes vim a esta tribuna para apoiar a legítima reivindicação desses servidores, agora os cumprimento pelo procedimento que adotaram suspendendo a greve. Nesse episódio, há particularidades significativas. A greve atingia também os servidores dos Tribunais Regionais Eleitorais, e a continuidade da paralisação seria desastrosa para as eleições que se avizinham.

Por isso, aplaudo o patriotismo dos servidores do Judiciário. Aqui continuarei lutando e apoiando a aprovação do almejado Plano de Cargos e Salários da categoria.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Hospital Universitário de Manaus, fator de orgulho para a Amazônia

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sexta-feira passada, dia 23, tive a oportunidade de participar do Café da Manhã comemorativo dos 41 anos do Hospital Universitário Getúlio Vargas, em Manaus, a convite do Reitor da Universidade Federal do Amazonas, Prof. Hidembergue Ordozgoith Frota, e do Diretor do Hospital, Dr. Sérgio Ferreira Filho.

Estavam presentes relevantes autoridades: o Governador do Estado, Eduardo Braga, os Senadores Gilberto Mestrinho e Jefferson Péres, os Deputados Federais Humberto Michiles e Vanessa Grazziotin, os Deputados Estaduais Eron Bezerra e Arthur Bisneto, além de vereadores, representando as correntes mais díspares da política local, junto com integrantes do corpo clínico, de funcionários do Hospital e de estudantes.

O apoio ao Hospital Getúlio Vargas une todos os amazonenses. Não sem razão, porque se trata de instituição modelar, querida da população, não apenas do Amazonas, mas de toda a região.

O Hospital Universitário já viveu momentos críticos, mas tem conseguido superá-los, porque ele é, para os amazonenses, assim como a Petrobras, a Varig e o Itamaraty são para todos nós, brasileiros. Tem espírito, tem alma. Seus funcionários, tanto os da ativa quanto os aposentados, vestem a camisa da instituição. Nos momentos de crise, lutam bravamente para salvar o Hospital.

Após o Café da Manhã, o Diretor do Hospital, Dr. Sérgio, levou-nos para ver as obras do novo Ambulatório, que estão bastante avançadas, graças aos esforços da Reitoria da Universidade Federal do Amazonas e da bancada federal do Amazonas que, desde Governos anteriores, vem, por meio de emendas parlamentares, destinando verbas para essas obras.

Apesar de ser um marco na área de saúde do Estado e da Amazônia e de pertencer a uma instituição federal – aliás, foi muito importante a sua transformação em Hospital Universitário – ele se ressentia da falta de recursos financeiros. Não lhe destinando verbas suficientes, o Governo Federal impõe limites quantitativos (o Hospital poderia atender a maior número de pacientes) e qualitativos: ser ainda melhor o nível de atendimento.

O problema na área de saúde, no Estado do Amazonas, contudo, não está na falta de dinheiro. O Governo estadual aplica em saúde, por ano, o equivalente a toda a arrecadação da Prefeitura de Manaus: R\$1,4 bilhão. O problema está na eficácia administrativa e na aplicação correta de cada centavo. É isso que precisa ser feito.

Não obstante a escassez de recursos federais, como disse, o Hospital Universitário Getúlio Vargas é uma referência para a Região. É o maior formador de recursos humanos na área da saúde. Profissionais das áreas mais distantes de Manaus o procuram para fins de aperfeiçoamento. E funciona também como academia, ao proporcionar profícua troca de idéias entre grandes especialistas da área médica.

Mas, voltando às visitas. Após percorrermos as obras do novo Ambulatório, fomos levados ao Servi-

ço de Anatomia Patológica da UFAM, dirigido pelo Dr. Jeconias Câmara.

O Serviço de Anatomia Patológica é, de fato, outro centro de referência, sendo a mais antiga residência médica no Estado. A Anatomia Patológica é peça-chave na Medicina. É ela que faz o diagnóstico da *causa mortis*. É ela que estuda os tecidos (histopatologia), permitindo verificar com segurança a natureza de uma lesão. É ela que estuda as alterações celulares (citopatologia), principalmente no núcleo celular, possibilitando detectar doenças como o câncer.

Fico, como amazonense, orgulhoso de ter no Estado um Hospital como o Universitário e um Serviço de Anatomia Patológica que é referência para toda a Região Amazônica.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico) – Hospitais Universitários: Posição dos Trabalhadores

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho aqui comigo, e peço que seja transcrito nos Anais, documento em que o Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Amazonas – SINTESAM expõe sua posição em face das propostas em exame relativas ao futuro dos Hospitais Universitários na área federal.

Relata o Sindicato que, em junho do ano passado, os custos da folha de pagamentos do pessoal técnico-administrativo desses hospitais foram transferidos para o orçamento do Ministério da Saúde, que, entretanto, se recusou a arcar com a despesa. Desde então, estuda-se solução para o problema, entre as quais estaria a criação de uma fundação estatal de direito privado, com o que os servidores não concordam. O SINTESAM afirma ter por princípio a defesa dos Hospitais Universitários de Ensino como Hospitais públicos, gratuitos, que têm como missão o ensino, pesquisa e extensão.

Isso, em resumo, é o que está em debate. Não entro no mérito da questão. Mas cumpro o dever que o eleitorado amazonense me outorgou de repercutir nesta Casa os assuntos que parcelas legítimas da população do meu Estado considerem importantes. Trago, então, este tema para a reflexão do Governo Federal, pedindo que veja com respeito a posição do Sindicato.

Em anexo, cópia do documento a que me referi.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Em junho de 2005 os custos da folha de pagamento de pessoal Técnico-administrativo dos Hospitais Universitários e de Ensino de 2006, foram transferidos para o orçamento do Ministério da Saúde. Esta proposta retirava a despesa com os trabalhadores Técnico-Administrativos dos 75% dos recursos da Educação Superior e segundo o MEC sobriariam 1 Bilhão de Reais para as Universidades. O Ministério da Saúde, com o apoio dos Conselhos Nacional e de Secretários Estaduais e Municipais de Saúde não aceitaram arcar com esta despesa. A partir daí o Ministro Fernando Haddad propôs a transformação dos Hospitais Universitários e de Ensino em um novo ente jurídico que vem sendo discutido pela ANDIFES e ABRAHUE. Dentre as propostas colocadas estão Empresa Pública de Direito Privado, Autarquias, Fundação de Apoio de Direito Privado e mais recentemente foi apresentado no Seminário da ABRAHUE, pelo Ministério do Planejamento, uma proposta para ser estudada, intermediária entre a Empresa Pública e a Fundação de Apoio, **que é a criação de uma Fundação Estatal de Direito Privado**. No entendimento do Ministério do Planejamento qualquer destas hipóteses de transformação tem como elemento central à mudança na contratação dos trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação, financiamento dos Hospitais Universitários e de Ensino pela captação de recursos através de contratos e convênios. Isto significa que estes hospitais terão que privatizar parte de seus serviços para se financiar e coloca os atuais trabalhadores do RJU em extinção, pois, serão substituídos gradativamente por trabalhadores celetistas.

O SINTESAM tem como princípio a defesa dos Hospitais Universitários de Ensino com Hospitais Públicos, Gratuitos que tem como missão, o Ensino, Pesquisa e Extensão que se dá através da Assistência. Defende ainda que estes Hospitais são de responsabilidade do MEC e seu financiamento deve ser feito pelo MEC e de forma complementar pelo SUS na prestação da assistência, extensão e do Ministério da Ciência e Tecnologia no financiamento das Pesquisas.

Como estas propostas ainda estão em discussão, e só não foram ainda viabilizadas em função de nossa mobilização e inserção no debate, é importante que toda categoria se antecipe e se mobilize, pois a transformação, não só colocaria os trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação em extinção, como, privatizaria e entregaria para iniciativa privada parte importante de

um serviço de saúde que atende a população em áreas especializadas de difícil acesso. Não podemos permitir que os Hospitais Universitários Públicos, construídos com recursos Públicos sejam sequer parcialmente privatizados, pois, haverá um grande prejuízo ao Ensino e a População em geral.

Precisamos desmistificar a "afirmação", de que a situação de crise dessas Instituições de Ensino é causada por problemas gerenciais, pois sabemos que essa crise é crônica e fruto dos descasos dos sucessivos Governos para com a saúde e educação, como atrasos nos repases de verbas e o baixíssimo valor da tabela do SUS.

Além de não repor o quadro pessoal o Ministério da Educação está propondo que estes hospitais sejam transformados em Fundações Privadas, isto é, como o ministério não quer mais contratar pessoal e nem mandar recursos, vai transformá-los em fundações privadas e privatizar parte de seus serviços, ou seja, os hospitais terão que fazer convênios privados para se auto sustentar.

Toda esta mudança proposta traz um grande prejuízo aos trabalhadores, que ficarão em regime especial e em extinção. O Ensino terá seu espaço reduzido, pois não se pratica ensino em atendimento privado. A população terá cada dia mais dificuldade de encontrar atendimento, e para conseguir um atendimento de especialidade, como Neurologista, Ortopedista, Reumatologista, terá que esperar por muito mais tempo ou terá que pagar.

Privatizar qualquer parte que seja destes hospitais é uma situação muito grave, pois são a maior rede hospitalar pública de atendimento de especialidade do país que atende a população/SUS.

Na bastasse o caso na saúde pública e as dificuldade que a população enfrenta para ser atendida nos serviços de saúde, o governo apresenta esta uma proposta que agrava ainda mais esta situação.

Diante deste quadro é que o SINTESAM, tem estado permanentemente em alerta, e se mantido presente as discussões junto aos GT's Saúde e Seguridade da Fasubra, visando elaborar propostas para os HU's no entendimento que são Instituições públicas, que prestam serviços de saúde e educação, na lógica do tripé universitário Ensino, Pesquisa e Extensão, com qualidade e compromisso social.

**Nem Autarquias, nem Fundações,
queremos os HU's no Ministério da Educação.**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito a V. Ex^a, mais uma vez, a contribuição dada em relação ao aperfeiçoamento do serviço de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais.

Tenho a honra de conceder a palavra, pela ordem de inscrição que tenho sobre a mesa, em primeiro lugar, ao Senador Tião Viana; em segundo, ao Senador Ney Suassuna e, em terceiro, ao Senador Gilvam Borges.

Não tenho sobre a mesa a inscrição da Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Estou inscrita, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a já está inscrita.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Renan Calheiros, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago, para leitura neste Plenário do Senado Federal, matéria intitulada “O Milagre da Educação de Lula”, publicada no último dia 25 de junho deste ano, pelo jornal **Folha de S.Paulo**, escrita por Gilberto Dimenstein, um jornalista insuspeito, da maior qualidade profissional, que procura, em sua atividade jornalística, descrever momentos interessantes que merecem o registro da sociedade a fim de levá-la a uma reflexão.

Neste artigo, o jornalista aponta uma experiência que julgo inusitada em Pernambuco e que suscita, no mínimo, um grande debate entre aqueles que têm a educação como matriz revolucionária e que entendem que não se muda uma nação senão pela educação. Fiquei, de fato, envolvido com esta matéria, porque sempre busco um estudo que aponte uma saída para a crise da saúde pública no Brasil, no que diz respeito ao seu financiamento. Acho que esta matéria inspira uma reflexão mais ampla, inclusive no campo da saúde pública.

Diz o jornalista Gilberto Dimenstein:

Estamos prestes a transformar a transmissão do conhecimento numa questão central para o país.

Uma das experiências sociais mais ousadas do país ocorre em Pernambuco. Um grupo de 13 escolas estaduais paga parte do salário de seus professores com base no desempenho dos alunos. Sua direção, eleita pela comunidade, assina um contrato com o

governo e se compromete a atingir, a cada ano, determinadas metas. O salário-produtividade dos professores é bancado com recursos de empresários que participam do conselho da escola, habilitada, por lei, a fazer arrecadações privadas para fortalecer o seu orçamento. Nesses colégios de ensino médio, com tempo integral, o cotidiano se mescla ao currículo tradicional. Um rio que passe na frente da escola é motivo para que se recorram às lições de história, química, biologia, física e matemática. É um modelo inusitado de gestão na rede pública de ensino, no qual se premia o mérito e se compartilha o ato de educar.

Um dos inspiradores dessa experiência é o presidente da Philips no Brasil, Marcos Magalhães, despertado pelo estado lastimável da escola pública na qual estudou em Recife. Envolveu-se a tal ponto nesse projeto que, convidado a se mudar para a Holanda e assumir a vice-presidência mundial de sua empresa, preferiu pedir aposentadoria para implantar, em escala nacional, esse modelo de gestão educacional. Se esse tipo de projeto, complexo, ganhar escala, teremos o que o Lula prometeu para seu segundo mandato. “Vou promover o milagre da educação”, disse [o Presidente], em tom de campanha. Para traduzir o tamanho do milagre necessário, bastaria lembrar que apenas 5% dos formados na rede pública dominam, apropriadamente, a língua portuguesa. Falar em milagre é um exagero publicitário. Mas o fato é que estamos prestes a transformar, de verdade, a transmissão do conhecimento numa questão central para o País, por falta de alternativa para sustentar o desenvolvimento econômico.

Reflexões dessa inquietação, começam a surgir, aqui e ali, projetos como os das 13 escolas de ensino médio pernambucano, nos quais educar não é responsabilidade apenas de governo. Em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, estão sendo criados bairros educativos; abrem-se, em torno da escola, espaços de aprendizagem conectados à rede de ensino.

Em Belo Horizonte, alunos mais pobres recebem educação de tempo integral, complementada por alguma entidade. Em Boa Vista (Roraima), juntam-se as políticas públicas em

torno de crianças e adolescentes, a exemplo do que ocorre em determinadas escolas de Curitiba. Clubes esportivos e parques são transformados, em São Paulo, numa extensão dos colégios; educadores são treinados a incorporar os equipamentos de saúde, cultura, lazer e esporte ao cotidiano dos estudantes. Governos estaduais – São Paulo, Tocantins, Minas, Santa Catarina, por exemplo – implantam escolas em tempo integral. Espalha-se por todo o país o hábito de abrir escolas nos finais de semana.

Acostumado a trabalhar com metas, Magalhães é um dos exemplos de empresários e executivos interessados em mexer na gestão de políticas públicas no geral e, em especial, na educação. Fundações empresariais formam profissionais, muitos deles vindos de faculdades de administração e de economia, capazes de criar indicadores, sistematizar experiências, racionalizar esforços, reduzir custos. Nesse ambiente, são incubados laboratórios sociais. Neste final de semana, na Bahia, empresários da América Latina, especialistas e poder público analisam casos de sucesso de responsabilidade empresarial para a melhoria do ensino. Desde o ano passado, algumas das mais importantes personalidades do PIB nacional estão participando, em parceria com entidades internacionais e representantes dos vários níveis de governo, da montagem de uma agenda exclusiva de educação para 2022, bicentenário da Independência do Brasil.

Na sua intuição, Lula percebeu que chegou a vez da educação, sem a qual o Brasil não conseguirá ir muito longe social, econômica e politicamente. O que talvez ele não saiba é que não se deve apostar em milagres nem na vontade de um presidente ou de um governo. Mas na transformação desse tema num projeto de nação, assim como o foram a volta da democracia, o fim da escravidão e o controle da inflação. Só assim a experiência das 13 escolas pernambucanas não sucumbirá ao corporativismo e à politicagem – e, quem sabe, será mais uma ilha de excelência num mar de indigência.

Assim conclui Gilberto Dimenstein:

Pode até ser uma atitude eleitoreira, mas considero um avanço um presidente falar que a prioridade número um de seu governo será a educação.

Assim, Sr. Presidente, julgo ser este um dos artigos mais lúcidos que pudemos testemunhar na imprensa brasileira nos últimos meses. Há dois dias, Gilberto Dimenstein escreveu esta matéria, suscitando um extraordinário debate por parte daqueles que têm compromisso com a educação. É uma matéria inovadora, porque muda a estrutura em que está assentada a educação brasileira, rediscute o financiamento da educação e aponta as falhas estruturais da carência de financiamento para o setor.

O Parlamento brasileiro tem despertado para o tema e promovido um belo debate a respeito dele. A Senadora Heloísa Helena, por exemplo, tem uma belíssima matéria legislativa aprovada aqui, aguardando o seu devido encaminhamento, que trata do acolhimento das crianças na primeira fase da vida, no ambiente escolar. Trata-se de uma trincheira libertária para o futuro de uma nação que quer considerar-se nação de fato. O Senador Cristovam Buarque prega a educação como a essência de uma eventual vitória sua no governo.

O Presidente Lula assume que, em um segundo governo seu, se for eleito, a educação será uma prioridade. Ao acompanhar os estudos estratégicos do atual Governo, pude perceber um desafio no campo da educação: que, em 2022, no ano do Bicentenário do País, de fato, indicadores demonstrem que a educação transformou a sociedade, a criança e a juventude brasileira, já que a educação representa oportunidade para todos. Para nós, educação é um conceito de matriz revolucionária em um País onde a economia não achou ainda o seu curso definitivo, transformador, que garanta inclusão social para todos.

Por essa razão, peço que o artigo que li, de Gilberto Dimenstein, seja inserido nos Anais do Senado, bem como o editorial da **Folha de S.Paulo** de hoje, que também faz referência a esta matéria, tratando da responsabilidade social do empresariado brasileiro com a educação em nosso País.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S.PAULO

25/06/2006

Gilberto Dimenstein: O milagre da educação de Lula

***Estamos prestes a
transformar a transmissão
do conhecimento numa
questão central para o país***

UMA DAS experiências sociais mais ousadas do país ocorre em Pernambuco. Um grupo de 13 escolas estaduais paga parte do salário de seus professores com base no desempenho dos alunos. Sua direção, eleita pela comunidade, assina um contrato com o governo e se compromete a atingir, a cada ano, determinadas metas. O salário-produtividade dos professores é bancado com recursos de empresários que participam do conselho da escola, habilitada, por lei, a fazer arrecadações privadas para fortalecer seu orçamento. Nesses colégios de ensino médio, com tempo integral, o cotidiano se mescla ao currículo tradicional. Um rio que passe na frente da escola é motivo para que se recorram às lições de história, química, biologia, física e matemática. É um modelo inusitado de gestão na rede pública de ensino, no qual se premia o mérito e se compartilha o ato de educar.

★

Um dos inspiradores dessa experiência é o presidente da Philips no Brasil, Marcos Magalhães, despertado pelo estado lastimável da escola pública na qual estudou em Recife. Envolveu-se a tal ponto nesse projeto que, convidado a se mudar para a Holanda e assumir a vice-presidência mundial de sua empresa, preferiu pedir

aposentadoria para tentar implantar, em escala nacional, esse modelo de gestão educacional. Se esse tipo de projeto, complexo, ganhar escala, teremos o que Lula prometeu para seu segundo mandato. "Vou promover o milagre da educação", disse, em tom de campanha. Para traduzir o tamanho do milagre necessário, bastaria lembrar que apenas 5% dos formados na rede pública dominam, apropriadamente, a língua portuguesa. Falar em milagre é um exagero publicitário. Mas o fato é que estamos prestes a transformar, de verdade, a transmissão do conhecimento numa questão central para o país, por falta de alternativa para sustentar o desenvolvimento econômico.



Reflexões dessa inquietação, começam a surgir, aqui e ali, projetos como os das 13 escolas de ensino médio pernambucano, nos quais educar não é responsabilidade apenas de governo. Em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, estão sendo criados bairros educativos; abrem-se, em torno da escola, espaços de aprendizagem conectados à rede de ensino. Em Belo Horizonte, alunos mais pobres recebem educação de tempo integral, complementada por alguma entidade. Em Boa Vista (Roraima), juntam-se as políticas públicas em torno de crianças e adolescentes, a exemplo do que ocorre em determinadas escolas de Curitiba. Clubes esportivos e parques são transformados, em São Paulo, numa extensão dos colégios; educadores são treinados a incorporar os equipamentos de saúde, cultura, lazer e esporte ao cotidiano dos estudantes. Governos estaduais -São Paulo, Tocantins, Minas, Santa Catarina, por exemplo- implantam escolas de tempo integral. Espalha-se por todo o país o hábito de abrir escolas nos finais de semana.

Acostumado a trabalhar com metas, Magalhães é um dos exemplos de empresários e executivos interessados em mexer na gestão de políticas públicas no geral e, em especial, na educação. Fundações empresariais formam profissionais, muitos deles vindos de faculdades de administração e de economia, capazes de criar indicadores, sistematizar experiências, racionalizar esforços, reduzir custos. Nesse ambiente, são incubados laboratórios sociais. Neste final de semana, na Bahia, empresários da América Latina, especialistas e poder público analisam casos de sucesso de responsabilidade empresarial para a melhoria do ensino. Desde o ano passado, algumas das mais importantes personalidades do PIB nacional estão participando, em parceria com entidades internacionais e representantes dos vários níveis de governo, da montagem de uma agenda exclusiva de educação para 2022, bicentenário da Independência.

Na sua intuição, Lula percebeu que chegou a vez da educação, sem a qual o Brasil não conseguirá ir muito longe social, econômica e politicamente. O que talvez ele não saiba é que não se deve apostar em milagre nem na vontade de um presidente ou de um governo. Mas na transformação desse tema num projeto de nação, assim como o foram a volta da democracia, o fim da escravidão e o controle da inflação. Só assim a experiência das 13 escolas pernambucanas não sucumbirá ao corporativismo e à politicagem -e, quem sabe, será mais que uma ilha de excelência num mar de indigência.



P.AS- Pode até ser uma atitude eleitoreira, mas considero um avanço um presidente falar que a prioridade número um de seu governo será a educação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero acrescentar, a bem da justiça, que a Senadora Heloísa Helena apresentou nesta Casa o primeiro projeto para tradução de Libras. É de se ressaltar a preocupação de S. Ex^a com os seis milhões de surdos que têm ficado excluídos de muitas atividades políticas relevantes. Agora marchamos, dando um grande passo neste Senado Federal, para dar a eles o tratamento de cidadãos, como efetivamente merecem.

Sr. Presidente, recebi, na Liderança do PSDB, o Sr. José Gabrielense Gomes Duarte, representante da associação dos servidores aposentados da Caixa Econômica Federal. Para resumir, ele reclama – parece-me que com justeza – da defasagem dos servidores aposentados da Caixa Econômica Federal em relação aos servidores aposentados do Banco do Brasil, que seria de aproximadamente 92%. Ele pede que nós, Lideranças e Parlamentares desta Casa, estudemos a questão com vistas a uma possível mudança a favor dessa importante categoria dessa relevante empresa pública.

Peço a V. Ex^a que me inscreva, depois que os oradores que estão inscritos falem, como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Inscreverei V. Ex^a, na forma do Regimento.

Comunico à Casa que, em várias oportunidades, tenho conversado com o Presidente da República e com a Ministra Dilma Rousseff para que possamos ter, no prazo da lei, a correção das distorções salariais que atingem vários servidores, de várias categorias, principalmente os da Polícia Federal. A última vez em que houve um aumento significativo para a Polícia Federal foi quando eu era Ministro. Na ocasião, incorporamos uma gratificação antiga ao salário da Polícia Federal, apesar do parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda, e elaboramos um plano de cargos e salários para a Polícia Rodoviária Federal, elevando o salário, o teto da Polícia Rodoviária Federal para 80% do que a Polícia Federal ganhava. Uma histórica reivindicação.

Além disso, temos demandas com relação à Polícia Civil do Distrito Federal, à Procuradoria da Fazenda Nacional, ao grupo de gestão do Ministério do Planejamento, à Advocacia-Geral da União, ao Incra, à Polícia Rodoviária Federal e outras categorias.

Antes de conceder a palavra ao Senador Ney Suassuna, e com a sua aquiescência, Senador – e V.

Ex^a já pode até assomar à tribuna –, vou conceder a palavra, pela ordem, ao Senador Romeu Tuma, que deseja manifestar-se rapidamente sobre o assunto que acabo de anunciar: as demandas salariais de determinadas categorias, que objetivam, além da aprovação desses planos de cargos e salários, corrigir distorções com as quais não podemos conviver mais.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente Renan Calheiros, tendo sido Ministro da Justiça e acompanhado de perto as transformações na área da segurança pública no que dizem respeito às entidades federais, V. Ex^a tem uma visão muito clara do problema. Não diria numa briga, mas num debate com a AGU, o Presidente incorporou a gratificação quando era Ministro. Desde então, não se fez mais nada em benefício da Polícia Federal.

Não vou criticar o Presidente nem o atual Ministro da Justiça, mas há uma enorme angústia na Polícia Rodoviária e na Polícia Federal, porque apesar de ter sido firmado um acordo de reestruturação e aumento em novembro, está chegando o dia 30 e não houve uma definição. Além disso, com essa discussão com o Tribunal Eleitoral agora, vive-se um drama. Quer dizer, vai ser possível ou não dar cumprimento à palavra empenhada pelo Presidente?

V. Ex^a já deu todo o embasamento legal relativo à estrutura, aquilo que constava na constituição da Polícia Rodoviária Federal, cujos membros eram do regime da CLT e passaram a ser policiais federais – estavam numa secretaria que, à época, eu dirigia. V. Ex^a deu infra-estrutura, e hoje são polícias independentes que trabalham harmonicamente para poder bem servir ao Brasil.

A Organização das Nações Unidas fez um relatório que evidencia o aumento do uso de drogas. Temos de contar com a Polícia Federal. Os Estados às vezes fazem acusações até injustas, dizem que o tráfico de drogas e de armas é responsabilidade da Polícia Federal. Não é verdade, V. Ex^a sabe que não é verdade, porque temos uma fronteira muito grande, e há quase uma incapacidade financeira de bancar as operações na área.

Eu queria, portanto, homenagear o Presidente Renan Calheiros por ter sempre olhado essa questão com carinho. Sei que o Ministro atual também está preocupado com ela, S. Ex^a me disse sua angústia era profunda por não ter podido ainda cumprir sua promessa.

Agradeço por V. Ex^a ter levantado esse problema que tanto nos angustia. Obrigado, Sr. Presidente. Esperamos que essa solução venha logo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito a intervenção de V. Ex^a e as imerecidas palavras referidas a mim.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, que pena que nós, seres humanos, não tenhamos nem onipresença nem onisciência, qualidades que, sabemos, só quem tem é Deus. Hoje eu queria muito estar na cidade de Santa Rita, onde está havendo um encontro do PMDB, o encontro denominado Paraíba de Futuro. Embora saibamos tudo de que a Paraíba precisa para voltar a ter crescimento econômico, desenvolvimento social e tudo mais, abrimos essa discussão em cada grande cidade da Paraíba, debatemos em cada cidade com as ONGs, as Oscips (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) e com as pessoas físicas o que poderia ser agregado ao nosso programa, ao programa do nosso PMDB para o governo do Estado.

Hoje se realiza esse encontro na cidade de Santa Rita, uma das maiores da Paraíba e a terceira em número de eleitores em nosso Estado. Lamento muito não poder estar lá – tenho obrigações aqui na Capital federal –, mas quero mandar o meu abraço aos companheiros que lá estão realizando neste momento o seminário Paraíba de Futuro. O meu abraço ao prefeito Marcus Odilon Ribeiro Coutinho, que está transformando a cidade e fazendo, a cada semana, o calçamento de inúmeras ruas e muitas obras importantes.

Sr. Presidente, a minha vinda à tribuna se justifica também pelo meu desejo de insistir em três itens importantes para a agricultura do meu Estado. O primeiro deles diz respeito à dívida dos agricultores.

Sobre esse assunto já votamos matéria aqui, matéria que já foi para a Câmara, mas que ainda não foi, como gostaríamos que tivesse sido, votada com a maior rapidez possível. Não saiu até agora a votação que resolveria o problema dos nossos companheiros do semi-árido que ainda estão devedores. Nós conseguimos fazer aqui um acordo, que foi benéfico, de R\$100 mil na origem e que, além disso, daria quatro anos de carência e 20 anos para pagar, enfim, um acordo que seria importante.

O outro item sobre o qual falarei também afeta e aflige o Estado de V. Ex^a: é o problema dos plantadores de cana. Na Paraíba, nós tínhamos aproximadamente 2,7 mil plantadores de cana, mas hoje só temos cerca de 900. É um mercado que só vende para as usinas. O álcool subiu, o açúcar subiu, há um *boom* nessa área – muitos usineiros do meu Estado já estão com cinco, seis usinas em Tocantins, São Paulo, Minas Gerais –,

mas os plantadores de cana não compartilharam esse crescimento, ao contrário, tiveram perdas.

E hoje, para nosso azar, deixou de vigorar o pequeno percentual de equivalência que tínhamos em relação ao Sudeste.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A equalização de custo.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Perdemos a equalização de custo, R\$5,00 por tonelada, Sr. Presidente. Isso representa 30% dos custos dos plantadores de cana e está causando prejuízos enormes. O resultado disso é que, por causa das agruras financeiras pelas quais estão passando, os agricultores estão vendendo suas terras para as usinas. Se tivermos de fazer, como fez o Sul e o Sudeste, uso de máquinas – cada máquina equivale a 70 trabalhadores –, muitos perderão seus empregos. Para que V. Ex^{as} tenham idéia: um empresário que saiu da Paraíba e hoje obtém altos índices de produtividade tem 70 máquinas, máquinas que significaram o corte de 4,9 mil empregos apenas em uma usina.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu queria dizer a V. Ex^a que nós não perdemos a equalização: ela está na lei. Precisamos é fazer com que o Governo cumpra a lei e as portarias que vêm ainda do antigo IAA.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Essa era uma portaria do IAA e está na lei sim, V. Ex^a está coberto de razão, apenas deixaram de pagar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Deixaram de pagar durante cinco ou seis anos. Temos de retomar essa luta, mobilizar o Congresso Nacional. No que depender de mim, estarei sempre com V. Ex^a, engajado para que isso aconteça.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Que ótimo, Presidente, porque isso atinge Alagoas, atinge a Paraíba, atinge Pernambuco, atinge o Ceará, atinge todos os Estados do Nordeste que perderam essa equalização.

Há um outro assunto que eu gostaria de trazer para V. Ex^a hoje, assunto que também atinge genericamente todos os Estados nordestinos. Veja V. Ex^a: se V. Ex^a tiver uma fábrica de ração no interior de um Estado nordestino e procurar milho, vai encontrá-lo no Centro-Oeste e no Sudeste. Sobre o preço do saco de milho, se for para ração, o Governo dá um desconto de R\$5,00, mas, se for para uma indústria alimentícia, não há esse desconto, não há esse incentivo. É uma distorção séria.

Como é possível, Sr. Presidente, haver incentivo para o animal e não haver também para o ser humano? O grande problema das indústrias alimentícias nordestinas que usam o milho como base é exatamente

o transporte. Para comprar na Bahia e levar para a Paraíba, por exemplo, custa R\$ 5,70. O incentivo seria de R\$5,00 se fosse para ração, mas para o ser humano não tem incentivo e, então, custa mais caro: R\$ 5,70. Isso faz com que se perca competitividade diante das indústrias que estão nas regiões onde o milho é produzido. São problemas de um país continental, mas é preciso fazer alguma coisa? Não permitir a industrialização de uma região tão grande como é a nossa significa perder empregos, perder incentivos. É preciso encontrar uma solução, e a solução que encontramos neste País continental foi essa equalização, seja para a cana-de-açúcar, seja para o milho. No caso da cana-de-açúcar, caminha-se para a extinção da classe dos plantadores de cana. E, no caso do milho, para os produtores de alimentos, está-se gerando esse problema, essa distorção.

Como essa situação atinge todo o Nordeste, apelo a V. Ex^a e aos Senadores nordestinos...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Isso reflete, se V. Ex^a me permitir, sobretudo a ausência de uma política de combate à desigualdade regional. No mundo todo tem isso. Todo Estado norte-americano que não acompanhou o desenvolvimento médio do país teve para si, especificamente para si, uma política de combate à desigualdade regional. Agora, na fusão das últimas Alemanhas, a Ocidental investiu US\$500 bilhões na Oriental, o que não temos hoje no Brasil; não podemos abrir mão de instrumentos que podem, sem dúvida alguma, minimizar essa desigualdade que a cada ano aumenta mais.

Eu queria parabenizar V. Ex^a pela oportunidade do discurso e lembrar, sobretudo, que, quando votamos aqui a renegociação da dívida dos produtores agrícolas, não foi votado um tipo de dívida que já tinha sido mandado pelo banco para o Tesouro. Essas dívidas que já estão no Tesouro precisariam de uma regra para serem negociadas. Tanto que colocamos isso na Medida Provisória dos Empregados Domésticos; e eu, pessoalmente, em nome dos Líderes partidários, dos Líderes que dão sustentação ao Governo, falei com o Presidente da República, que pediu a mim que lembrasse a V. Ex^a e ao Líder do Governo no Senado Federal, Senador Romero Jucá, de tratarem especialmente desse assunto, porque, a exemplo do que se fez com a criação da Empresa Gestora de Ativos (Emgea), órgão criado para negociar as dívidas dos mutuários junto à Caixa Econômica Federal, temos de ter um organismo, uma instituição ou mesmo algumas pessoas para negociarem as dívidas dos bancos que foram mandadas para o Tesouro Nacional. Só em Alagoas, para se ter uma idéia – não quero citar os outros Estados do Nordeste do Brasil –, mais de duas

mil pessoas estão nessa situação. Quer dizer, não dá para resolver um problema pela metade, temos que resolvê-lo como um todo, e a saída é a renegociação inteira dessas dívidas. Entendo como patrocinadores V. Ex^a e outros Senadores, tais como o Senador Marco Maciel, a Senadora Heloísa Helena, o Senador Gilvam Borges e o Senador Teotônio Vilela Filho, que, desde o primeiro momento, batalhou para que isso efetivamente pudesse acontecer.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, V. Ex^a está coberto de razão. Eu vou conversar com o Senador Romero Jucá e com os demais Líderes para ver como poderemos agilizar a tramitação dessa matéria. Não é justo que os que já foram para o Tesouro tenham um tratamento diferenciado, mais pesado e mais duro do que os que ainda não tinham ido. Por esta razão, conseguimos votar para tentar salvar uma situação que é de justiça.

Mas, Sr. Presidente, quero encerrar falando de um último segmento, o segmento dos que caíram no “conto da algaroba”. Não sei se no Estado de V. Ex^a, mas no meu Estado são inúmeras as fazendas nas áreas do semi-árido – no Estado de V. Ex^a o semi-árido é menor. E onde havia o semi-árido, durante o Governo de João Figueiredo, informaram que a algaroba era um milagre e que se deveria plantá-la. Todo mundo arrancou tudo para poder receber o empréstimo e só pagaram a primeira parte do empréstimo. A algaroba não era nada do que se falava: não deu madeira, não deu alimentação para gado. Pelo contrário, se fosse fornecida para o gado constantemente, irá até criar um problema locomotor nas reses. No caso da Paraíba, cerca de 200 fazendeiros estão tendo as suas terras tomadas porque caíram nesse conto – foi um dinheiro que sequer receberam a segunda parcela.

Então, na reunião com a Associação dos Agricultores, fiquei impressionado com a injustiça em relação à cana-de-açúcar, em relação ao milho para a produção de alimentos humanos e, também, em relação a esse fato da algaroba. E agora V. Ex^a traz mais um item para o qual precisamos olhar e resolver: a diferenciação de tratamento sofrida por aqueles que estavam com seus endividamentos em trâmite no Tesouro – que estão tendo um tratamento mais duro e injusto.

Vamos tentar, pois, encontrar uma solução para o caso. Para tanto, estou pedindo uma audiência ao Ministro da Agricultura, levando esses itens, e lá, vou ousar dizer que V. Ex^a não só está nos apoiando como também nos incentivando a encontrar uma solução.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Não há dúvida.

Peço permissão ao Senador Gilvam Borges, para conceder a palavra à Senadora Patrícia Saboya Gomes. Em seguida, darei a palavra a V. Ex^a por mais tempo.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigada, Sr. Presidente Renan Calheiros, e obrigada, Senador Gilvam Borges, pela oportunidade de estar aqui, hoje, me referindo a um dos temas sobre o qual já tive oportunidade de falar com V. Ex^a: um projeto nosso que tramita no Senado Federal e que trata da ampliação da licença-maternidade para as mulheres que trabalham na iniciativa privada.

Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer um balanço de como anda essa nossa campanha. Trata-se da campanha pela licença-maternidade de seis meses, causa que abracei com entusiasmo em parceria com a Sociedade Brasileira de Pediatria. Inclusive, V. Ex^a recebeu o Presidente da OAB, na ocasião, e o Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, Dr. Dioclécio Campos Júnior, dando o apoio integral a essa causa que é de todas as mulheres trabalhadoras e de todas as crianças e adolescentes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a não imagina a repercussão desse projeto. Estive em vários lugares, mas o último lugar que estive foi em Penedo, dando uma entrevista. A entrevistadora, muito competente por sinal, perguntou quando seria votado o projeto da Senadora Patrícia Saboya Gomes. Fiz questão de dizer que tão logo tenhamos a nossa pauta desbloqueada – e tenho trabalhado todos os dias para que isso aconteça – vamos votá-lo.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Percebi, desde o primeiro momento, a sensibilidade de V. Ex^a para essa causa. Quero citar, também, o Senador Paulo Paim, Relator dessa matéria, que está praticamente com o seu relatório pronto e aguarda, até a meu pedido, a fim de que pudéssemos ter mais tempo para essa discussão, envolvendo o Brasil e todos os segmentos; para que pudéssemos fazer várias audiências públicas de modo que esse projeto possa ser consolidado e que todo o Brasil possa aderir, pois essa é uma causa suprapartidária. Penso que é uma causa de todos os brasileiros, homens e mulheres de bem, que sonham com um Brasil mais justo, onde os nossos filhos possam ser protegidos e recebam a segurança necessária para que possam se desenvolver tanto física como intelectual e emocionalmente.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Patrícia Saboya Gomes, quero apartear a mesma linha do Senador Renan Calheiros. Como sou Relator da matéria, V. Ex^a não imagina o número de corres-

pondências que estou recebendo para subsidiar o meu relatório. Respondemos a todas, seguindo a orientação que V. Ex^a nos deu quando às audiências públicas, a política de convencimento. Como o projeto é optativo, não engessa nada, V. Ex^a está fazendo um trabalho, em nível nacional, de convencimento, para que, sendo a lei aprovada – e tenho certeza que será aprovada no Senado e na Câmara –, efetivamente as empresas e a sociedade assumam a responsabilidade de ampliar a licença. Por isso faço este aparte para cumprimentá-la e justificar que o relatório será exatamente como V. Ex^a orientar. Se houver alguma mudança, mínima que seja, será obra de V. Ex^a. Cumprirei o que foi combinado, pois é V. Ex^a que está viajando o Brasil todo e subsidiando-me para fazer o relatório final. Parabéns a V. Ex^a.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE) – Eu que agradeço a V. Ex^a, que teve uma grande sensibilidade na audiência pública. Inclusive, quando digo que o Senador Paulo Paim é o Relator desta matéria, as pessoas sempre comentam que, pela sua luta, pela sua história, certamente este projeto será votado em breve. E, como disse o Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, daremos essa oportunidade a milhões de mulheres brasileiras e a milhões de crianças. Quero só agradecer a V. Ex^a a sensibilidade e determinação em ajudar a aprovar este projeto, pois, desde o início, mesmo antes de ser Relator desta matéria, já esboçava o seu convencimento pelo assunto. Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

Em meados do ano passado, fui procurada pelo presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, Dr. Dioclécio Campos Júnior, para que pudéssemos apresentar esta proposta arrojada e ousada, que vai garantir que as mulheres da iniciativa privada possam optar por mais dois meses de licença-maternidade. Alguns até podem questionar que mais dois meses de licença-maternidade poderia criar um certo impasse ou uma certa dificuldade, ainda maior do que a que existe hoje, para o acesso da mulher ao mercado de trabalho. Mas tenho procurado convencer do contrário aqueles que a princípio possam estar contra o projeto, mostrando que isso, na verdade, é um grande investimento que estamos fazendo em nosso País. Participei, semana retrasada, da 5ª Conferência da Sociedade de Pediatria, com todos os pediatras do Brasil, onde este projeto também foi amplamente discutido, e todos os especialistas que lá se encontravam eram unânimes em afirmar que os seis primeiros meses na vida de uma criança são essenciais para determinar como essa criança irá se comportar no futuro. O objetivo principal do projeto, na verdade, não é apenas o aleitamento materno, mas muito mais fortalecer o vínculo afetivo

entre mãe e filho. Todos sabemos a importância que tem a fala da mãe, o carinho da mãe, o contato, o tato, o cheiro da mãe para a criança.

Uma criança nasce com aproximadamente 100 bilhões de células de neurônios que precisam se interligar, é a sinapse. E isso acontece com os estímulos que a criança recebe do meio externo. E o maior estímulo, aquele mais importante de todos, evidentemente, é o carinho, a proteção e a segurança que a criança recebe da mãe nos primeiros meses de vida.

Alguns podem também dizer que, se dermos isenção a todas as empresas que queiram aderir ao projeto, haverá um custo muito elevado para o País. A consultoria do Senado e a própria Sociedade Brasileira de Pediatria, Senadora Heloísa Helena, têm analisado os custos do acréscimo de dois meses na licença-maternidade para o Brasil. E um estudo inicial mostra que, se todas as empresas do Brasil – pequenas, médias e grandes – aderissem a essa proposta já no princípio, pois ela é facultativa, o impacto para os cofres públicos seria em torno de R\$500 milhões por ano.

Porém o SUS, Senadora Heloísa Helena, gasta R\$300 milhões só com as internações de crianças com menos de um ano, por pneumonia. R\$300 milhões! Então, isso vai significar, na verdade, uma economia brutal para o País. No entanto, mais do que isso – e me dirijo àqueles que são apegados aos números, às taxas –, esse projeto tem de ser visto tem de ser lido como um investimento na primeira infância, segmento que tenho insistido em tratar nesta Casa, pois é o mais frágil, o mais vulnerável.

Senadora Heloísa Helena, várias vezes conseguimos trabalhar juntas essa matéria. V. Ex^a tem uma proposta, a qual assinei, garantindo a estabilidade das mulheres que gozarem por mais dois meses da licença-maternidade para que não sejam demitidas sem justa causa, porque, infelizmente, ainda é isso que acontece em nosso País.

Concedo um aparte à Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – De fato, Senadora Patrícia, mais uma vez, quero saudar o pronunciamento de V. Ex^a e homenagear a sua luta nesta Casa. Sei que não é uma luta dedicada apenas à infância, mas ela se torna mais especial e preciosa justamente pela dedicação a essa etapa da vida. Tenha certeza do carinho e da admiração que todos desta Casa têm por V. Ex^a. Quantas vezes aqui nos emocionamos todos juntos: V. Ex^a, o Senador Tuma... O Senador Tuma, tão bravo, tão competente, e é todo coração com a gente. Minha mãe diz que uma das mais belas homenagens que prestaram a mim aqui foi feita por ele, quase chorando, o fofo. Então, quero homenagear

mais uma vez o trabalho, a luta, o carinho de V. Ex^a. E o que há de mais belo é que esse trabalho se associa a uma conduta pessoal de V. Ex^a.

V. Ex^a adotou a Maria Beatriz, a poderosa Bia, realizando o mais belo gesto de amor de uma pessoa, que é conseguir amar o filho de outro como se fosse o seu próprio filho. Então, quero abraçar mais uma vez o seu esforço. V. Ex^a também já tinha dito da preocupação, das questões que recebemos de várias entidades sindicais e de várias mulheres no Brasil, muito preocupadas se a extensão da licença-maternidade potencializaria a instabilidade e o aumento da demissão. Então, também tivemos a oportunidade de pensar juntas, de minimizar esse risco. Não tenho dúvida, é uma fase da vida muito especial. Claro que todos os mais importantes e brilhantes estudos na neurociência mostram exatamente qual é o papel de todas as conexões neurológicas nesse período da infância. É importante o período da amamentação, a relação com o bebezinho. Além de ter amamentado os meus, fui mãe de leite de outras duas crianças. Sei quais os vínculos maravilhosos que podem ser potencializados com essa fase. E muitas mulheres que adorariam ter a oportunidade de ficar amamentando seus filhos, que amariam a possibilidade de estar mais pertinho de seus filhos nessa época da vida são arrastadas para outras circunstâncias. Não estou falando apenas das mulheres mais pobres da periferia, mas também de muitas de nós. Para amamentar exclusivamente, dar a mama durante seis meses aos meus filhos, eu os levava para a faculdade. Saía de ônibus com meus filhos, Senador Romeu Tuma, andava mais de um quilômetro para deixar o mais velho em uma creche, andava mais outras centenas de metros para pegar um ônibus para a universidade. Pegar dois ônibus com crianças pequenas não é uma coisa qualquer. Eu tinha a compreensão de quanto isso era importante. Muitas mulheres acabam não tendo a possibilidade de compreender, ou possuem vários outros preconceitos, muitas coisas são ditas nas nossas vidas, e não conseguem compreender a importância da amamentação. Portanto, o projeto de V. Ex^a, elaborado de forma honesta e conseqüente, é aplaudido pela sociedade de pediatria e por outros movimentos engajados. Quero mais uma vez parabenizar esse gesto não apenas de generosidade parlamentar, mas de grandeza política e pessoal de V. Ex^a em relação ao tema. Esse aparte é somente para mais uma vez parabenizá-la.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE) – Obrigada, Senadora Heloísa Helena, que tem me ajudado muito nesta Casa a compreender determinados fatos, inclusive na própria política, pois às vezes não entendemos. Quando cheguei a esta Casa, per-

cebi a força e a determinação de V. Ex^a, que fala com coração sobre aquilo que acredita. Sei que, quando V. Ex^a faz um pronunciamento desta natureza, apoiando o projeto, é porque acredita nele, deseja realmente que ele seja aprovado, porque a sua sinceridade e a sua honestidade têm sido muito importantes neste momento tão difícil do nosso País.

Vejo como as pessoas a admiram, pela sua simplicidade e porque conhece pessoalmente essa realidade, pois já a viveu. Enquanto V. Ex^a descrevia esse quadro, eu ficava imaginando como é a vida da grande maioria das mulheres brasileiras, tão sacrificadas, com a responsabilidade de criar, amamentar, educar, amar, cuidar dos filhos, fora as outras tarefas, como o trabalho, a realização pessoal como profissional, que é necessária. E conciliar tudo isso, às vezes, é uma carga muito pesada, mas muito prazerosa para nós que temos a experiência de ser mãe. Agradeço mais uma vez a gentileza de suas palavras.

Concedo um aparte ao Senador Romeu Tuma, pessoa tão querida e, como disse a Senadora Heloisa Helena, tão brava, mas talvez o Senador desta Casa que tenha mais sensibilidade, carinho e mais emoção para tratar dessas causas sociais.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senadora Patrícia e Senadora Heloisa, não vou falar pelo art. 14, porque são tantos os elogios que teríamos de inverter o número do parágrafo. Mas é uma alegria! Quando vi as duas conversando ali, eu falei: “Vai sair coisa boa”. Temos aqui um time de mulheres que representam a sociedade de fazer inveja a qualquer segmento deste País. Senadora Heloisa Helena, se me permitir a Senadora Patrícia, V. Ex^a entra numa disputa eleitoral para dar equilíbrio de amor ao próximo, numa situação em que espiritualmente estamos nos sentindo mal. Eu me sinto mal, com toda sinceridade, pois há um ambiente pesado, carregado de agressividade. Sabemos que a presença feminina dará equilíbrio, um pouco mais de amor. Que Deus a abençoe e guie o caminho de V. Ex^a, que resolveu provar que a mulher tem o direito de participar ativamente, porque conhece os problemas do País e da sociedade. Senadora, gostaria de chamá-la de Patrícia, porque tem a ver com o coração,

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE) – Fique à vontade, Senador.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Os árabes, principalmente, chamam de patrícios aqueles por quem têm muita amizade. Sou um homem que não tem a experiência da mulher com relação aos filhos. Mas eu tenho quatro filhos, nove netos e, há um mês, uma bisneta. Acho que sou um homem que tem pós-graduação em crianças, em razão de toda a experiência de criar os filhos. Mas o valor da esposa, da mulher, no que diz à

agregação da família, é uma coisa maravilhosa. Não há no mundo coisa mais bonita do que a dedicação da mulher à sua família. Amamentar, lutar para substituir o marido que normalmente trabalha quase o dia inteiro... Lembro-me de uma vez em que eu estava na delegacia, num momento difícil... Quem tem cara de bravo tem de ser bravo com bandido. Com quem temos amor temos de sorrir e chorar. Eu estava lá e avisaram que minha esposa queria falar. Tínhamos os dois primeiros filhos. Ela estava tão brava e dizia que, se eu não dava educação para eles de forma presente, então que fizesse isso por telefone, porque ela não agüentava mais. Eles estavam brigando demais e ela estava entrando em pânico. Mas hoje ela agregou... Desculpe-me por tomar seu tempo, Senadora.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE) – Fique à vontade, Senador. É um prazer.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – É tão bonita a presença de V. Ex^a na tribuna, falando sobre seus projetos voltados para a criança, principalmente aquelas que não podem conviver em uma família bem formada. Ela dizia: “Não podemos reclamar, temos a alegria de estarmos todos juntos”. Foi aniversário de um neto no último domingo e reunimos todos os meus filhos, netos e minha bisneta. Estávamos todos juntos num amor profundo e alegres. Não falarei mais, porque...

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE) – Senador Romeu Tuma, mais uma vez, agradeço a V. Ex^a. Senadora Heloisa Helena, ao beijar o Senador, faça-o por mim e por V. Ex^a. Mais uma vez agradeço-lhe, Senador Romeu Tuma, por tudo. Desde a época em que presidi a CPI, V. Ex^a foi um parceiro, ajudou-nos na luta. V. Ex^a é uma pessoa sensível, merece essa família tão bonita, tão maravilhosa, que emociona a V. Ex^a e a todos nós.

Sr. Presidente, antes de concluir, quero fazer uma prestação de contas de alguns Municípios. Ao mesmo tempo em que tenho procurado fazer audiências públicas para discutir essa matéria, tenho também procurado fazer reuniões com Prefeitos, Prefeitas e Governadores, para que possam adaptar essa lei a seus funcionários públicos. Temos recebido adesão de todo o Brasil.

No Ceará, a licença-maternidade de seis meses é uma realidade em dez Municípios. Beberibe foi o primeiro Município do Brasil a instituí-la e já beneficiou uma mãe e sua filha Júlia. Em Sobral, minha terra, o Prefeito Leônidas Cristino, imediatamente abraçou essa causa, o que me dá uma força, porque Sobral é uma cidade muito importante do Ceará, e isso influencia outros Municípios. Quero, aqui, mandar um abraço muito especial para a minha terra e para o meu Prefeito querido, Leônidas Cristino, que abraçou também

essa idéia. O projeto já virou lei em outros Municípios do Ceará, como General Sampaio, Ipu, Maranguape, Pindoretama, Redenção, Tamboril, Varjota e Horizonte. E em outros quatro Municípios já está tudo pronto para sanção da lei. Em Fortaleza, a Câmara Municipal aprovou a proposta e a Prefeita Luizianne Lins irá sancionar essa proposta.

E, no dia 19 de junho passado, em Fortaleza, fizemos um encontro com vários Prefeitos, Primeiras-damas, Vereadores, e a idéia é de que outros Municípios possam aderir a essa proposta.

Enquanto isso, vai-se espalhando no Brasil. No Espírito Santo, a extensão do benefício foi adotada pela capital, Vitória, a primeira capital, e pelos Municípios de Serra e Castelo. No Amapá, a Assembléia Legislativa votou projeto nesse sentido, e o Governador já sancionou a proposta. Recentemente, tivemos a notícia que a Assembléia Legislativa do Maranhão também aprovou proposta nessa direção, faltando ainda a sanção do Governador. Em várias Câmaras Municipais do País, como os casos de Cuiabá, em Mato Grosso; Londrina, no Paraná; Macapá, no Amapá; Belém, no Pará; e Vila Velha, no Espírito Santo.

Portanto, agradeço a todos esses Prefeitos, Prefeitas, Governadores que têm apoiado. Sr. Presidente, Renan Calheiros, ao mesmo tempo em que esperamos aprovar essa lei para as mulheres que trabalham na iniciativa privada, queremos consolidar uma cultura de responsabilidade social no nosso País, em que cada um possa dar um pouco de sua contribuição.

Portanto, neste momento, agradeço a todos os que têm aderido e nos ajudado; a V. Ex^a, que, mais uma vez, disse da importância de se aprovar este projeto com urgência; ao Senador Paulo Paim, mais uma vez, pela força e entusiasmo com que tem tratado desse assunto; e a todos desta Casa que, tenho certeza, irão aprovar, por unanimidade, o projeto que prorroga a licença-maternidade e que, enfim, faz justiça com os nossos filhos e as mulheres brasileiras.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a. Fica, na intervenção da Senadora Patrícia Saboya Gomes, a resposta que me foi feita, numa recente visita a Penedo, pela radialista Marta Márthyres, uma grande mulher alagoana, uma das maiores radialistas do Brasil e que cobra, realmente, que todas essas demandas do Congresso Nacional, quer sejam da Câmara ou do Senado Federal, andem.

Isso, como eu dizia na oportunidade, é muito bom para que possamos retomar a legitimidade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 171, de**

2006 (nº 476, de 2006, na origem), de 23 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se a financiamento do Programa de Fortalecimento da Atividade Empresarial – APL.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de, por inversão com a Senadora Heloísa Helena, conceder a palavra ao Senador Gilvam Borges.

Em seguida, darei a palavra ao Senador Marco Maciel.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu querido Presidente Renan Calheiros; Exm^{as} Sr^{as} Senadoras que compõem esta Casa, a quem, nas figuras brilhantes e inteligentes das Senadoras Heloísa Helena e Patrícia Saboya Gomes, quero estender meus cumprimentos; Senador Marco Maciel, quero estender, por meio de V. Ex^a, um grande abraço e meus cumprimentos a todos os outros Senadores.

Sr. Presidente, serei muito breve nesta minha fala, pois a Nação toda já se mobiliza no sentido do jogo da seleção brasileira de futebol, que se inicia ao meio-dia. Já são 10 horas e 30 minutos e há uma certa ansiedade por parte dos servidores da Casa e do País todo por causa do engarrafamento e do trânsito, uma vez que o deslocamento para casa leva, às vezes, de 40 a 50 minutos. Realmente, serei muito breve.

Eu gostaria de registrar a presença da delegação de Vereadores do meu querido Município de Oiapoque, no extremo Norte. Estamos recebendo a delegação hoje, em pleno jogo do Brasil. Eles já chegaram à Capital federal, onde iremos travar a discussão sobre o Orçamento de 2006 para a ponte sobre o rio Oiapoque, projeto já aprovado por esta Casa e que também será aprovado pelo Parlamento francês. Possivelmente ainda este ano iremos iniciar a construção da ponte sobre o rio Oiapoque.

Os Vereadores, cujos nomes eu gostaria de registrar nos Anais desta Casa, integram essa grande delegação de Vereadores que, repito, já está na Capital.

Presidente: Vereador Valdifrance Borges (PDT/AP)

1º Vice-Presidente: Vereador Ramos dos Santos (PSB/AP)

1º Secretário: Vereador Antônio Dejalma (PSC/AP)

Parlamentares:

Vereador Antônio Dejalma (PSC/AP)

Vereador Coraci Gabriel (PSB/AP)
Vereador Dimas Amorim Ribeiro (PT/AP)
Vereador Felizardo dos Santos (PL/AP)
Vereador Nilton Castilo Dias (PV/AP)
Vereador Ramos dos Santos (PSB/AP)
Vereador Valdifrance Borges (PDT/AP)
Vereadora Maria Orlanda Marques (PDT/AP)
Vereadora Neusa Maria dos Santos (PSDB/AP)

Na semana passada, recebemos os Vereadores dos Municípios de Cutias e Santana, também recepcionados pelo Presidente Sarney.

Enquanto o País vive as grandes festas junina e da Copa do Mundo, alertamos, cada vez mais, para que se prossiga com o trabalho. O Amapá está presente e, hoje, com os Vereadores do Oiapoque, discutiremos o Orçamento de 2006, que inclui obras da maior importância para o nosso Estado.

Sr. Presidente, não me vou alongar, principalmente em consideração a todos os servidores da Casa e a V. Ex^a, porque o tempo exige que comecemos a marchar para a frente da telinha, a fim de acompanharmos esse jogo do Brasil e vermos se o placar das previsões astrológicas, e também de acordo com a performance da nossa Seleção, se confirma em 3x0. É uma boa expectativa.

Agradeço a V. Ex^a pelo tempo.

Que Deus sempre nos proteja e nos abençoe.

Estou indo para o meu gabinete, a fim de receber os Vereadores do Município de Oiapoque. Teremos um encontro com o nosso querido Presidente José Sarney, que trabalha atentamente pelos interesses do Estado do Amapá e do Brasil.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A exemplo do que fiz com o Senador Arthur Virgílio, eu queria também falar da importância da Senadora Heloísa Helena com relação à sensibilidade dos portadores de necessidades especiais, principalmente no que diz respeito à transmissão das sessões do Senado Federal.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, há alguém inscrito além de mim? Eu estou esperando um documento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Há o Senador José Agripino.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Eu também.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a também, após o Senador José Agripino.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Só quero que V. Ex^a, por obséquio, possibilite que eu fale, porque estou esperando um documento chegar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino. Em seguida, ao Senador Leonel Pavan.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Heráclito Fortes, eu pediria especial atenção de V. Ex^a, que é Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, para a preocupação que quero apresentar à Casa.

Em qualquer época, principalmente agora, em tempo de eleição, deslocamo-nos para cima e para baixo o tempo todo. Nunca vi, no País, tanto aeroporto entupido e tanto avião lotado como agora!

É claro que há uma explicação: a nossa Varig, todo dia, cancela 100, 150, 180 vôos, e está em processo pré-falimentar. Lamentavelmente, está em processo de encerramento de atividades, causando enorme transtorno às pessoas que precisam deslocar-se de norte a sul, de leste a oeste, neste País.

Concordo que a nossa Varig é um problema de governo, que deve ter solução de Governo, mas ninguém pode discordar que deve ter solução dentro da lei.

Senador Heráclito, não sei se V. Ex^a leu uma entrevista na **Folha de S. Paulo** de hoje. Desde ontem, venho tomando conhecimento, Senadora Heloísa Helena, de tratativas de venda da Varig a uma empresa chamada Volo, que, há muito tempo, vem em entendimentos com a Varig. A Volo já comprou a VarigLog.

Quem é a Volo? É uma empresa que, como se supõe, está suportada financeiramente por capital estrangeiro maciçamente – 80%, 90% ou mais do que isso de capital estrangeiro. Investimento estrangeiro é perfeitamente compatível e desejável. A Volo comprou a empresa VarigLog, só que, agora, está apresentando propostas para comprar a Varig.

Existe, Senador Arthur Virgílio, uma lei brasileira que impede que empresas estrangeiras operem no mercado doméstico do Brasil.

Senador Paulo Paim, V. Ex^a, que é gaúcho e que tem idade parecida com a minha, deve-se lembrar da Panair do Brasil; da Navegação Aérea Brasileira (NAB), de meus tempos de menino em Mossoró; da Cruzeiro do Sul, como deve-se lembrar da Varig, da Vasp, da Transbrasil, da GOL, da OceanAir, empresas brasileiras que, ao longo do tempo, transportaram passageiros. Algumas desapareceram, outras permanecem, mas nunca se mudou a lei.

A Panair do Brasil cedeu lugar à Cruzeiro do Sul, que cedeu lugar à Varig, que cedeu lugar à GOL e à TAM. O processo de bom ou mau desempenho de

empresa privada é produto direto do capitalismo, mas nunca houve desobediência à lei. A lei prevê que, para que brasileiros possam usufruir de um mercado que é subsidiado por reais pagos por brasileiros, o mercado doméstico de aviação deve ser operado por empresas brasileiras.

Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a é uma interessada direta na lisura de procedimentos de Governo, e a Varig é uma questão de Governo, de interesse nacional, em que as autoridades nacionais precisam estar diretamente envolvidas, no bom sentido, no decente sentido, no ético sentido. Aí, vai a minha preocupação.

Quero expor a preocupação que recolho da entrevista que li, do Sr. Milton Zuanazzi, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Tenho a informação de que a Anac, até pouco tempo atrás, Senador Heráclito Fortes, tinha posição contrária à venda da Varig à Volo, pelo fato de a Volo ter capital estrangeiro subsidiando seu suporte financeiro. Não era simpática a essa proposta. De repente, estou lendo na entrevista, dada mediante a manchete “Agência de Aviação admite ação política”: “Para o Presidente da Anac, cabe à Receita Federal e ao Banco Central analisar a origem de recursos da proposta da Volo pela Varig”.

A Agência de Aviação admite ação política. Ação política é perfeitamente razoável, mas passando por cima da lei? Aí, a conversa é outra, Senador Leonel Pavan! Se a ação é política, passa por cima da lei e faz o *bypass* transferindo certas responsabilidades da Anac para a Receita Federal e para o Banco Central, ela passa a me incomodar. Como Liderança da Oposição, isso passa a me incomodar, principalmente porque eu sabia que a Anac tinha posição contrária à venda da Varig à Volo, pelo fato de esta ser empresa de capital estrangeiro. Se o capital estrangeiro passasse a ser dono da Varig, esta seria operada pelo capital estrangeiro. Então, a história da aviação civil no Brasil, desde a NAB, a Panair e a Cruzeiro do Sul, empresas que se sucederam sempre com capital nacional, iria pelo ralo.

Há algo errado nessa história, que precisa ser melhor explicado.

Sr. Presidente Renan Calheiros, quando a KLM, a maior empresa de aviação da Holanda, uma economia sólida, quis comprar 18% da Northwest, uma empresa americana, também sólida, o Presidente Clinton vetou. Quando a British Airways, uma das empresas mais rentáveis da aviação mundial, quis comprar 16% da US Airways, nos Estados Unidos, o Presidente Bush, o pai, vetou. Aqui, no Brasil, parece que estão fazendo o contrário: para privilegiar o capital estrangeiro, em

um segmento que tem de ser operado pelo capital nacional, parece que o Governo está incentivando, está fomentando, partindo ao meio a lei. E aí vem a minha preocupação.

Senador Arthur Virgílio, não sei se V. Ex^a sabe que a Anac mudou de opinião depois que a Volo passou a ter como seu advogado... Sabe quem, Senador Arthur Virgílio? Dê um palpite!

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Posso adivinhar?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Dê um palpite!

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Roberto Teixeira?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Ele e a filha, Valeska Teixeira. Sabe quem é Roberto Teixeira? Compadre de Lula, aquele operador de negócios de Lula! Ele, há pouco tempo, está como advogado da Volo, empresa que tem capital estrangeiro e que quer comprar a Varig, para acabar com a história da aviação civil brasileira, e o Governo está incentivando isso!

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permita-me um aparte, Senador?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com o maior prazer, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Serei rápido. Apostei, no jogo Brasil **versus** Gana, em três a zero. Queria ter a mesma certeza do resultado do jogo, quando – digo a V. Ex^a com toda a honestidade, apanhado desprevenido pelo discurso de V. Ex^a –, de supetão, citei o nome de Roberto Teixeira. Em negócios neste Governo, Roberto Teixeira está envolvido sempre. Assim, gostaria de ter a certeza de que Gana perderá por três a zero do Brasil hoje, com dois gols de Ronaldo, o Fenômeno, e com um gol de um zagueiro.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço a presteza da informação de V. Ex^a. Veja como estamos sintonizados! No momento em que Roberto Teixeira e Valeska, a filha, entraram como advogados da Volo, tudo mudou na Anac! “A Anac não tem qualquer obrigação em fazer a triagem do capital da Volo, para que Volo possa ou não comprar a Varig”. É claro que tem! A Anac é uma agência reguladora dessa atividade e tem de ter as obrigações por inteiro; portanto, não pode ceder pedaços de preocupações para outros órgãos.

O Sr. Roberto Teixeira está por trás da velocidade com que o Governo se moveu no sentido de permitir que a Volo comprasse a Varig. Então, vai-se passar por cima da lei, da estruturação de um segmento da economia. Queremos a solução da Varig. Eu quero isso, eu preciso disso, como usuário. Eu preciso disso, mas não posso abrir mão da lei, Senador Tasso Jereissati. Não posso abrir mão da lei que manda que o capital

das empresas que operam a aviação no mercado doméstico tem de ser nacional. Não posso permitir que o tráfico de influência política, que vem desde Waldomiro, Silvio Pereira, Delúbio, termine agora na Varig! Não posso permitir que o efeito Waldomiro em cima de Roberto Teixeira termine na Varig!

Bush e Clinton vetam, e o Brasil estimula o contrário: que o lucro do mercado doméstico vá para os Estados Unidos, para os investidores, para um fundo especial chamado Matlinpatterson. Vai-se permitir que o lucro do mercado doméstico vá para o Matlinpatterson, quebrando a tradição de anos e anos, por conta da presença do Sr. Roberto Teixeira, por conta do Sr. Zuanazzi, que é o fundador do PDT do Rio Grande do Sul, junto com a Sr^a Dilma Rouseff?

Senador Paulo Paim, sabe o que me dizem? Recuso-me a acreditar! Não é possível que isso seja verdade! Mas me dizem que a Ministra Dilma Rouseff, que, aliás, teria o direito e até a obrigação de participar de decisões, estaria com a componente política, atuando no caso Varig-Volo. Será que isso é verdade? Ligação pessoal com o Sr. Zuanazzi, ela a tem: foram fundadores do PDT; são amigos de muito tempo. Todo mundo tem o direito de ser amigo de quem quer que seja, mas prejudicar o interesse nacional e passar por cima da lei não! Aí vão nos encontrar pela frente!

Por essa razão, antes de concluir, concedo, com muito prazer, o aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador José Agripino, tenho participado e incentivado o debate sobre a Varig, em primeiro lugar, porque a empresa nasceu no Rio Grande do Sul e, hoje, tornou-se uma companhia de credibilidade, diria, pela sua marca registrada em âmbito internacional, embora esteja passando por dificuldades financeiras enormes. O Senador Heráclito Fortes – que é do Partido de V. Ex^a e que tenho elogiado sempre – foi o grande arquiteto por haver reunido quatro Comissões, que foram ouvidas por nós, a respeito de tudo o que há sobre a Varig. Para tanto, convidamos a BR Distribuidora, o Sr. Milton Zuanazzi, o Presidente da Varig, o BNDES, o Banco do Brasil, enfim, os acionistas majoritários da Varig. A partir daí, mais do que nunca, fez-se um grande movimento político nesta Casa, com o apoio não só do Senador Jefferson Péres, mas de 90% dos Senadores, mediante documento que apresentei – e todos o assinaram –, para que o encaminhássemos ao Governo, dizendo que, por parte do Senado da República, faríamos todo o possível para que a Varig não fosse à falência. Houve o leilão. E, para nossa surpresa, nenhuma das companhias que disseram que dariam um lance cumpriu o que foi dito. Mas, na última hora, para evitar a falência, o consórcio dos trabalhadores apre-

sentou uma proposta, mas, infelizmente, no decorrer dos dias, eles não puderam sustentá-la. Estávamos torcendo para que isso desse certo. Senador José Agripino, havia outra corrente de pensamento que dizia que a Anac não daria sinal verde para a negociação com a Volo, porque haveria o compromisso do Governo – quero relatar os fatos que nos chegaram – de deixar que a falência ocorresse, porque, assim, a TAM e a GOL teriam, de graça, o direito de assumir todas as linhas aéreas da Varig, se fosse o caso. Confesso a V. Ex^a – eu o respeito muito, e V. Ex^a sabe disso – que estou a refletir sobre o tema. Por quê? Porque, se se faz esse movimento dando a possibilidade à empresa Volo de apresentar, em leilão, que vai ser apresentado ao juiz, outra proposta para se evitar a falência da Varig, se a Anac não der sinal verde para que isso possa acontecer, o juiz terá de decretar a falência definitiva da Varig. Faço este aparte a V. Ex^a, porque também fui à tribuna para falar sobre o tema. Eu disse: “Ainda bem que apareceu um novo investidor! Ainda bem que o juiz, mais uma vez, alonga o prazo!” Também o Senador Ramez Tebet, desta tribuna, disse que a Justiça norte-americana também deu um prazo, se não engano até 20 de julho, para que outros investidores se apresentassem. A Volo se apresentou. Confesso que falei com Milton Zuanazzi sobre a questão, que me disse para ficar tranquilo, que não havia nada que ferisse a lei. Agora, ouço o discurso de V. Ex^a. Inclusive, consulto meu Líder maior, porque S. Ex^a, que preside a Comissão, pediu-me que coordenasse o grupo, mas sob a Presidência de S. Ex^a – novamente quero dar os méritos ao Senador Heráclito Fortes. Não vejo problema algum em convidarmos Milton Zuanazzi, até porque – confesso – tanto ele quanto a Ministra Dilma são meus amigos. A Ministra Dilma, no começo da minha vida pública, como sindicalista, teve participação fundamental nas portas de fábrica, há trinta anos. A partir daí, laços de amizade com a Ministra Dilma e com Milton Zuanazzi se fizeram. Considero ambos muito sérios, responsáveis, éticos, e, na minha cabeça, não passa, no caso específico de Milton Zuanazzi, que houvesse qualquer coisa que fugisse do campo da legalidade, da ética. Por isso, se V. Ex^a assim entender, poderemos convidar o Sr. Milton Zuanazzi a dialogar conosco sobre esse tema nessa Comissão, que é um misto de quatro outras Comissões. Confesso que eu estava muito assustado, caso a Varig fosse à falência, se não aparecesse outra proposta. Confesso a V. Ex^a que fico feliz ao ver que aparece outra proposta que impossibilita que o juiz decrete a falência. Pelo que sei, houve um aporte recentemente, para que a Varig não deixasse totalmente de voar, de US\$8 milhões, mas o juiz está estudando se abre prazo para novo leilão.

E o investidor chamado Volo, no caso, com os outros acionistas, que podem envolver, inclusive, o consórcio dos trabalhadores, apresentará nova proposta, e o juiz dirá se a aceita ou se encaminha para a falência. Veja que estou fazendo mais uma reflexão com V. Ex^a. E vejo suas preocupações. Talvez, o Senador Heráclito Fortes, mais do que ninguém, possa manifestar-se, porque S. Ex^a preside essas quatro Comissões – colocou-me, inclusive, como sub-coordenador, digamos. Quem sabe possamos convidar Milton Zuanazzi! Tenho a certeza de que, se eu ligar agora, ele se disporá a vir dialogar conosco, para que não fique nenhuma dúvida sobre esse processo. Todos nós – tenho a certeza de que V. Ex^a também – torcemos para que a Varig não vá à falência, para que não a entreguemos de graça para a TAM e para a GOL. Se a falência for decretada, haverá somente duas companhias. Já estamos sabendo – outro dia, comentávamos sobre esse fato aqui – que as passagens já começaram a aumentar. Calculemos nós o que ocorrerá com a falência definitiva da Varig! Então, fiz com V. Ex^a não um contraponto, mas uma reflexão para ver os próximos passos que poderemos dar juntos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço ao Senador Paulo Paim sua intervenção muito razoável, muito racional, com a qual concordo completamente, em gênero, número e grau. Não tenho nenhum reparo a fazer.

Apenas quero dizer ao Senador Paulo Paim, que é gaúcho e que, por razões óbvias e regionais, tem interesse na solução da situação da Varig, que eu sou como V. Ex^a, sou potiguar, mas, nessa causa, sou brasileiro, gaúcho, como V. Ex^a, que quer que a Varig tenha solução.

Quando votamos aqui medida provisória, primeiramente votamos a admissibilidade para ver se há consistência jurídica e legal, para que não votemos gato por lebre. A falência da Varig tem de ser evitada, mas o preço de se evitar a falência da Varig não pode ser a falência de uma lei. Não podemos fraturar uma lei que rege as relações da aviação civil há décadas.

Então, esta é a minha preocupação: o esclarecimento desse fato, principalmente na hora em que fico com a informação de que o Sr. Roberto Teixeira e a Sr^a Valeska entraram no circuito e aceleraram um processo que todos queremos ver concluído, ou seja, a solução da Varig, mas não às custas de uma suspeita, que quero remover.

Ouçõ o Senador Heráclito Fortes, para, em seguida, apresentar minha proposta de convocação. Concorro inteiramente com o Senador Paulo Paim, lembrando a S. Ex^a apenas que a questão Varig, mais do que uma questão técnica, é uma questão de interesse nacional,

é uma questão de Governo. Então, é preciso passar a limpo o interesse legítimo do Governo e o encaminhamento legal do processo de venda da Varig.

Ouçõ, com muito prazer, o Senador Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Com licença, Senador José Agripino. É importantíssimo o assunto que V. Ex^a traz, é uma aflição muito grande não somente dos trabalhadores da Varig como também dos usuários, principalmente os que se encontram na Europa, como vemos todos os dias nos programas de televisão. Porém, ainda há outros oradores, e, por isso, quero fazer um apelo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Já encerro, já encerro, Sr. Presidente. Vou ouvir o Senador Heráclito Fortes e já encerro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O assunto é importantíssimo. Penso que todos vão compreender, pois só dispomos de mais meia hora. Obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Já encerro, Sr. Presidente.

Tem o aparte o Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador José Agripino, escutei com muita atenção o pronunciamento de V. Ex^a, com a participação do Senador Paulo Paim. Essa questão da Varig é mais grave do que aquilo que, até agora, a imprensa conseguiu alcançar. É uma empresa que, há 20 anos, tinha um patrimônio de US\$8 bilhões e que, hoje, encontra-se na situação que todo o Brasil sabe. Sabemos, de antemão, que a Varig teve deficiências administrativas graves por intermédio da Fundação. Sabemos também que, por uma decisão da Justiça por conta de prejuízos obtidos em um desses planos, a Varig tem a receber do Governo R\$4 bilhões. Mas o grave é que a pressão para que a Varig não sobrevivesse começou exatamente no primeiro mês do atual Governo, pressões das mais diferentes formas, até se chegar ao ponto que V. Ex^a relatou. Evidentemente, é estranho a roda maior entrar na roda menor. A VarigLog comprar a Varig é, no mínimo, curioso. Uma empresa – salvo engano, é o consórcio Volo –...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Volo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Essa empresa, para se habilitar à compra da primeira parte, que era a VarigLog, teve dificuldades para efetuar o pagamento. Por outro lado, é preciso saber quem são os donos da Volo, quem está por trás da Volo, qual o patrimônio e a experiência que eles têm em aviação. O mais estranho é o seguinte: se o Governo quer ajudar, por que não ajudou os funcionários, já que é o Governo do Partido dos Trabalhadores? Por que não deu condições aos funcionários, àqueles que deram toda a sua vida por

aquela empresa? Tenho a impressão de que os funcionários teriam mais condições, pelo conhecimento que têm, pela vivência que têm da empresa e, acima de tudo, pelo amor que têm pela empresa, de gerir os destinos da Varig. O BNDES não pode dar empréstimo ao consórcio dos funcionários, mas pode dá-lo ao consórcio Volo. Precisamos saber qual é o respaldo financeiro que eles têm, qual a origem deles. Tudo isso soa muito estranho, muito esquisito. Se abrirmos os jornais hoje, Senador José Agripino, veremos algo estranho: o próprio Presidente da Infraero, que tem participação importante nessa questão, declara que achou esquisita e estranha a maneira como a negociação foi feita e critica a falta de independência, inclusive, da Anac. Alguma coisa não me cheira bem nessa questão. Só o tempo mostrará o que é. Basta esperar para se ver. Esse último fato que V. Ex^a aponta, a participação do Sr. Roberto Teixeira por intermédio da filha, é muito grave. Espero que esses fatos sejam confirmados ou desmentidos de maneira clara. Como Presidente da Comissão de Serviços de Infra-estrutura, tenho recebido algumas informações a respeito desse assunto. Estão sendo catalogadas. Depois, poderão ser aceitas como verdadeiras ou como boato. A verdade é que é necessário questionar. Estou inteiramente solidário com V. Ex^a com relação à vinda da Ministra Dilma Rousseff para tratar desse assunto. Concordo com a vinda não só de S. Ex^a, mas também do Presidente da Anac e das demais pessoas envolvidas nesse caso, principalmente do responsável pela Volo. Concordo com a sugestão de V. Ex^a – a Ministra tem um convite formalizado, assumiu um compromisso, com a interferência do próprio Senador Paulo Paim – de transformar a convocação em convite e de aceitar a data da marcação. Podemos, hoje mesmo, acertar – está aqui o Senador Tasso Jereissati, Presidente da outra Comissão que participou do convite – a realização de reunião conjunta para ouvir a Ministra, já que, segundo a imprensa, a centralização dos entendimentos e das negociações é oriunda da Casa Civil. Congratulo-me com V. Ex^a pela oportunidade do discurso e pela preocupação que demonstra. É preciso que se veja, de uma vez por todas, que a Varig não é do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro ou de São Paulo, mas do Brasil. Em um governo que tem como símbolo o trabalhador brasileiro, não podemos aceitar nem admitir que as consequências da omissão ou do atrevimento sejam responsáveis pela demissão de onze mil servidores diretos e de quarenta mil servidores indiretos. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Heráclito Fortes, antes de ouvir o Senador Paulo Paim, queria dizer a V. Ex^a da minha grande preocupação.

V. Ex^a conhece o art. 181 da Lei de Concessões, que determina:

A concessão somente será dada à pessoa jurídica brasileira que tiver:

I – Sede no Brasil;

II – Pelo menos 4/5 (quatro quintos) do capital com direito a voto, pertencentes a brasileiros, prevalecendo essa limitação nos eventuais aumentos do capital social:...

Ou seja, deve haver sempre 80% de capital nacional.

Sabe o que estão dizendo? Que, na Volo, que tem sócios brasileiros e capital estrangeiro, os sócios brasileiros são meros laranjas para justificar o cumprimento da lei. Cumprimento da lei à custa de uma falácia, à custa de uma farsa, à custa de um blefe de laranjas?! É isso que tem de ser esclarecido. Não estou assegurando, mas há essa dúvida, a difusão dessa tese. E está em jogo o interesse nacional. A fila, Senadora Heloísa Helena, para viajar de Natal para cá e daqui para São Paulo está um inferno. Por conta de quê? Da desativação da Varig. Isso está afetando todos nós. É preciso haver uma solução, mas esta não deve custar a infração à lei.

Portanto, a lei que acabei de ler não deve ser infringida, a tradição deve ser respeitada. Aquilo que Bush e Clinton fizeram nos Estados Unidos, Lula não deve fazê-lo aqui às avessas, ao contrário.

Antes de ler o requerimento que vou apresentar na Comissão de Infra-Estrutura, Senador Paulo Paim, quero dizer que tenho a impressão de que, dessa proposta do Senador Heráclito Fortes, da somação de esforços das duas Comissões presididas pelo Senador Tasso Jereissati e pelo Senador Heráclito Fortes, pode-se encontrar, em primeiro lugar, o esclarecimento de dúvidas e, em segundo lugar, a sintonia fina para a solução do caso Varig.

O Senador Heráclito Fortes disse algo com muita propriedade: por que se pode apoiar a empresa Volo financeiramente, se for o caso, e não o grupo organizado de trabalhadores da Varig, cujo maior desejo é reaviabilizar a empresa da qual se orgulham? Todos eles usam, com muita alegria, o emblema da Varig no peito ou na lapela.

Ouçó o Senador Paulo Paim, com muito prazer, e já encerro, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador José Agripino, eu me havia comprometido com V. Ex^a. Acabo de desligar o celular. Estava falando com o Presidente da Anac, Milton Zuanazzi, que me disse a seguinte frase: “Nunca, na história da aviação brasileira, fez-se uma análise tão rigorosa para se dar o sinal

verde, para que houvesse a possibilidade de a Volo entrar no leilão que será marcado pelo juiz, que está fazendo um belíssimo trabalho”. Disse mais: “Estou inteiramente à disposição para que, no dia e na hora em que o Senador assim entender, eu possa demonstrar quais foram os critérios que adotamos para permitir que a Varig não fosse à falência e tivesse alternativa”. Como disse o Senador Heráclito Fortes, estamos preocupados não somente com 11 mil trabalhadores, mas também com a família Varig, com os aposentados, com os dependentes, com os pensionistas, o que envolve 50 mil pessoas. Mais do que isso, a fala de V. Ex^a foi brilhante. V. Ex^a sabe o transtorno, o inferno – termo que V. Ex^a usou – que virou viajar neste País, porque a Varig não está voando. Então, quero dizer que estamos no bom caminho. Sua proposta é também equilibradíssima. Milton Zuanazzi, da Agência Nacional de Aviação Civil, já se dispõe, na hora em que entendermos, a vir aqui. Senador Heráclito Fortes e Senador José Agripino, dizíamos, quase todos os dias: “É preciso que o Governo, de uma forma ou de outra, participe desse processo, para evitar que a Varig vá à falência”. Entendo que está havendo um sinal do Governo para que se construa esse entendimento, quem sabe com a Volo e com o próprio consórcio dos Trabalhadores do Grupo Varig (TGV), que poderão se somar no leilão. Vou dizer o que ouvi por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e por parte do Banco do Brasil: “Temos todo o interesse em fazer o tal do empréstimo-ponte, que poderia ser para o consórcio dos trabalhadores, mas tem de haver um lastro que avalize isso”. São normas de qualquer Banco. E o que me disse Márcio Marsillac é que esse foi o problema. Precisaria haver esse aporte, porque o consórcio dos trabalhadores não é dono da Varig, eles não podem nem empenhar, dar o aval consequente que garanta, dentro do mínimo da legalidade, o fornecimento do empréstimo. Esse foi o problema que impossibilitou o empréstimo e que impossibilitou, inclusive, os trabalhadores de depositarem os US\$70 milhões que eram objeto do compromisso. Até a última hora, o Márcio, inclusive, ficou de me ligar para que eu anunciasse: “Paim, conseguimos o dinheiro”. Não me ligou, porque não conseguiu depositar aquilo que havia de compromisso. Não estou entrando no mérito, porque fui o maior torcedor. Acho que torci mais do que torço para o Brasil, em relação à Copa, naturalmente, no caso Varig, para que o consórcio dos trabalhadores desse certo. Infelizmente, não deu certo, apareceu outra possibilidade. Por isso, quero seguir a linha de V. Ex^a: vamos convidar as partes, para que fique clara toda a transação. Vamos torcer para que, dentro da legalidade que V. Ex^a quer e que eu quero,

o Governo possa impulsionar essa questão, para que não digamos amanhã que, por culpa do Senado e do Governo, a Varig foi à falência, porque o Senado proibiu a presença da Volo, que, em tese, segundo o Ministério, dentro da legalidade total, estaria com o aporte de recursos para evitar a falência da Varig. Por isso, quero caminhar com V. Ex^a e com o Senador Heráclito Fortes no sentido de que se ouçam as partes e de que permitamos que a Varig não vá à falência.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço-lhe. Já finalizo, Sr. Presidente.

O lastro que se pretende dar para a concessão de algum tipo de empréstimo, de socorro ou de ajuda aos empregados ou à empresa Volo precisa ser, na minha opinião, um lastro legal. Com isso, caminhamos legalmente.

Eu queria comunicar à Casa, ao Senador Heráclito Fortes e ao Senador Tasso, que são Presidentes das Comissões, que vou apresentar um requerimento de comparecimento do Sr. Milton Zuanazzi, que terá de vir aqui junto com o Ministro Waldir Pires, porque a convocação terá de ser do Ministro, acompanhado de pessoas subordinadas à sua atuação, que, no caso, são: o brigadeiro José Carlos Pereira, Presidente da Infraero, que tem o direito e o dever de dar sua opinião; o Sr. Milton Zuanazzi, Diretor-Presidente da Anac; o Ministro da Defesa, Waldir Pires; e a Ministra Dilma Rousseff, conforme até sugeriu o Senador Heráclito Fortes. Dessa forma, todos os assuntos ficarão esclarecidos, explicados. Inclusive, será esclarecida a presença do Sr. Roberto Teixeira e da Sr^a Valeska Teixeira, na aceleração do processo de definição da Anac, como os jornais começam a sugerir, como que denunciando um fato supostamente ilegal.

O que queremos, o que desejo é apenas passar a limpo uma suspeita de ilegalidade. Acima de tudo, minha determinação é a de colaborar, no limite das minhas possibilidades, para que se encontre uma solução legal para uma questão que é nacional, que é a sobrevivência da nossa Varig.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Sr^{as} e Srs. Senadores, como faltam 21 minutos para o encerramento do expediente da Casa – não apenas da sessão – e ainda temos quatro oradores inscritos, concederei seis minutos para cada orador. Portanto, solicito que cada um fale em seis minutos.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a, como Líder, é o primeiro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Abro mão da minha inscrição como Líder e apenas quero comunicar a V. Ex^a que cheguei a um acordo com o Senador Roberto Saturnino, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, e com o Senador Heráclito Fortes, a respeito da indicação do Embaixador Jacques Guibaud. Ou seja, por informações que chegaram a mim e que foram repassadas para o Senador Heráclito Fortes, nós deveríamos ter feito o que fizemos: pedir vista para aprofundar melhor sobre o que seria o suposto envolvimento com a comunidade de informações do Embaixador Jacques Guibaud. Eu o conheci pessoalmente, o Senador Heráclito Fortes também. Trata-se de uma pessoa sofrida, de uma pessoa com um passado de decência e que, de jeito algum, merece ser penalizado. Afinal de contas, temos um regime de anistia vigorando no País. A anistia serve para um lado e serve para o outro. Gostaria, portanto, de dizer que, por parte da Liderança do PSDB, não há nada que obste a se colocar na pauta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, amanhã, o nome do Embaixador Guibaud e que o PSDB votará a favor, entendendo que tomou a precaução necessária, mas que prolongar essa dúvida significaria ser injusto com o Embaixador, a quem desejo aprovação no plenário, aprovação na Comissão e uma feliz gestão como Embaixador no país para o qual o indica o Chanceler Celso Amorim.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Arthur Virgílio, eu já havia conversado sobre isso com o Senador Heráclito e cumprimento V. Ex^a por esta manifestação.

Pergunto ao Senador Heráclito Fortes se gostaria de falar rapidamente sobre o assunto, tendo em vista ter sido citado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de dizer que concordo em número, gênero e grau com o que disse o Senador Arthur Virgílio. Não conhecia o Embaixador. Agora, diante das informações que nos chegaram, tínhamos de ter cautela. Estou muito seguro porque o Senador Eduardo Suplicy me afirmou que trará uma carta do Ministro Rubens Ricupero, esclarecendo a questão. O Senador Eduardo Suplicy fez um contato com o Ministro Ricupero, à época Embaixador, pois foi S. Ex^a quem presidiu o inquérito, e, pelo que entendi, ficou de mandar essa correspondência. Mas quero dizer ao Senador Eduardo Suplicy que, independentemente da carta, concordo em gênero, número e grau. De minha parte, não há nenhuma dificuldade; agora, acho que, até para a

satisfação do próprio diplomata e da Comissão, seria importante que essa correspondência chegasse à Comissão o mais rápido possível.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Para esclarecer brevemente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a já encaminhou o pedido?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Esse assunto já está esgotado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– O Senador Arthur Virgílio já teria conversado com o Senador Roberto Saturnino, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não. Está, inclusive, para entrar na pauta amanhã como matéria extra, vai depender de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Mas a documentação chegou a esclarecer...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não, a documentação, a carta... O contato foi do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador Eduardo Suplicy se manifeste então, por favor.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– É sobre o assunto, não é?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, e o próprio Senador Heráclito Fortes por sua atitude. É natural que tenham levantado a necessidade de informações, é fato que conversei com o Ministro Ricupero, o embaixador Guibaud enviou uma carta para ele, esclarecendo os fatos. O Embaixador Rubens Ricupero me informou da boa-fé com que agiu na oportunidade e que não tem qualquer intenção de prejudicar o Sr. Guibaud. Avalio, então, que amanhã poderemos, com mais informações recolhidas por todos nós, apreciar a indicação feita para o Sr. Guibaud para a Embaixada da Guiné.

Mas cumprimento os Senadores, que, inclusive, puderam conhecer pessoalmente o Sr. Guibaud e reconhecer a boa-fé com que tem agido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Esclarecido o assunto, passo a palavra ao Senador

Leonel Pavan, por cinco minutos. Peço escusas a V. Ex^a por ser tão exíguo o tempo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero dizer que não serão necessários os cinco minutos, porque teremos, em seguida, a Senadora Heloísa Helena que quer deixar a sua mensagem.

Sr. Presidente, quero deixar registrado que hoje já é dia 27; até sexta-feira é o prazo final para assinar convênios com as nossas emendas. Todos os Senadores ou grande parte dos Senadores e Deputados estão comprometidos com as convenções partidárias, inclusive nós. Amanhã, teremos que estar em Santa Catarina porque será a convenção do meu Partido, onde será homologada, definitivamente, a composição PMDB, PSDB e PFL em Santa Catarina. Mas já recebemos, hoje, em torno de dez prefeitos.

Ontem, usei a tribuna para chamar a atenção e apelar para a sensibilidade do Governo, de alguns Ministros, de alguns amigos Senadores, a fim de que intervissem e nos ajudassem no sentido de que esses prefeitos pudessem sair daqui de Brasília com a certeza de que terão os seus recursos liberados. Não é possível que tenhamos de ficar nessa agonia, nessa angústia – além da angústia da Copa do Mundo – com o Governo, sem sabermos se os recursos serão liberados, haja vista que o Congresso Nacional está praticamente esvaziado. Não sei se foi tática do Governo ou não, mas por que deixar para os últimos dias? Precisamos ter a certeza da liberação desses recursos.

No ano passado, fiz apelos veementes ao Senador Aloizio Mercadante para que nos ajudasse, pois tenho feito oposição aqui, mas com inteligência, com respeito. Votei quase todos os projetos do Governo. Apesar de termos votado alguns por apelo de alguns Senadores, como por exemplo o Senador Tião Viana, o Senador Aloizio Mercadante. No entanto, na hora da contrapartida aos nossos Municípios pobres, não ao Senador Pavan! Estão aqui prefeitos de municípios pobres pedindo para que o Governo decida urgentemente agora, hoje, amanhã, sobre a liberação dos recursos para os seus municípios.

Falei agora há pouco com o Senador Tião Viana, que tem acesso livre, é uma pessoa respeitada pelo Governo, e sabe o quanto trabalhamos aqui para o nosso País, como fazemos oposição com responsabilidade, sem raiva, oposição como a democracia permite. Agora, não liberar os recursos porque são da Oposição, isso não dá para aceitar!

Fiz esse apelo ontem e volto a fazê-lo hoje, de novo! Ministro Mares Guia – a quem sempre chamei de amigo aqui e cujo Ministério sempre defendi, en-

caminhando, inclusive, inúmeras emendas, sem que o Ministério pedisse, para que pudéssemos investir no turismo do nosso País –: não recebi, até agora, resposta positiva alguma! Esse é o apelo que deixo aqui, mais uma vez, para o Governo Federal, para os Ministérios.

Há municípios do PT, do PMDB, do PFL, do PTB, do PSDB, do PL, do PPS, enfim, são inúmeros municípios e diversas cores partidárias. O prefeito tem cor partidária, mas o povo, não! O povo quer investimento!

Fica aqui registrado, mais uma vez, o nosso apelo!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Leonel Pavan, não é só o Estado de V. Ex^a, mas o País inteiro. Desejo-lhe sorte na convenção.

Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a já está em condições?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senador Romeu Tuma, quero fazer uma brevíssima consideração, até atendendo ao apelo de V. Ex^a, mas não poderia deixar de elogiar a decisão da Diretoria do Senado da República, especialmente na pessoa do Exm^o 1^o Secretário, Senador Efraim Morais, que estabeleceu uma decisão muito, muito importante!

O Sr. 1^o Secretário deferiu a inclusão da Sr^a Cláudia Helena de Oliveira Gurgel como dependente da Servidora Silvia Del Valle Gomide, na qualidade de companheira, para efeito de assistência à saúde e como beneficiária de pensão.

Essa é uma decisão muito preciosa, única, especial e que realmente merece o nosso elogio, primeiro, porque é plenamente compatível com o nosso ordenamento jurídico brasileiro, guardando perfeita harmonia com os objetivos fundamentais da nossa Constituição, de construir uma sociedade livre, justa, solidária, sem quaisquer formas de preconceito.

Reconheço a opinião das pessoas, sei que existem muitas pessoas que são contrárias a esse tipo de pronunciamento, algumas das quais respeito, e outras não. E muitas das que respeito, faço-o, por toda a formulação cultural que trazem ao longo de sua vida. Mas, por favor, poupem-me de quem gosta de ataques homofóbicos histéricos! Aqui não se trata de falar em matrimônio e casamento, com suas implicações religiosas e ideológicas. E, como não tenho dúvida de que são duas pessoas do mesmo sexo, que vivem uma relação emocional respeitosa permanente, que são filhas do meu e do nosso Deus, que são amadas por ele, pois ele ama suas filhas e seus filhos quando suas vidas são permeadas pelo amor em plenitude. Portanto, por favor, quem gosta do preconceito, dos ataques homofóbicos histéricos, poupe-me! Respeite-

mos aquilo que nada tem a ver com questões ideológicas e religiosas, mas tem a ver com a configuração de um direito de duas pessoas que constroem uma vida juntas: que uma outra pessoa possa ser igualmente atendida pela assistência à saúde.

Portanto, parabenizo essa decisão corajosa, que, volto a repetir, é plenamente compatível com o nosso ordenamento jurídico, guarda profunda e perfeita harmonia com os objetivos fundamentais da nossa Constituição e zela por aquilo que é o sonho de todas as pessoas, a vida vivenciada não pela farsa, pela mentira, pelo fingimento, mas com aquilo que Deus ama e ensina aos seus filhos, que é o amor respeitoso em plenitude.

Portanto, deixo meus parabéns a esta Casa pela decisão tomada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado, Senadora.

Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a deseja fazer uso da palavra? (Pausa.)

Concedo a palavra a V. Ex^a por cinco minutos.

Peço encarecidamente a V. Ex^a que seja breve.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, obviamente estamos todos com muita vontade de assistir a Brasil **versus** Gana.

Desejo que seja um excelente jogo. Estou torcendo pelo Brasil, respeitando Gana. Imagino como é que estão todos.

A Senadora Patrícia Saboya Gomes está nos convidando para assistir à partida em sua residência. Estou aceitando o convite. Estarão lá a Senadora Heloísa Helena e o Senador Arthur Virgílio.

Sr. Presidente, quero registrar e requerer a inserção nos Anais do Senado Federal da entrevista concedida por um correligionário de V. Ex^a, o Governador Cláudio Lembo, do PFL, pessoa pela qual tenho tido, desde os anos setenta, uma relação de respeito e de amizade. Mas considero a entrevista dada pelo Governador ao Mauricio Stycer e Mino Carta, editor da revista **CartaCapital**, convém ser lida por todos os Senadores.

O Presidente Romeu Tuma já a leu e acredito que também a recomende. Estava conversando com o Líder do PFL, José Agripino, e com o Líder do PSDB, Arthur Virgílio. Há uma recomendação de como nos relacionarmos com nossos adversários políticos, da importância de sempre nos referirmos às pessoas com o respeito devido. Esse era um dos maiores ensinamentos do tão saudoso Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, do PMDB.

E eu ouvia isso com muito interesse. As pessoas devem sempre se referir aos demais colegas políticos, inclusive aos adversários, de tal maneira que possam conversar sem perder o respeito mútuo.

O Governador Cláudio Lembo – inclusive os seus próprios colegas do PFL, há poucos dias, no programa eleitoral, fizeram ofensas ao Presidente e a pessoas do Partido dos Trabalhadores – recomenda que se trate a figura do Presidente da República com respeito, para que sempre se possa ter um diálogo construtivo em defesa dos interesses maiores da Nação. Leio um pequeno trecho:

Eu confesso que tive grande respeito pela formação do PT, mas achava que não daria certo. Acredito ser importante a formação social vinda da base. Achava, porém, que a composição era muito difícil: a Igreja Católica, os sindicatos e a intelectualidade. São elementos que não têm amálgama. É isso está se vendo claramente hoje. O PT foi uma grande experiência histórica, muito rica, que eventualmente possa se recompor ao se afastar dessas origens. É possível. Tem um líder [e aí eu faço uma referência especial de como é que ele trata o Presidente] que tem carisma e qualidade intelectual, que é o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que pode liderar a recomposição. O meu partido, o PFL, é um partido típico da pequena burguesia, de interesses locais. Ele passa a ser um defensor da liberdade nesse vazio de liberdade. Tem suas qualidades, mas participam dele ...

E também faz críticas. Não vou falar sobre todas as questões. Mas quando ressalta certos adjetivos com os quais o Presidente da República foi referido, ele diz: “Não gosto de agredir o Presidente da República, nem os Governadores, nem outras autoridades. Deve haver um respeito às instituições senão destruímos a democracia”.

Assim, Sr. Presidente, recomendo fortemente aos Líderes e aos Senadores desta Casa a leitura dessa entrevista, que requeiro seja inserida nos Anais da sessão do Senado.

Obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

Seu País

NO PAÍS DOS PILANTRAS

ENTREVISTA Corajoso, o governador de São Paulo, **Claudio Lembo**, aprofunda as críticas à “minoria branca” que infelicitiza o Brasil

A MAURICIO STYCKER E MINO CARTA

Chuchu. No Palácio dos Bandeirantes, do governo paulista, almoçamos como entrada salada de chuchu, notabilíssimo legume exaltado pelo candidato tucano à Presidência da República, Geraldo Alckmin, mesmo quando acompanhado por tomate, agrião e alface. Ousariamos dizer, sem deixar de pedir vênica, que este é o único, indiscutível traço de semelhança entre o ex-governador e seu substituto nesse tempo de desincompatibilização, o ex-vice Cláudio Lembo. O chuchu.

Lembo é personagem insólita nesta quadra tensa. Alçado a um posto que certamente não esperava, diagnostica com precisão cirúrgica os males do Brasil e as inauditas prepotências da elite nativa. Batiza-a, não sem ironia, de “minoria branca”.

Nesta conversa, à mesa do Palácio, à qual o governador tomou suco de uva, acompanhado por um dos entrevistadores, enquanto outro, com alguma audácia, preferia vinho tinto, Lembo expôs as razões do seu otimismo em relação a um país que começa a enveredar pelo caminho da liberdade e, portanto, a fazer suas próprias escolhas ao repelir as tentativas de manipulação da mídia. Todas as perguntas que a situação sugeria foram postas. Faltou uma: governador, por que o senhor não apara suas sobrelanceiras?

CartaCapital: No seu diagnóstico dos males do País, quanto contribuiu o fato de ser italianinho? O senhor mesmo se apresenta como tal.

Cláudio Lembo: Eu acho que muito, porque o italianinho sempre tem um *irridente* dentro de si, e ele confia na força da liberdade e da não limitação de sua vontade. Isso é próprio de todos aqueles que vieram da Itália. Claro que isso foi se perdendo com o tempo, particularmente aqui em São Paulo, mas alguns restaram ainda com aquela raiz *irridente*, de quem quer efetivamente a liberdade. E a liberdade exige que a gente seja claro nos posicionamentos.

CC: O seu avô era italiano?

CL: Os quatro avós. Dois do sul da Itália, os paternos, da Magna Grécia, da região de Salerno e Castellabate. E os maternos eram vênéticos.

CC: Então, uns eram súditos dos Bourbons e os outros do Império Austro-Húngaro. É isso?

CL: Exatamente. Os do sul eram dos Bourbons e, lá no norte, havia os austro-húngaros. As tragédias da nossa antiga e boa Itália, que nunca pôde ser unida em razão dos interesses da Igreja Católica e das famílias imperiais da Europa.

CC: O senhor olhou a última edição de CartaCapital sobre a lista de Furnas e comentou: “País de pilantras”. O que quis dizer exatamente?

CL: Falei, sim. E acho importante que CartaCapital tenha colocado na capa os pilantras em seus últimos números. Mas a revista tem edições semanais. E os pilantras, no Brasil, são diários.

CC: Como chegamos ao país dos pilantras?

CL: Primeiro, pela falta de liberdade. Pode até parecer um traço neurótico da minha personalidade,

de, mas eu acho que a liberdade sempre faltou no Brasil. Os meios de comunicação foram dominados por poucos e, mais do que isso, direcionaram toda a sociedade. No momento em que não existe liberdade, surge a pilantragem. No momento em que voltamos a ter liberdade, o

que aconteceu nos últimos 25 anos, os pilantras não conseguem se esconder. É uma questão de tempo. Mais dez ou 20 anos, o Brasil vai ser um país equilibrado. O que está acontecendo no Brasil, hoje, aconteceu nos Estados Unidos entre 1890 e 1930, na chamada era progressista norte-americana. Só existia pilantra, malandro, safado. E os Estados Unidos puseram uma ordem na casa. Nós vamos pôr também. Mas é preciso liberdade.

CC: E a igualdade nisso tudo?

CL: Eu acho que a liberdade conduz à possível igualdade. A igualdade não é um dado oferecido graciosamente. Quando se tem liberdade, conquistam-se espaços e, depois, uma certa igualdade social, econômica etc.

CC: Temos partidos políticos no Brasil?

CL: Temos embriões de partido político. Eu confesso que tive grande respeito pela formação do PT, mas achava que não daria certo. Acredito ser importante a formação social vinda da base. Achava, porém, que a composição era muito difícil: a Igreja Católica, os sindicatos e a intelectualidade. São elementos que não têm amálgama. E isso está se vendo claramente hoje. O PT foi uma grande experiência histórica, muito rica, que eventualmente possa se recompor ao se afastar dessas origens. É possível. Tem um líder que tem carisma e qualidade intelectual, que é o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e pode liderar a recomposição. O meu partido, o PFL, é um partido típico da pequena burguesia, de interesses locais. Ele passa a ser um defensor da liberdade nesse vazio de liberdade. Tem suas qualidades, mas participam dele alguns sátrapas, alguns senhores de engenho. Por causa deles, o PFL também retrata o Brasil do latifúndio, o Brasil da Idade Média, ou seja, o das capitais hereditárias. Espero que seja possível, em São Paulo, conquistar o pequeno e o médio empresário e prosperar.

CC: Mas se pensarmos nos momentos em que o PFL foi governo, tanto nos estados

“O presidente Lula tem carisma e qualidade intelectual. Pode recompor o PT”

SOMENTE NO SITE

Ouçá trechos da entrevista com Cláudio Lembo em www.cartacapital.com.br

como ao participar do poder federal, o partido está muito longe desse conceito de liberdade a que o senhor se refere, não?

CL: Ah, sim. O PFL nasce no fim da Idade Média, com as capitânias hereditárias brasileiras. Então, ele também tem de se reciclar para a liberdade.

CC: Quem são os sátrapas?

CL: Um deles, bastante evidente nesses últimos meses, é o senhor Antonio Carlos Magalhães. Ele foi deselegante comigo, muito deselegante, desrespeitoso com São Paulo. E recebeu a resposta à altura que merecia.

CC: O senhor considera liberal o presidente do PFL, que disse: "Vai ser bom se livrar dessa raça"?

CL: Não é bom, não é bom... A palavra raça não deve ser usada, ainda porque a última vez que o Supremo Tribunal Federal analisou a palavra raça constatou que é agressiva ao ser humano. Todos nós pertencemos à raça humana...

CC: E o candidato a vice-presidente, José Jorge (PFL-PE)? Ele disse que Lula só viaja e bebe demais.

CL: Vamos falar do José Jorge e, depois, eu lhe digo sobre a frase proferida. O José Jorge é uma figura querida do povo. Ele é um homem de classe média baixa de Pernambuco. Estudou em escola pública, fez a Universidade Federal de Pernambuco. Tem qualidades, mesmo porque sempre obteve os seus cargos pelo voto popular. É figura nova, não vem de regimes anteriores. Votei nele. Ainda mais porque, vocês sabem, no Nordeste só tem os Cavalcante e os cavalgados. Ele é um cavalgado. Agora, a frase. A frase não foi feliz. Não gosto de agredir o presidente da República, nem os governadores, nem outras autoridades. Deve haver um respeito às insti-

tuições, senão destruímos a democracia.

CC: De que forma o senhor sente a presença da "minoridade branca"?

CL: Eu certamente pertenço à minoria branca, mas sou pequeno-burguês. Servi à minoria branca. Eu sou um homem que vive do trabalho e fui advogado em uma grande instituição financeira. E não me arrependo. Ao contrário, acho que fui muito útil no meu trabalho naqueles anos todos. A nossa minoria branca fecha-se em torres de marfim. Agora, por exemplo, descobriu a responsabilidade social. O que ela gasta nos seus impressos sobre responsabilidade social salvaria todas as crianças pobres do Brasil. A minoria branca precisa parar de ser cínica, ela tem de ser realista, abrir os olhos e deixar de ser hipócrita. E não fazer fundações para os seus filhos. A fundação americana pensa na grande sociedade, afasta-se dos seus fundadores e passa a ter funcionários que pensam na realidade do mundo e dos Estados Unidos. No Brasil, não. Eles se fecham em si mesmos e se acham excepcionalmente úteis à sociedade, preservando os seus filhos no interior de suas fundações. Isso não dá. Isso é cinismo, é brasileiro. A minoria branca só pensa nos seus familiares, e vai nos palácios pedir. Está sempre pedindo alguma coisa do governo. Precisa acabar com isso no Brasil.

CC: E o que o senhor diz à minoria branca quando ela vem ao palácio pedir?

CL: Eu ofereço um cafezinho e digo que bom que você está aqui. Ponto, e basta.

“Sou um italianinho porque confio na força da liberdade. Dela, pode nascer a igualdade”

“José Jorge é querido pelo povo, mas a frase dele não foi feliz. Deve haver respeito às instituições”

CC: Alguns representantes da minoria branca se apressaram a dizer que eles é que sofrem mesmo...

CL: Sofrem muito, sofrem sim. Eles estão preocupados com as exportações, porque subiu muito o dólar e eles não podem ir viajar, uma vez que os seus lucros diminuíram. Eles têm grandes preocupações, cada vez maiores. O problema deles é que sempre conviveram com a ausência de liberdade e essa presença da liberdade os preocupa, porque não estão acostumados a ter riscos.

CC: É o problema da impunidade?

CL: Não é só a impunidade, e sim toda a proteção em torno deles mesmos, nos seus guetos fechados. Eles sempre se fecharam em guetos. Esse é um problema de natureza psicológica individual. E mais a impunidade. Na história do Brasil, o primeiro banqueiro preso é este senhor do pequeno banco, o Edemar Cid Ferreira.

Porém, deveria ter outros banqueiros presos em Taubaté. O que aconteceu no governo anterior, do Fernando Henrique Cardoso, quando grandes bancos nacionais entraram em estado de liquidação? Eu não vejo nenhum deles preso. O Ministério Público da época não foi ativo.

CC: O Banco Nacional, o Banco Econômico...

CL: Você é que está citando... (risos)

CC: O senhor acha possível governar sem se curvar à minoria branca? Claro que o seu caso é muito específico, o senhor deve governar por apenas nove meses...

CL: De fato, é um caso muito especial mesmo. Eu reconheço que eu sou muito livre porque eu não sou candidato. Não dependo de ninguém a não ser da Assembleia Legislativa, com quem eu tenho um bom relacionamento. Também dependo da sociedade em si, com quem eu tenho um bom relacionamento. E a minoria branca vai ter de me respeitar e esperar por mais seis meses.

CC: Então a resposta para a pergunta é não.

CL: Escuta, a minoria branca, como um

Seu País

dos segmentos nacionais, tem de ser respeitada, tem de ser ouvida e tem de ser levada em conta. O que ela não pode é dominar o governo. No momento em que passa a haver um estado de hegemonia e dominação, as coisas se tornam graves.

CC: E como a minoria branca está diante das perspectivas eleitorais?

CL: Preocupada. A grande preocupação da minoria branca hoje é o que será o eventual segundo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Acreditam que ele deverá resgatar toda a sua pregação anterior. Eu não acredito. Acho que, se houver um segundo mandato de Lula, vai ser uma mandato equilibrado e de bom senso. É um homem que busca a moderação. No fundo, é um grande conciliador.

CC: Qual é o destino do PT?

CL: Está numa situação realmente difícil. Acho que não terá uma grande votação. São coisas bem distintas, o presidente Lula e o PT.

CC: E como Lula vai governar se não tiver maioria petista?

CL: Eu diria que a maioria petista fez muito mal ao presidente Lula. Certamente, ele poderia ter avançado mais com outros partidos. Essa minoria petista é a minoria branca petista, que esteve no Palácio do Planalto durante muito tempo... Havia ali leninistas, gostam de centralismo democrático...

CC: Quem é leninista?

CL: O doutor José Dirceu. Ele quis a dominação total do Congresso. Foi um erro. Se ele tivesse mantido um diálogo com todos os partidos, inclusive

“O presidente do PFL (Jorge Bornhausen) usou a palavra “raça”. Não é bom, não é bom...”

“Por causa de gente como ACM, o PFL também retrata o Brasil da Idade Média”

os partidos tidos como conservadores, teria obtido mais sucesso.

CC: E o doutor Palocci?

CL: Palocci é uma tragédia nacional. Foi um grande ministro, conseguiu dialogar com todos os segmentos. Mas, infelizmente, tinha sido prefeito de Ribeirão Preto (risos).

CC: Como o senhor explica a popularidade de um presidente que há mais de um ano vem sendo massacrado pela mídia com denúncias de corrupção?

CL: O presidente Lula é um produto autêntico das raízes nacionais. Ele é povo, ele é Brasil. Ele é uma saga que as pessoas respeitaram. Eu sempre costumo dizer que a história pessoal do presidente é uma das mais bonitas da história brasileira. A tragédia de Lula foram os maus companheiros.

CC: Em 1989, a mídia apoiou Collor desbragadamente...

CL: Um típico produto da minoria branca.

CC: Sem dúvida, mas a estratégia funcionou naquele momento. Por que não funciona agora? Poderíamos admitir que a mídia desta vez falhou?

CL: Não, a mídia informa e cada um de nós faz a sua própria equação, o seu próprio julgamento. O brasileiro não é mais conduzido.

CC: A mídia não esteve sempre a serviço da minoria branca?

CL: Ah, lógico. Não sei se chegou a distorcer os fatos, mas a visão sempre foi da minoria branca.

CC: Então o povo não se deixa convencer mais?

CL: É mais do que isso. Ninguém se deixa dirigir, ninguém mais dirige. E sabe por que não tem mais direção no Brasil? Porque não tem mais hegemonia religiosa. No momento em que surgiram muitas posições religiosas e houve um conflito de posicionamentos, o Brasil já não é hegemônico. Então, ninguém mais vai dominar o eleitorado. É tolice pensar que vai dominar, porque os brasileiros passaram a pensar em segmentos específicos. Eles começam a ter condutores da vontade do político.

CC: O senhor concorda com a ideia de que a mídia, como um instru-

mento da minoria branca, tentou nivelar por baixo? O senhor lê o jornal com o mesmo prazer que lia há 40 anos? Falamos de texto, de qualidade da língua...

CL: Eu acho que esse é outro problema, problema de mídia. Estão surgindo mídias novas, que estão deixando o jornal diário em situação muito difícil. A internet é uma coisa nova, que esclarece muito mal, diga-se de passagem. É a história do nosso Lampedusa, o autor de *O Leopardo*. Eu diria que nunca mais a história será igual. A liberdade rompeu todas as barreiras e fará isso não só no Brasil, e sim em qualquer lugar. A China terá um problema, porque a liberdade vai destruindo os regimes autoritários.

CC: Por que lhe ocorre Lampedusa?

CL: Eu sempre lembro daquela frase final: “Um copo tirado do lugar nunca volta ao mesmo lugar, a menos que queiram que volte”. Sempre existe uma diferença de espaço. É o caso do Brasil, que está avançando e não vai voltar nunca para o mesmo lugar.

CC: Então o senhor está otimista em relação ao Brasil?

CL: Muito otimista, muito otimista. A caminhada do Brasil foi dura. Você falou dos italianinhos... Nós tivemos grandes conflitos sociais aqui em São Paulo. A nossa universidade, os nossos grandes acadêmicos, os grandes intelectuais no Brasil, vão estudar a Revolução Francesa, vão estudar o vento mistral no sul da França e a poesia provençal. Eles vão estudar a Revolução Americana – pouco, porque são um tanto ignorantes em inglês –, e assim vai. Nunca estudaram, por exemplo, os movimentos sociais que os italianos fizeram em São Paulo. Têm medo. Você sabe que o bairro do Brás ficou isolado do resto da cidade durante longos períodos? Ninguém entrava porque tinha guerrilha urbana. Ninguém lembra isso. A história das grandes migrações para São Paulo ninguém estuda. Acho incrível esse desinteresse. Por quê? Porque a minoria branca não quer. Ela está dominando dentro da universidade e não quer estudar as revoltas sociais em São Paulo. Há um pouco de estudo sobre o negro, mas sobre as imigrações européias, e sobretudo as italianas que modificaram a cidade, nada. Têm medo.

CC: O senhor está falando de São Paulo. O senhor herdou um pepino grande, que estourou um mês e pouco depois de assumir o governo. E o que espanta é que, até agora, o senhor fez pouco no sentido de mudar o quadro...

CL: Mudei, mudei o secretário da Administração Penitenciária. E o secretário que você quer escreveu até que basta um aceno de cabeça do governador para cair o secretário de Segurança Pública, com todas as suas formas estranhas de se dirigir à sociedade e particularmente ao Parlamento de São Paulo, foi um homem de muita coragem. Ele teve muita firmeza na condução daqueles dias difíceis.

CC: *Eu entendo, mas ele comanda uma tropa que, de acordo com o Conselho Regional de Medicina...*

CL: Eu conheço o Conselho Regional de Medicina intimamente. Eu pedi uma posição desse conselho a respeito da morte do meu filho. E não tive muito sucesso, não. Eu pedi simplesmente que eles comunicassem aos médicos que um determinado medicamento é perigosíssimo. Por isso, eu vejo o Conselho Regional de Medicina como mais um agente de momento circunstancial da história de São Paulo. Não me preocupa muito. E acho também que algumas ONGs dirigidas com dinheiro estrangeiro, dinheiro vindo do Norte da Europa, basta abrir o site para conferir a origem, estão fazendo tribunais de exceção no Brasil. Nós estamos no Estado de Direito. Temos o juiz natural. Vamos aguardar os processos chegarem ao Poder Judiciário e esperar a sua decisão.

CC: *O senhor gosta de dizer que não gosta de ofensas pessoais, nem mesmo ao presidente Lula. O que dizer dos gestos obscenos do Saulo de Castro?*

CL: Não, não. Vocês têm toda razão. E ele pediu desculpa. Ele mandou uma carta, um ofício ao Poder Legislativo de São Paulo, desculpando-se.

CC: *Sim, mas ele fez os gestos.*

CL: Fez, estava errado. Tanto fez que pediu desculpas. Por exemplo, eu gostaria que quem ofendeu o presidente da República mandasse uma carta. Acho que ninguém pode ofender nem instituições nem pessoas.

CC: *E o Marcola? Será que o sonho dele é pertencer à minoria branca?*

CL: Ele é da minoria branca. Ele é branco, um homem extremamente lúcido, pelo que me dizem. Ele lê muito. Dizem que leu mais de 2 mil livros. O Marcola é um produto direto do crime organizado, do narcotráfico. Utiliza-se de dois segmentos: aqueles que podem conduzir a droga, as mulas que não têm condições financeiras; e a classe média, que

puxa fumo e usa pó. O Marcola, na verdade, tem um grande consumidor à sua disposição. E são esses mesmos consumidores que vêm ao palácio do governo pedir para a gente agir duramente contra o crime organizado. Só que eles usam o pó, consomem e alimentam o crime organizado. Então, você veja que é uma sociedade hipócrita. Quando ele disse isso, ele não estava em estado emocional. Estava dentro da realidade.

CC: *E tudo isso é fruto do quê? Do desequilíbrio social?*

CL: Não só. Acho que a perda de alguns valores tradicionais do Ocidente levaram a tudo isso. O trabalho era um valor para todos nós do Ocidente. Deixou de ser. Jogaram na nossa cabeça que o ócio é que é importante. O segundo ponto é a ausência dos valores religiosos, que leva à ausência de qualquer limite ou preocupação social. E também o fim da família tradicional. Não sei se isso é bom ou mau, é uma questão sociológica. Mas o fim daquele núcleo familiar forte deixou as pessoas fracas.

CC: *Mas, em comparação com a Europa e outros países, a gente vê que os brasileiros da minoria branca acham que podem viver erguendo muralhas em torno de suas vivendas...*

CL: Eu acho isso ridículo. No exterior não é assim, nem no meu Bexiga. Nós vivemos todos lá, sem nenhum atrito. É incrível. O Bexiga é um caldo cultural diferenciado, sempre de portas abertas...

CC: *Mas somos vice-campeões mundiais em má distribuição de renda.*

CL: A diferença aqui é fatal. A minoria branca vai ter de abrir a bolsa. Quando eu disse isso, se ofenderam.

CC: *A onda de violência em São Paulo terá repercussões negativas na campanha de Alckmin e de Serra?*

CL: Não, porque esse é um tema tão sério, tão complexo, que quem o usar como objeto de campanha vai sair perdendo. Hoje, eu vejo um menino aí falando muito sobre isso. Ingênuo,

ele diz que vai acabar com a Febem.

CC: *O menino é o Mercadante?*

CL: Sim, esse menino é o doutor Aloizio Mercadante. É jovem, e os jovens costumam ter muita empáfia. É empafioso dizer: "Vou acabar com a Febem". Eu estou pensando até em mudar o nome da instituição, o nome ficou maldito. Estou pensando em Fundação Casa. Mas o Brasil é o país do ingênuo, ou dos aproveitadores.

CC: *Por que o senhor disse que não vai se candidatar a nada?*

CL: Eu sou candidato.

Eu já disse anteontem em Santos, quando me perguntaram: "O senhor é candidato a quê?" Eu respondi: "Ao Saboó, porque eu nasci em Santos, ou ao Araçá, em São Paulo". O Saboó é um cemitério de Santos e o Araçá é um cemitério de São Paulo.

CC: *No término deste mandato, o senhor encerra a sua carreira política?*

CL: Não, eu continuo no partido, fazendo campanha política. Agora, eu não sou candidato e não acho que tenho condições

populares para ser candidato. E também não quero fazer concessões a ninguém para apoiar a minha campanha. Se eu não devo nada a ninguém até hoje, não vou dever amanhã.

CC: *O senhor não cogita uma campanha daqui a dois anos?*

CL: Eventualmente, se eu me tornar popular por força própria, posso até ser candidato a um cargo majoritário, nunca proporcional. Mas, se eu não tiver força própria, não serei candidato, porque não quero depender de ninguém. É o típico italianinho, não? Não quero dever nada a ninguém. ■

“O secretário Saulo de Castro fez o gesto. Estava errado. Tanto fez que pediu desculpas”

“O menino Mercadante fala em fechar a Febem. É jovem. Os jovens são empafiosos”

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Senador Eduardo Suplicy, ontem houve uma comemoração do 50º aniversário da Anfavea. Amanhã, se eu tiver chance, usarei da palavra para descrever o evento. Lá se encontravam o Presidente Lula, o Governador Cláudio Lembo, o Prefeito Gilberto Kasab, o Presidente da Anfavea e o Ministro Furlan, todos em perfeita harmonia e respeito. Foi uma reunião muito boa, porque objetivamente se discutiu um setor importante da economia brasileira. Estava também o Senador Aloizio Mercadante comigo representando o Senado Federal.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Não fui à reunião da Anfavea, porque não fui convidado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Representei V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 707, DE 2006

Requer Voto de Aplauso ao escritor amazonense Deusamir Pereira pelo lançamento, em Manaus, no dia 2 de dezembro de 2004, do livro Amazônia Insustentável – Zona Franca de Manaus, estudos e análise.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao escritor e também administrador Deusamir Pereira, pelo lançamento de seu livro Amazônia Insustentável – Zona Franca de Manaus, Estudos e Análise.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado.

Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se pelo tema do livro, muito oportuno. Seu autor, pós-graduado em Marketing Empresarial e Gerência Financeira pela Universidade Federal do Amazonas, e também Administrador. Nesse seu livro, ele faz meticulosa análise dos reais custos/benefícios da ZFM de Manaus e as possibilidades de reorientação do atual modelo vol-

tado para o aproveitamento dos potenciais naturais e culturais da Amazônia. E, pois, merecedor do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 708, DE 2006

Requer Voto de Aplauso a Wastony Aguiar Bittencourtt, pelo lançamento, em Manaus, do seu livro Crônicas de um Servidor Público.

Requeiro, nos termos do art. 222, do regimento interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao funcionário público amazonense e também escritor Wastony Aguiar Bittencourt, pelo lançamento de seu livro Crônicas de um Servidor Público.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado.

Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se pelo tema do livro, de grande interesse para o público em geral. Nele, Wastony faz um relato do dia-a-dia de um servidor público, publicado, em crônicas, no Jornal do Comércio. É, pois, merecedor do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 709, DE 2006

Requer voto de pesar pelo falecimento do Geógrafo Orlando Valverde, no dia 14 de junho de 2006, no Rio de Janeiro.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido no Rio de Janeiro, em 14 de junho de 2006, do Geógrafo Orlando Valverde, que integrava os quadros do IBGE e que dedicou 30 anos de sua vida a pesquisas na Amazônia.

Requeiro, ademais, que o conteúdo deste Voto seja comunicado aos familiares do Geógrafo e à Fundação IBGE.

Justificação

Orlando Valverde foi dedicado geógrafo do IBGE e participou intensamente de estudos e debates sobre o problema do manejo florestal no Brasil. Dedicou 30 anos de sua vida profissional a pesquisas na Amazônia, como chefe do Grupo de Pesquisas criado para

estudos daquela área. Fundou e presidiu a Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia. Desde a década de 80, foi um fervoroso defensor das reservas extrativistas e indígenas e contra a invasão das madeireiras internacionais na Amazônia. O Voto que ora proponho é justo, por significar o reconhecimento do valor daquele grande Geógrafo e amigo da Amazônia.

Sala das Sessões, de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

REQUERIMENTO Nº 710, DE 2006

Requeiro voto de pesar pelo falecimento, ocorrido ontem, 25 de junho de 2006, em São Paulo, da Exma, Sra. Guita Mindlin, “amiga dos livros”.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de pesar pelo falecimento, ocorrido ontem, 25 de junho de 2006, da Exma. Senhora Guita Mindlin, esposa do Acadêmico José Mindlin.

Requeiro, mais, que este voto seja levado ao conhecimento do Acadêmico José Mindlin e à Academia Brasileira de Letras.

Justificação

O hoje Acadêmico José Mindlin, conhecido em todo o Brasil pela formação da maior biblioteca particular do País, perdeu na madrugada de domingo sua esposa e dedicada companheira, Sra. Guita Mindlin. Ela faleceu cinco dias após a posse do marido como novo imortal da Academia Brasileira de Letras, a que chegou por alto merecimento. Dona Guita conheceu José Mindlin na Faculdade de Direito das Arcadas, em São Paulo, ela então caloura e ele formando. Dois anos após, casaram-se. Na vida em comum, Dona Guita foi a grande estimuladora da obra a que ele, José Mindlin, se dedicava, a formação de uma biblioteca, hoje de valor inestimável. Para tanto, especializou-se em encadernação e restauro. Na década de 70, em parceria com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas, chegou a desenvolver uma máquina de reconstituir papel. Fundou ainda a Sociedade Brasileira de Encadernação e Restauro (SBE), apoiada pela Escola Theobaldo Nigris, entidade que, em apenas cinco anos, formou 150 alunos na arte do restauro de livros. E, pois, merecedora do Voto de Pesar.

Sala das Sessões, de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

REQUERIMENTO Nº 711, DE 2006

Raquer Voto de Aplauso ao escritor amazonense Evaldo Ferreira, do jornal O Estado do Amazonas, pelo lançamento, em Manaus, do livro No Tempo dos Seringais.

Requeiro, nos termos do art. 222, do regimento interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao cronista Evaldo Ferreira, do jornal O Estado do Amazonas, pelo lançamento de seu romance de estréia No Tempo dos Seringais.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado.

Justificação

Evaldo Ferreira e cronista do jornal O Estado do Amazonas e seus escritos são um retrato de Manaus, do Amazonas e da Amazônia. O próprio jornal chama-o de cronista-viajante. Agora, ele lança seu primeiro romance, baseado na realidade regional. O título da obra dá bem uma idéia do conteúdo, que reúne suas idéias e análises de um tempo, o dos seringais. A homenagem que ora formulo justifica-se pelo tema do livro, muito oportuno pelo que reúne de história do meu estado e da região.

Sala das Sessões, de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 712, DE 2006

Requer voto de aplauso ao Serviço de Anatomia Patológica da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

Requeiro, nos termos do art. 222, do regimento interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Serviço de Anatomia Patológica da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, em Manaus.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do diretor daquele serviço, Dr. Jeconias Câmara e a todos que ali trabalham, bem como ao Reitor da Universidade Federal do Amazonas, Prof. Hidembergue Ordozgoith Frota.

Justificação

O Serviço de Anatomia Patológica da Universidade Federal do Amazonas – UFAM é centro de referência médica não somente no Estado como em toda a Região Amazônica. É a mais antiga residência médica no estado. A Anatomia Patológica é básica na medicina. É ela que faz o diagnóstico da causa mortis. É ela que estuda os tecidos (histopatologia), permitin-

do afirmar com segurança a natureza de uma lesão. É ela que estuda as alterações celulares (citopatologia), principalmente no núcleo celular, possibilitando detectar doenças como o câncer. Faz jus, portanto, à homenagem que ora proponho.

Sala das Sessões, 27 de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os Requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 713, DE 2006

Requer à Ministra do Meio Ambiente, informações sobre intenções anunciadas pela organização francesa Nature Rights, que podem representar ameaças à integridade da Região Amazônica.

De acordo com o art. 216 do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, Requeiro que a Mesa solicite, por escrito, à Ministra do Meio Ambiente, informações acerca de notícia divulgada recentemente pela Agência Amazônica de Notícias, dando conta da existência de uma organização francesa, que teria propósitos de lotear áreas ainda intactas da Região Amazônica. Indago se o Ministério do Meio Ambiente tem conhecimento desses planos que representariam sérias ameaças à integridade e ao futuro da região estratégica por excelência do Brasil.

Justificação

Ao Senado, casa representativa dos Estados, compete, dentro de sua prerrogativa fiscalizadora, acompanhar as ações oficiais, planos e projetos do Executivo em relação às diferentes regiões do País. E, ademais, inteirar-se, acompanhar e fiscalizar intentos estranhos, vindos do Exterior, de olhos voltados para a compra e o loteamento de áreas da Grande Floresta.

Há pouco, denunciei aqui a compra de uma grande área na Amazônia por um cidadão europeu, a pretexto de preservação.

Sempre que alguém, sobretudo de fora do Brasil, fala em preservação da Amazônia, temos que colocar um pé à frente e outro atrás.

Agora, diz a Agência Amazônica de Notícias, a grafista franco-portuguesa Samantha Novella deve

desembarcar em agosto no Brasil, para executar um plano no mínimo suspeito. Ela diz que vai escolher uma área-piloto para estabelecer o projeto que tem em mente, como sempre “para reduzir o índice de destruição da Amazônia”.

Diz essa grafista – e pela sua profissão, pode-se concluir que seu objetivo visa a lucros – que seu projeto baseia-se na recente Lei nº 11.284, a chamada *Lei Florestal*. Em lugar de pleitear o direito de exploração racional da Amazônia (baseada na Lei), Samantha quer que essa concessão seja partilhada com pessoas do mundo inteiro, cada uma adquirindo um hectare da área-piloto.

A mesma Agência Amazonense de Notícias adverte: “O argumento não é novo. No final dos anos 80, o então presidente francês François Mitterrand, durante reunião da Cúpula Internacional dos Países mais ricos do mundo, defendeu o ponto de vista de que a Amazônia é importante demais para ser protegida apenas pelo Brasil.

No mesmo tom, essa grafista sustenta que “a Amazônia é patrimônio mundial e nosso interesse é preservá-la”. Alto lá: a Amazônia é Patrimônio, sim, mas do Brasil. É Patrimônio do Brasil a serviço da Humanidade.

Por isso, formulo este Requerimento de Informações à Ministra Marina, pedindo à Mesa urgência máxima no seu encaminhamento.

Sala das Sessões, 27 de junho de 2006 – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– O Requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 714, DE 2006

Requeiro nos termos regimentais seja aprovado voto de pesar pelo falecimento, em 20-6-07, aos 70 anos, de Hildebrando Rossi Filho, professor e diretor do Centro Educacional Objetivo e da Universidade Paulista-UNIP, e que o voto de pesar seja levado ao conhecimento da família e das entidades acima.

Justificação

Paulista de Itapira, fundo ao lado de Rudge Alegratti e Jorge Brihy o Grupo Objetivo, que se tornou uma das maiores e bem sucedidas escolas de São

Paulo, conseguindo em curto período expandir e espalhar-se por quase todo o país, onde ainda hoje é um paradigma de bom ensino.

Era querido pelos funcionários por não poupar esforços para ajudá-los e considerado “o coração da escola” por suas atitudes profissionais e sua competência administrativa.

Era casado com dona Nilza e tinha dois filhos, Jorge e Heloísa e estava feliz com a chegada de Vinícius, o primeiro neto.

A morte de Hildebrando Rossi Filho, o Dinhão, como era conhecido, deixa saudoso todos aqueles que, como eu, tiveram o privilégio de sua amizade pois sua vida foi um exemplo a ser seguido pelos que militam na área educacional.

Sala das Sessões, 26 de junho de 2006. – Senador **Romeu Tuma**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 093/05–GLPSDB

Brasília, 27 de junho de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a exclusão do Senador Álvaro Dias da condição de suplente na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “para apurar as denúncias envolvendo a ‘Operação Sanguessuga’, realizada pela Polícia Federal, para investigar quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde”.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O ofício lido vai à publicação.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 172, DE 2006

(Nº 465, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto no art. 42, § 1º, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, no art. 18, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior,

aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como nos arts. 39 e 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Georges Lamazière, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na República da Lituânia, desde que obtido o **agrément** do governo desse país.

Os méritos do Senhor Georges Lamazière que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 21 de junho de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 225 DP/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 7 de junho de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal; o artigo 42, § 1º, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986; o artigo 18, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e os artigos 39 e 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação do Senhor Georges Lamazière, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca.

2. Caso mereça a aprovação do Senado Federal, o Senhor Georges Lamazière poderá ser nomeado, também, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, cumulativamente, na República da Lituânia, desde que obtido o **agrément** do governo desse país.

3. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e **curriculum vitae** do Senhor Georges Lamazière, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros. – Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim**.

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE GEORGES LAMAZIÈRE

CPF.: 44007752753

ID.: 7493 MRE/DF

- 1952 Filho de Maurice Lamazière e Vera da Motta Lamazière, nasce em 04 de janeiro, na cidade do Rio de Janeiro/RJ
- 1975 Direito pela Pontifícia Universidade Católica, PUC/RJ
- 1977 CPCD - IRBr, Concurso Direto
- 1977 Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, Medalha de Prata
- 1977 Terceiro Secretário em 01 de dezembro
- 1977 Divisão de Ásia e Oceania, assistente
- 1979 Divisão de Política Comercial, assistente
- 1980 Segundo Secretário, por merecimento, em 23 de janeiro
- 1980 Mestre em Filosofia pela PUC/RJ
- 1981 Embaixada em Paris, Segundo Secretário
- 1983 Estudos de Pós-graduação - DEA ("Diplôme d'Études Approfondies") em Política de Defesa, Universidade de Paris-I, Panthéon-Sorbonne, Paris
- 1984 Embaixada em La Paz, Segundo Secretário
- 1986 Gabinete do Ministro de Estado, Oficial de Gabinete
- 1986 Primeiro Secretário, por merecimento, em 18 de dezembro
- 1988 Delegação para Desarmamento e Direitos Humanos, Genebra, Primeiro-Secretário
- 1990 Secretaria-Geral de Política Exterior, Coordenador-Executivo, substituto
- 1991 Conselheiro, por merecimento, em 20 de dezembro
- 1992 Gabinete do Ministro de Estado, Coordenador-Executivo
- 1993 Instituto Rio Branco, Professor de Teoria Política
- 1993 Embaixada no México, Conselheiro
- 1993 "Threat Perceptions and Security Requirements for the 1990's", em "Conference of Latin American and Caribbean Research Institutes", org. por Péricles Gasparini Alves, Nova York
- 1993 "Latin America: The Multilateral Dimension", em "Regional Approaches to Disarmament, Security and Stability", org. por Jayantha Dhanapala, UNIDIR, Dartmouth, Londres

- 1995 Delegação Permanente em Genebra, Conselheiro
- 1995 CAE - IRBr, A resolução 687 (1991) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a Comissão Especial das Nações Unidas (UNSCOM) e o regime internacional de não-proliferação de armas de destruição em massa
- 1997 Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Chefe de Gabinete
- 1998 Ordem, Hegemonia e Transgressão, Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre de Gusmão, Instituto Rio-Branco, Centro de Estudos Estratégicos, Brasília
- 1999 *Presidência da República, Assessor Especial*
- 2000 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
- 2001 O Impacto dos Processos de Integração Regional nas Políticas de Defesa e Segurança. O Brasil e a Cooperação Político-Militar na América do Sul, Política Externa, no. 4, Março/Abril/Maio
- 2002 Consulado-Geral em São Francisco, Cônsul-Geral
- 2002 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 27 de dezembro

Claudia D'Angelo
CLAUDIA D'ANGELO
Diretora do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

INFORMAÇÃO SOBRE O REINO DA DINAMARCA

Maio de 2006

Avaliação do estado das relações bilaterais

As relações brasileiro-dinamarquesas têm sido tradicionalmente caracterizadas pela notável atmosfera de cordialidade e crescente interesse mútuo, fluidez e ausência de grandes contenciosos. No campo da política externa, tem-se observado ampla faixa de coincidência e afinidades entre as posições de ambos os países. Brasil e Dinamarca partilham os mesmos ideais de coexistência internacional, defendendo a solução pacífica de controvérsias e valorizando o papel de organismos internacionais como foros para o desenvolvimento da cooperação entre os países. A economia brasileira tem atraído o empresariado dinamarquês, sendo para o Brasil positivos os fluxos de investimento. De um modo geral, a Dinamarca tem dado regular apoio a candidaturas brasileiras em organismos internacionais.

Relacionamento político

Os contatos políticos culminaram, em maio de 1999, com a visita de Estado da Rainha Margrethe II ao Brasil, a primeira em nível de Chefe de Estado. Em seguimento à visita real, os contatos bilaterais em alto nível não tiveram continuidade, uma vez que não houve possibilidade de agendar visita presidencial de retribuição à da soberana dinamarquesa ao longo dos anos de 2000, 2001, 2002, 2003 e 2004.

Não obstante, a partir do ano de 2002, foram retomadas com maior intensidade as iniciativas no plano do relacionamento bilateral, nas áreas política, comercial, econômica e cultural.

No mês de fevereiro, Delegação brasileira, chefiada pelo Ministro Marcos Vileça, do Tribunal de Contas da União, assistiu à inauguração de exposição das pinturas do pintor holandês Albert Eckhout - "Albert Eckhout - os primeiros retratos do Brasil" - como ponto de partida para a apresentação das obras no Recife, em Brasília e em São Paulo. A exposição foi inaugurada pelo Príncipe Frederik, Herdeiro do trono da Dinamarca, que viajou em missão oficial ao Recife em setembro de 2002 para assistir à cerimônia de inauguração da mostra das obras naquela cidade. A exibição foi visitada no Brasil por mais de um milhão de pessoas.

Em maio do mesmo ano, então Vice-Presidente da República, Marco Maciel, realizou visita de trabalho à Dinamarca, o primeiro contato político-diplomático como o novo Governo liberal-conservador que assumiu o poder na Dinamarca em novembro de 2001. A autoridade brasileira teve a oportunidade de entrevistar-se com o Presidente do Parlamento, com o Prefeito de Copenhague, e com o Ministro de Refugiados, Imigração e, então, também, Ministro de Assuntos Europeus, que respondia pela pasta das Relações Exteriores na ausência do titular, Bertel Haarder. A visita do então Vice-Presidente brasileiro teve o mérito de retomar, em alto nível, o diálogo político e cultural entre os dois países.

Quanto ao futuro do relacionamento bilateral, caberia o planejamento de ações capazes de contribuir para o desenvolvimento de uma parceria político-econômico-comercial mais estreita. É certo que, no momento, o quadro da política externa dinamarquesa não parece, à primeira vista, o mais propício à intensificação das relações com a região latino-americana. Com exceção do período no segundo semestre de 2002 em que a Dinamarca exerceu a presidência do Conselho da União Européia, a atuação externa do Governo vem apresentando aparente tendência à contração, em favor de economias para a aplicação de maiores recursos no plano doméstico. O Governo determinou em 2002 o fechamento de Embaixadas dinamarquesas, entre as quais a de Buenos Aires. No momento, a Dinamarca conta, na América do Sul, com apenas três Embaixadas, em Brasília, La Paz e Santiago. Esse desinteresse pela região latino-americana acentuou-se após a entrada em funções do novo Governo e se agravou em razão da dispensa de pessoal, bem como dos cortes severos no orçamento da Chancelaria e da redução da antes generosa assistência técnica e econômica a países em desenvolvimento.

No quadro de discreta atenção reservada à região, as relações oficiais da Dinamarca com o Brasil, o Chile e o México são consideradas relativamente privilegiadas. Já os setores empresariais mais dinâmicos persistem em buscar parcerias internacionais em mercados de países emergentes, incluindo a América Latina, mostrando-se vivamente interessados em expandir a presença dinamarquesa além das áreas de interesse tradicional, o que oferece continuada oportunidade alternativa de expansão das relações bilaterais.

O Brasil encontra-se, portanto, em posição privilegiada para servir de ponte para um diálogo entre a Dinamarca e a América do Sul, incluindo seus agrupamentos regionais como o Mercosul, a CASA e o Grupo do Rio. No plano político, o diálogo de alto nível com o Governo dinamarquês poderia servir de modo prático para angariar apoio a alguns dos temas prioritários de nossa política externa, como o Fundo Mundial de Combate à Fome, o fortalecimento das Nações Unidas, a reforma do Conselho de Segurança e as negociações no âmbito da OMC.

Cabe comentar que, no início de 2005, a Chancelaria dinamarquesa, revertendo tendência anterior, manifestou à Embaixada do Brasil em Copenhague a intenção de estreitar as relações com a América Latina, "a Latin America offensive". Situa-se nesse contexto as visitas do Secretário Permanente da Chancelaria dinamarquesa ao Brasil e à Argentina, em março do corrente ano. Nesse contexto está também a projetada visita da Rainha Margrethe II ao México, em 2005, que não ocorreu em virtude de problemas de saúde da soberana.

Em 2005, foi celebrada a primeira reunião de consultas bilaterais com o atual Governo, entre o Senhor Secretário-Geral, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, e o então Secretário permanente da Chancelaria dinamarquesa, Embaixador Friis Arne Pertesen.

A Dinamarca convida o Senhor Presidente da República para uma visita de Estado, em retribuição à visita da Rainha Margrethe II ao Brasil, em 1999. Por razões de agenda, das duas partes, não foi possível até o momento marcar uma data.

Cultura

Em agosto de 2002, realizou-se na cidade de Aarhus festival que celebrou a cultura dos países lusófonos. O evento inaugural do Festival, que contou com a presença da Rainha Margrethe, consistiu na apresentação do espetáculo "Clássicos do Samba", protagonizado por Dona Ivone Lara, Eliana Farias, Martinho da Vila e Jamelão. O Festival contou com a participação de numerosos outros artistas plásticos e músicos brasileiros, entre os quais o grupo de "funk" "Meninos de Rua", os fotógrafos Pedro Lobo e Severino Silva e os artistas plásticos Ernesto Neto, Márcia Thompson e Marcelo Krasilcic, cuja participação no prestigioso evento foi propiciada por esforço conjunto do Ministério da Cultura e do Itamaraty.

Já em 2003, no mês de maio, Pelé visitou a Dinamarca para receber o título honorífico de "Embaixador da Boa-Vontade Hans Christian Andersen", a convite das prefeituras de Copenhague e de Odense e da Fundação 200 Anos de Hans Christian Andersen. Com esse título, a referida Fundação tem distinguido personalidades dinamarquesas e estrangeiras, com vistas à divulgação das comemorações dos 200 anos do nascimento do célebre escritor, a ocorrerem em 2005. A cerimônia de outorga do título foi presidida pelo Príncipe Frederik, herdeiro do trono da Dinamarca.

Em setembro de 2003, foi inaugurada no Museu Arken de Arte Moderna Exposição sobre as obras do Arquiteto Oscar Niemeyer, que já havia sido anteriormente exibida em Bruxelas, Lisboa, Paris e Frankfurt. A cerimônia de abertura contou com a presença da patrona do Museu, a Princesa Alexandra (então casada com o Príncipe Joachim, filho menor da Rainha Margrethe II).

No ano de 2004, no mês de julho, visitou oficialmente Copenhague o Ministro da Cultura, Gilberto Gil, oportunidade em que foi agraciado por seu colega dinamarquês, Ministro Brian Mikkelsen, com o título de "Embaixador da Boa-Vontade Hans Christian Andersen".

Relacionamento econômico-comercial

Os dois Encontros Empresariais realizados por ocasião da visita oficial da Rainha Margrethe II ao Brasil, em maio de 1999 — em São Paulo e no Rio de Janeiro — tiveram o efeito de apontar para o potencial, não explorado, do comércio bilateral e para a possibilidade de aumento dos fluxos de investimentos privados para o Brasil.

Em maio de 2002, nos dias 29 e 30 ocorreu a visita de missão comercial brasileira à Dinamarca chefiada pelo Senhor Diretor Geral do DPR, que, além de propiciar uma renovada divulgação da realidade brasileira, proporcionou o intercâmbio de experiências no setor petrolífero, a oportunidade para encontros exploratórios entre empresas candidatas a se tornarem parceiras comerciais e a ampliação de conhecimentos e contatos de utilidade futura para as atividades do SECOM.

Dados de comércio

Exportações à Dinamarca (FOB)	
2005	2002
US\$151.249.568	US\$75.605.847

Importações da Dinamarca (FOB)	
2005	2002
US\$237.166.231	US\$157.208.938

Saldo	
2005	2002
(US\$85.916.663)	(US\$81.603.091)

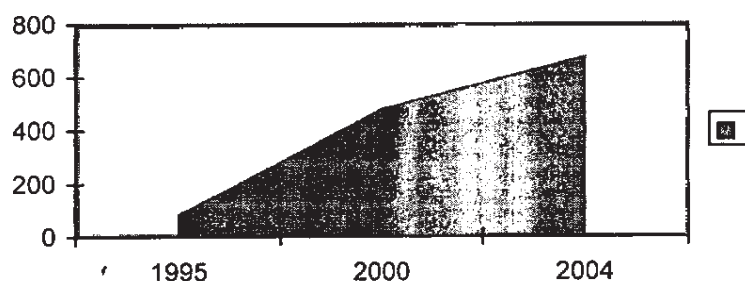
Principais produtos exportados à Dinamarca (jan-dez 2005)
Resíduos sólidos da extração do óleo de soja
Café não-torrado, não-descafeinado, em grão
Fumo não-manufaturado
Carnes desossadas de bovino, frescas ou refrigeradas

Principais produtos importados da Dinamarca (jan-dez 2005)
Insulina, em doses
Aparelhos para facilitar a audição de surdos
Motores diesel e semi-diesel para embarcações
Fones de ouvido (auscultadores), mesmo com microfones

Dados de investimento

Estoque de investimentos dinamarqueses no Brasil (em US\$ milhões)

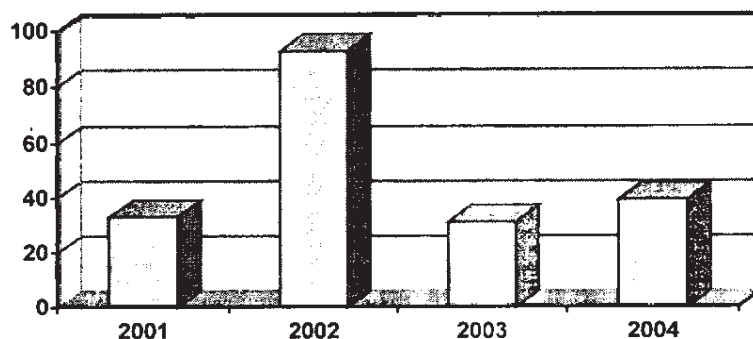
1995	2000	2004
84,91	478,10	674,82



Fonte: Banco Central. Departamento de Capitais Estrangeiros e Câmbio. Dados de Censo de Capitais Estrangeiros (datas-base 1995 e 2000). Conversões pela cotação do último dia útil do respectivo período.

Fluxo de investimentos dinamarqueses ao Brasil (em US\$ milhões)

2001	2002	2003	2004
33,20	92,75	31,31	39,46



Fonte: Banco Central. Departamento de Capitais Estrangeiros e Câmbio. Ingressos de investimentos e conversões de empréstimos e financiamentos em investimento direto. Conversões em dólares às paridades históricas.

INFORMAÇÕES SOBRE A DINAMARCA

Dados básicos

Nome Oficial: Reino da Dinamarca

Capital: Copenhague

Área: 43.094km²

População: 5.450.661 (estimativa para julho de 2006)

RELAÇÕES BRASIL-LITUÂNIA

O Brasil manteve relações diplomáticas com a Lituânia durante o breve período de independência do país, entre os anos 20 e 30. O relacionamento diplomático foi reatado em 1991, depois do reconhecimento brasileiro, no mesmo ano, da independência reconquistada. No terreno político, a criação da Embaixada do Brasil na Lituânia, em 1993, cumulativa com nossa Missão Diplomática em Copenhague, e a da Lituânia no Brasil, em 1996, cumulativa com a Embaixada da Lituânia em Madri, determinou maior grau de aproximação. A existência, em São Paulo – onde a Lituânia mantém Consulado-Honorário – da maior colônia lituana na América Latina confere importância adicional às relações bilaterais.

Em janeiro de 2006, a Lituânia anunciou a transferência da sua representação cumulativa no Brasil, de Madri para Buenos Aires, sinalizando o desejo de estabelecer relações bilaterais mais próximas. Estão sendo realizadas consultas sobre a abertura de seção consular lituana no Brasil, a funcionar nas dependências de representação diplomática ou consular de outro país membro da União Européia junto ao Governo brasileiro. Este seria o passo inicial em direção à futura instalação de Consulado-Geral da Lituânia em São Paulo.

Foram poucos os contatos bilaterais desde o restabelecimento das relações diplomáticas, cabendo mencionar as visitas ao Brasil do ex-Chanceler Póvilas Gylys, em 1994, e do então Presidente Algirdas Brazauskas, em 1996. Em novembro de 2002, o então Chanceler Celso Lafer realizou a primeira visita de uma alta autoridade brasileira à Lituânia. Na ocasião, foi assinado acordo bilateral de supressão de vistos em passaportes comuns, de serviço e diplomáticos, ainda não ratificado pelo Brasil.

Com vistas à maior dinamização do relacionamento bilateral, está prevista a realização de reunião de consultas políticas bilaterais, em Brasília, em fins de junho próximo.

Existe marcado interesse lituano em intensificar a cooperação na área multilateral, com ênfase na experiência brasileira no âmbito do ECOSOC, organismo para o qual ambos os países foram eleitos recentemente. A Lituânia *também se interessa em manter diálogo sobre candidaturas e troca de votos.* Nesse contexto, vale ressaltar que a Lituânia co-patrocinou o projeto do G-4 para reforma do CSNU e manifestou apoio à candidatura brasileira a membro permanente do Conselho.

As perspectivas de incremento das relações econômico-comerciais estão diretamente relacionadas com o processo de reformas lituano, que tem sido bem sucedido em diferentes setores. O país acedeu à União Européia em 2004 e vem, desde então, dinamizando sua economia. Em março último, a Lituânia

encaminhou a Bruxelas requerimento de avaliação com vistas ao ingresso na zona do euro, a partir de janeiro de 2007. O resultado da avaliação pelo Conselho da UE e pelo Banco Central Europeu é esperado ainda no decorrer da primavera européia. No entanto, em virtude do desempenho da inflação lituana – 2,7% em fevereiro de 2006, quando o teto estabelecido pelo Tratado de Maastricht é de 2,63% –, especula-se que a Lituânia poderá ser forçada a adiar sua adesão à moeda comum até ajustar-se às normas comunitárias.

Segundo dados da SECEX/MDIC, o comércio bilateral tem produzido saldos positivos para o Brasil: em 2005, as exportações brasileiras para a Lituânia totalizaram US\$ 45 milhões, e as importações, US\$ 5,2 milhões. Entre janeiro e março de 2006, o volume total do comércio bilateral atingiu US\$ 6,5 milhões, e o Brasil registrou superávit de US\$ 6 milhões. Entre os principais bens exportados pelo Brasil, encontram-se açúcar, carnes, fumo, laminados e café. A Lituânia, por sua vez, concentra suas exportações em produtos como uréia, amônia e máquinas diversas.

(DE-II, 24.04.2006)

Aviso nº 658 – C. Civil.

Em 21 de junho de 2006

Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho e essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Georges Lamazière, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na República da Lituânia, desde que obtido o **agrément** do governo desse país.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

MENSAGEM Nº 173, DE 2006

(Nº 466, na Origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 39, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências

a escolha, que desejo fazer, do Senhor Luiz Fernando Gouvea de Athayde, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade de Dominica.

Os méritos do Senhor Luiz Fernando Gouvea de Athayde que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 21 de junho de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**

EM Nº 231 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 14 de junho de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 39, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 05 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Luiz Fernando Gouvea de Athayde, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com

o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade de Dominica.

Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* do Senhor Luiz Fernando

Gouvea de Athayde, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim.**

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE LUIZ FERNANDO GOUVEA DE ATHAYDE

CPF.: 6206034704

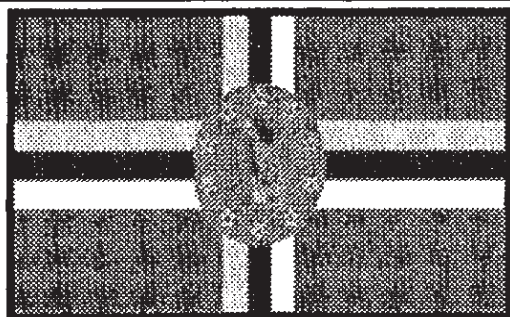
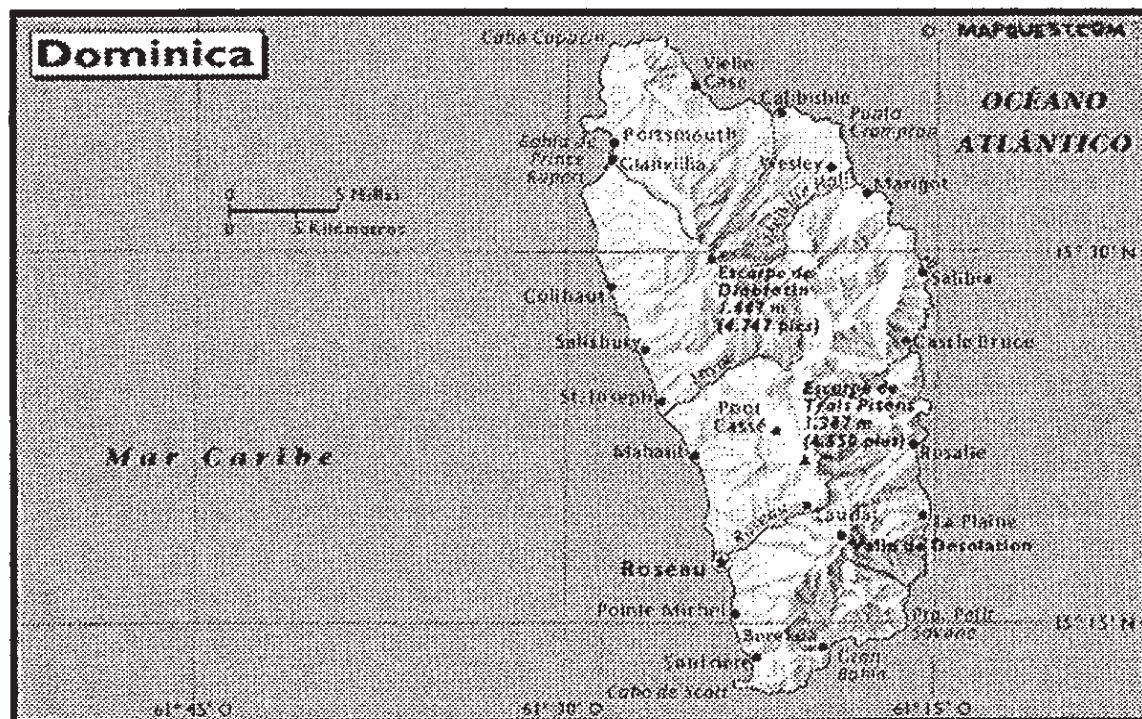
ID.: 2558 MRE/DF

- 1945 Filho de Alair Athayde e Maria Elisa Gouvêa de Athayde, nasce em 03 de novembro, no Rio de Janeiro/RJ
- 1967 Letras pela UERJ/RJ
- 1968 CPCD - IRBr
- 1968 Terceiro Secretário em 17 de outubro
- 1968 Divisão de Cooperação Técnica, assistente
- 1971 Delegação junto à UNESCO, Paris, Terceiro e Segundo Secretário
- 1972 Segundo Secretário em 11 de maio
- 1975 Embaixada no México, Segundo Secretário
- 1976 Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica, assessor
- 1977 Embaixada em Kingston, Encarregado de Negócios, missão transitória
- 1977 Divisão de Informação Comercial, assistente
- 1978 XI Feira Internacional de Santa Cruz de la Sierra, Diretor-Geral do Pavilhão
- 1978 EXPO BRASIL 78, I Exposição Industrial Brasileira na Austrália, Sydney, Diretor-Geral
- 1979 Consulado-Geral em Los Angeles, Cônsul-Adjunto e Encarregado do Consulado na ausência do titular
- 1979 Primeiro Secretário, por antigüidade, em 02 de março
- 1981 Embaixada em Quito, Primeiro Secretário
- 1984 Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, assessor
- 1985 Divisão de Informações Econômicas, Chefe
- 1985 Embaixada em Kingston, Primeiro Secretário, missão transitória
- 1986 Embaixada em Praia, Encarregado de Negócios, missão transitória
- 1986 Conselheiro, por merecimento, em 16 de dezembro
- 1987 Departamento Econômico, assessor
- 1987 Resenha Econômica do Ministério das Relações Exteriores, Editor

- 1987 Embaixada em Nova Delhi, Conselheiro e Encarregado de Negócios na ausência do titular
- 1988 Embaixada em Nova Delhi, Encarregado de Negócios
- 1989 Consulado-Geral em Nova York, Cônsul-Geral adjunto e Chefe, substituto, do SECOM
- 1990 CAE - IRBr, A Tensão como Fator Determinante das Relações entre a Índia e o Paquistão: Estudo sobre suas causas e consequências. Subsídios para uma Visão Brasileira
- 1993 Divisão de Formação e Treinamento, Chefe
- 1993 Medalha Mérito Santos-Dumont, Ministério da Aeronáutica, Brasil
- 1993 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 24 de junho
- 1994 Consulado-Geral em Toronto, Cônsul-Geral
- 2000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Assessoria de Assuntos Internacionais, Chefe
- 2001 Reunião do Grupo Revisor da Implementação do Mandato da Cúpula das Américas sobre Agricultura e Vida Rural, São José da Costa Rica, Chefe de delegação
- 2003 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Assessoria de Assuntos Internacionais, Chefe
- 2004 Secretaria de Estado das Relações Exteriores
- 2005 Embaixada em Port of Spain, Embaixador


CLAUDIA D'ANGELO

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

DOMINICA**Bandeira de Dominica****Capital: Roseau****Mapa da Comunidade da Dominica****DADOS BÁSICOS**

PRESIDENTE	Nicholas Liverpool (desde 2003)
PRIMEIRO-MINISTRO	Roosevelt Skerrit (desde 2004)
CHANCELER	Charles Savarin (desde 2005)
GOVERNO	Democracia parlamentar, membro da Commonwealth
INDEPENDÊNCIA	3 de novembro de 1978

CAPITAL	Roseau
Superfície	13.940 km ²
População	69,029 habitantes (Estimativa 2005) *
PIB	US\$ 384 milhões ppp (Estimativa 2003) *
Renda per capita	US\$ 5.500 ppp (2003)*
Próximas eleições	Outubro de 2008. Presidenciais (Presidente eleito pela House of Assembly por um período de cinco anos).

* CIA World Factbook, <<http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/geos/do.html#Econ>> em 8 de junho de 2006

Política Interna

A ilha foi explorada por Colombo em 1493 e reclamada tanto pela Grã-Bretanha quanto pela França até 1763, quando passou a ser formalmente uma possessão britânica. Juntamente com outras Ilhas Winward, tornou-se, em 1967, um Estado Associado das Índias Ocidentais, gozando de autonomia na gestão de seus assuntos internos.

A demora na ocupação da ilha pelos colonizadores europeus foi decorrente, em grande medida, da feroz resistência dos Caraíbas que a ocupavam na época do descobrimento. Hoje, a ilha ainda é ocupada por cerca de 3.000 Caraíbas, que formam o único grupo pré-colombiano remanescente no Caribe Oriental.

A insatisfação com a lentidão da reconstrução após o impacto do Furacão David na ilha, em setembro de 1979, levou a uma vitória esmagadora de Mary Eugenia Charles, do Partido da Liberdade, em julho de 1980, o que a levou a ser a primeira mulher a ocupar o cargo de Primeiro-Ministro no Caribe. Seu partido venceu novamente as eleições em 1985 e 1990, período no qual o Governo levou a cabo intenso programa de desestatização. O partido da oposição, Partido dos Trabalhadores Unidos, venceu as eleições de 1995.

Na eleição parlamentar realizada na Comunidade de Dominica, em maio último, o “Labour Party”, governista, obteve 13 (treze) cadeiras e o “United Workers”, oposicionista, 8 (oito). Naquela ocasião, o Partido de oposição acusou o Partido vencedor de ter fraudado as eleições, por meio de compra de votos e alterações na listagem oficial de eleitores cadastrados. O “United Workers”,subsequentemente, impetrou ação judicial no sentido de anular o pleito, que foi rejeitada em 5 do corrente pela Corte dominicense. O líder do Partido, Sr. Earl Williams, afirmou que não irá recorrer da decisão e que, outrossim, direcionará seus esforços no sentido de fortalecer o Partido e de modificar a lei eleitoral do país.

Economia

Em 1997, a Dominica torna-se o primeiro país caribenho a participar no trabalho do “Green Globe”, com o objetivo de transformar o país em modelo como destino de ecoturismo. Ainda que a ilha seja mais pobre do que alguns dos seus vizinhos caribenhos, Dominica conta com índice de criminalidade relativamente baixo e não apresenta os extremos de

pobreza e riqueza tão evidentes em outras ilhas. Medidas de austeridade econômica, incluindo elevação de impostos, foram introduzidas no país em 2002, o que provocou amplos protestos da população.

A principal cultura de exportação é a banana. Cocos, frutos cítricos e óleo de coco também são exportados, enquanto tubérculos e mangas são cultivados para consumo local. A indústria limita-se, de modo geral, ao processamento de alimentos e produção de sabonetes e outros produtos derivados do coco. O turismo está em franco crescimento, mas ainda assim a Dominica continua sendo uma das mais pobres nações caribenhas.

Política Externa

Em 2004, a Dominica decidiu romper suas relações diplomáticas com a ilha de Formosa, após promessa da República Popular da China de conceder US\$ 100 milhões em ajuda financeira.

É membro da CARICOM e, conforme a tradição da Comunidade, vota de acordo com esta nos fóruns internacionais.

Relações com o Brasil

O então Ministro Gonçalo Mello Mourão, acompanhado pelo Conselheiro Igor Kipman, manteve encontro com o Chanceler Charles Savarin e com o Vice-Chanceler Steve Ferrol, no dia 28/06/05, em Roseau, para tratar do relacionamento da CARICOM com o Haiti.

Em 3 de julho de 2005, em Santa Lúcia, o Embaixador Luiz Filipe de Macedo Soares, na qualidade de Emissário Especial do Sr. Presidente da República, participou da 26ª Reunião Ordinária de Chefes de Governo da Comunidade do Caribe (CARICOM). Em 5 de julho, o Embaixador reuniu-se com o Ministro das Relações Exteriores e Comércio de Dominica, Charles Savarin, para debater o tema da reforma do sistema das Nações Unidas.

Em 14 de outubro de 2005, missão multidisciplinar da DCC e da ABC, visitou a Dominica, ocasião em que foram discutidas possibilidades de cooperação em defesa civil, agricultura, saúde pública. As autoridades receberam com satisfação a proposta de Acordo Básico de Cooperação Técnica submetida à apreciação pela delegação brasileira e se prontificaram a dar andamento expedito à sua aprovação interna.

Em 24 de abril de 2006, o Ministro Celso Amorim participou de reunião com os Chanceleres do Conselho de Relações Exteriores e Comunitárias da CARICOM (COFCOR), em Saint George's, Granada, atendendo convite formulado pelo Secretariado da CARICOM. O objetivo do convite era conhecer a visão do Brasil a respeito da situação no Haiti. Na ocasião, o Chanceler da Dominica, Charles Savarin, afirmou que seu país está mais longe geograficamente do Haiti, mas compartilha raízes culturais comuns "créoles" com o país, o que o torna atraente para imigrantes haitianos. Observou que, dos 70.000 haitianos que chegam anualmente à Dominica, muitos seguem para Martinica e Guadeloupe, o que cria dificuldades entre a Dominica e os Governos desses países. Por esse motivo, a Dominica prioriza a reconstrução social e econômica do Haiti. Acrescentou que o Haiti é importante mercado para o CSME – Caribbean Single Market and Economy,

que deve entrar em vigor em 2008, e pediu que o Brasil prossiga em seus esforços no comando militar da MINUSTAH.

A partir de 8 de maio de 2006, a ABC, a DCC e a Defesa Civil promoveram a realização de curso de capacitação em Defesa Civil. Participaram 20 capacitandos provenientes de vários países caribenhos, inclusive dois da Dominica.

Quanto ao comércio com o Brasil verifica-se, abaixo, que, não obstante seja diminuto, apresenta crescimento no período analisado, chegando as exportações brasileiras a crescer quase 150% de 2003 a 2004, caindo em 2005. Embora o percentual de variação das importações brasileiras de 2003 para 2004 seja falacioso, dado o insignificante valor base em 2003, o fato de ter sido importado praticamente um sexto do total exportado já, em contrapartida aos anos anteriores quando as importações eram praticamente nulas, é promissor. O valor refere-se principalmente à importação de bombas volumétricas rotativas e outros motores hidráulicos de movimento retilíneo que volta a se repetir (ainda que em menor valor) em 2005, o que pode indicar uma tendência a equilibrar a balança no futuro. As exportações brasileiras são, principalmente, de madeira compensada e laminados de aço galvanizado.

Intercâmbio Comercial Brasil – Dominica¹

2001 – 2006 (janeiro – abril)

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL – DOMINICA	2001	2002	2003	2004	2005	2006 (janeiro-abril)
(US\$ mil)						
Exportações (fob)	801	946	1.214	2.955	1.882	399
Importações (fob)	12	1	6	504	320	126
Intercâmbio Comercial	813	947	1.220	3.459	2.202	525
Saldo Comercial	789	945	1.208	2.451	1.562	273

Aviso nº 659 – C. Civil.

Em 21 de junho de 2006

Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Luiz Fernando Gouvea de Athayde, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade de Dominica.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– As matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 174, DE 2006

(Nº 482, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do inciso II do parágrafo único do art. 104 da Constituição, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Doutor Antonio Hermen Vasconcellos e Benjamin, para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a membro do Ministério Público, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Edson Carvalho Vidigal.

Brasília, 26 de junho de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

ANTONIO HERMEN DE VASCONCELLOS E BENJAMIN

Rua Bagé, 139/194,
04012-140 São Paulo, SP

E-mail: planet-ben@uol.com.br
Telefone: (55) (11) 55.74.75.42

NASCIMENTO

Data: 13 de novembro de 1957
Local: Catolé do Rocha, Paraíba

FILIAÇÃO

Antonio Benjamim Filho
Iracema Fernandes Maia

DOCUMENTOS

RG: 17.258.257 (SSP – São Paulo)
CPF: 510.463.187.72

EDUCAÇÃO

Primário: Colégio Francisca Mendes e Colégio Dom Vital (Catolé do Rocha, Paraíba)
Ginasial: Colégio Marista Pio X (João Pessoa, Paraíba)
Colegial: Colégio Jesuíta Nóbrega e Colégio ESUDA (Recife)

Bacharelado: Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro (1980)

Mestrado (LL.M.), University of Illinois College of Law (1987)

ATIVIDADE PROFISSIONAL – MINISTÉRIO PÚBLICO

1982 – até o presente Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo; Promotor de Justiça titular em Bananal (1983), Santa Izabel (1983), Santo André (1983-1984) e Capital (1984-1994); Procurador de Justiça (1994)

ATIVIDADE PROFISSIONAL – DOCÊNCIA

1995 – até o presente Professor-Visitante, Faculdade de Direito da Universidade do Texas

1999 e 2001 Professor-Visitante, Faculdade de Direito da Universidade de Illinois

1994 – 1998 Professor-Visitante, Curso de Verão em Direito Ambiental e do Consumidor, Faculdade de Direito, Universidade Católica de Louvain-la-Neuve, Bélgica

1983-1985 Professor, Faculdade de Direito, FMU, São Paulo

Interesse acadêmico Direito Civil, Direito das Obrigações, Direito do Consumidor, Direito Administrativo e Direito Ambiental

OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS ATUAIS

2005 – 2010 Co-presidente, INECE – International Network on Environmental Compliance and Enforcement (Rede Mundial de Órgãos e Entidades de Implementação Ambiental)

2004 – até o presente Membro do Conselho Diretor da Comissão Fulbright

2001 – até o presente Conselheiro do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente, indicado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e reconduzido pelo Presidente Luiz Inacio Lula da Silva

1995 – até o presente Fundador e co-diretor da Revista de Direito Ambiental (RT)

ATIVIDADES PROFISSIONAIS PASSADAS

Junho de 2002 Membro da Delegação Oficial brasileira à Cúpula da Terra, Johannesburgo

1997 – 2000 Fundador e Diretor, Revista de Direito do Consumidor (RT)

1999 – 2001 Presidente, Associação Brasileira dos Ex-Bolsistas Fulbright

1996 – 2000 Vice-Presidente, Associação Internacional de Direito do Consumidor

1996 – 1998 Membro e Relator-Geral, Comissão de Juristas do Projeto de Lei dos Crimes contra o Meio Ambiente, Ministério da Justiça

1993 - 1995 Membro da Comissão de Juristas da ONU sobre crimes contra o meio ambiente

1988 - 1990 Membro da Comissão de Juristas encarregada de elaborar o Código de Defesa do Consumidor

PUBLICAÇÕES

Livros

Law, Water and the Web of Life, editor (IMESP, 2003), two volumes, in English, Portuguese, Spanish and French

Ten Years After Rio 92: Sustainable Development and Law, editor (IMESP, 2002), in English, Portuguese and Spanish

Agriculture and the Environment, editor (IMESP, 2001), in English, Portuguese and Spanish

The Legal Protection of Tropical Forests, editor (IMESP, 2000), in English, Portuguese, Spanish and French

Direito Ambiental das Áreas Protegidas (Environmental Law and Protected Areas), editor (Forense Universitária, 2000), in Portuguese

Dano Ambiental: Prevenção, Reparação e Repressão (Environmental Damage: Prevention, Compensation and Sanctioning), editor (Editora Revista dos Tribunais, 1994), in Portuguese

Estudo de Impacto Ambiental (Environmental Impact Statement), co-author (Editora Revista dos Tribunais, 1993), in Portuguese

Comentários ao Código de Proteção do Consumidor (Commentaries to the Brazilian Consumer Protection Code), co-author (Saraiva, 1991), in Portuguese

O Código Brasileiro de Defesa do Consumidor pelos seus Redatores (The Brazilian Consumer Code by its Drafters), co-author (Forense Universitária, 1991; 7th edition 2002), in Portuguese

Ensaio em livros

"O Estado teatral e a implementação do Direito Ambiental" ("The theatrical State and the enforcement of environmental law"), in *Law, Water and the Web of Life*, Antonio Herman Benjamin, editor (IMESP, 2003), in Portuguese

"Derechos de la naturaleza?" ("Rights of nature?"), in *Obligaciones y Contratos en los Albores del Siglo XXI (Obligations and Contracts in the 21st Century)*, Oscar J. Ameal and Silvia Y. Tanzi, editors (Abeledo-Perrot, 2001), in Spanish

"Introdução ao direito ambiental brasileiro" ("Introduction to the Brazilian environmental law system"), in *The Legal Protection of Tropical Forests*, vol. I, Antonio Herman Benjamin, editor (IMESP, 1999), in Portuguese

"Criminal law and the protection of the environment in Brazil", in *Proceedings, Fifth International Conference on Environmental Compliance and Enforcement* (INECE 1998), in English

"Reflexiones sobre el principio de la vinculación contractual de la publicidad" ("Reflexions on the contractual effects of advertising"), in *Responsabilidad por Daños en el Tercer Milenio*, Alberto José Bueres and Aída Kemelmajer de Carlucci, editors (Abeledo-Perrot, 1997), in Spanish

"Environmental Crimes in Brazil" (co-author), in *Environmental Protection - Potentials and Limits of Criminal Justice. Evaluation of Legal Structures*, Günter Heine / Mohan Prabhu / Anna Alvazzi del Frate, editors (Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Strafrecht and UNICRI, 1997), in English

"Direito de propriedade e meio ambiente" (Property rights and the environment"), in *Direito, Advocacia e Mudança* (Law, Legal Profession and Change), *Anais da XVI Conferência Nacional dos Advogados* (Proceedings of the XVI National Conference of the Brazilian Bar Association), (OAB, 1996)

"A insurreição da aldeia global contra o processo civil clássico" ("The insurrection of the global village against classical civil procedure"), in *Textos: Ambiente e Consumo* (Texts: Environment and Consumers), (CEJ, Lisbon, 1996)

"Responsabilidad civil en Brasil" ("Civil liability in Brasil"), in *Enciclopedia de la Responsabilidad Civil*, vol. I, Atilio Aníbal Alterini and Roberto Lopez Cabana, editors (Abeledo-Perrot, 1996), in Spanish

"Desafios à efetivação dos direitos do consumidor" ("Barriers to the effectiveness of consumer rights"), in *Ética, Democracia e Justiça* (Ethics, Democracy and Justice), *Anais da XV Conferência Nacional dos Advogados* (Proceedings of the XVI National Conference of the Brazilian Bar Association), (OAB, 1994)

"Group action and consumer protection in Brazil", in *Group Actions and Consumer Protection*, Thierry Bourgoignie, editor (Kluwer, 1992), in English

"The Brazilian Class Action", in *Collective Access to Justice*, Thierry Bourgoignie editor (E. Story), in English

"Em busca do sim: o Ministério Público como mediador nos conflitos de consumo" ("In search of yes: the Attorney General as a mediator of consumer disputes") in *Defesa do Consumidor: Textos Básicos*, Luiz Amaral, editor (MJ – CNDC, 1988),

in Portuguese

"Estudo de impacto ambiental e Ministério Público" ("Environmental Impact Statement and the Role Attorney General"), in *Ministério Público e a Constituição: Anais do 7º Congresso Nacional do Ministério Público (The Attorney General and the Constitution: Proceedings of the 7th National Conference of Attorneys General)* (1987), in Portuguese

"A proteção do consumidor e Ministério Público" ("Consumer protection and the role of the Attorney General") (co-author), in *Justiça e Constituinte (Justice and the Constitutional Convention)*, Anais de Teses do 6º Congresso Nacional do Ministério Público (Proceedings of the 6th National Conference of Attorneys General), (1985), in Portuguese

Artigos

"A proteção das florestas brasileiras: ascensão e queda do Código Floresta" ("The protection of Brazilian forests: the rise and fall of the Forest Code"), 18 *Revista de Direito Ambiental* 21 (2000), in Portuguese

"Um novo modelo para o Ministério Público na proteção do meio ambiente" ("A new model for the Attorney General in the protection of the environment"), 10 *Revista de Direito Ambiental* 7 (1998), in Portuguese

"Responsabilidade civil pelo dano ambiental no Brasil e as lições do direito comparado" ("Civil liability for environmental damage in Brazil and the lessons of comparative law"), 2 *Lusíada - Revista de Ciência e Cultura* 543 (1998), in Portuguese

"O transporte aéreo e o Código de Defesa do Consumidor" ("Air transportation and the Consumer Protection Code"), 26 *Revista de Direito do Consumidor* 33 (1998), in Portuguese

"Economic and market incentives as instruments of environmental policy in Brazil and the United States" (co-author), 32 *Texas International Law Journal* 67 (1997), in English

"O controle jurídico da publicidade" ("The legal control of marketing practices"), 9 *Revista de Direito do Consumidor* 25 (1994), in Portuguese

"Proteção do consumidor e patentes: o caso dos medicamentos" (Consumer protection and patents: the case of drugs), 10 *Revista de Direito do Consumidor* 21 (1994), in Portuguese

"A repressão penal aos desvios de marketing" ("Marketing and criminal law"), 325 *Revista Forense* 15 (1994), in Portuguese

"A proteção do consumidor nos países menos desenvolvidos: A experiência da América Latina" ("The protection of consumers in less-developed countries: the Latin American experience"), 8 Revista de Direito do Consumidor 200 (1993), in Portuguese

"O Código Brasileiro de Proteção do Consumidor" ("The Brazilian Consumer Protection Code"), 7 Revista de Direito do Consumidor 269 (1993), in Portuguese

"O direito penal do consumidor: capítulo do direito penal econômico" ("Criminal consumer law: a chapter of criminal economic law"), 1 Revista de Direito do Consumidor 103 (1992), in Portuguese

"El derecho del consumidor" ("Consumer law"), 24 Estudios sobre Consumo 11 (1992), in Spanish

"Crimes de consumo no Código de Defesa do Consumidor" ("Consumer crimes in the Consumer Protection Code"), 3 Revista de Direito do Consumidor 88 (1992), in Portuguese

"A 'citizen action' norte-americana e a tutela ambiental" ("The American citizen action and the protection of the environment"), 53 Ajuris 87 (1992), in Portuguese

"Administrative Discretion and Environmental Impact Statement", Revista Forense (1992), in Portuguese

"The General Principles of Environmental Law", Jornal do Ministério Público de Goiás (July 1990), in Portuguese

"O conceito jurídico de consumidor" ("The legal concept of consumer"), 628 Revista dos Tribunais 69 (1988), in Portuguese

"Del ministerio publico de Brasil al ombudsman o defensor del pueblo en Venezuela" ("From the Attorney General in Brazil to the Ombudsman in Venezuela"), 9 Revista del Ministerio Publico de Venezuela 15 (1986), in Spanish

São Paulo, 26 de junho de 2006.


ANTONIO HERMEN DE VASCONCELLOS E BENJAMIN

Aviso nº 682 – C. Civil.

Brasília, 26 de junho de 2006

Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República indica o Doutor Antonio Hermen Vasconcellos e Benjamin, para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a membro do Ministério Público, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Edson Carvalho Vidigal.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Os Srs. Senadores Marcos Guerra, Antero Paes de Barros, João Batista Motta, Sérgio Guerra, João Tenório, Papaléo Paes, Juvêncio da Fonseca e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na

forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a entrevista concedida ao **Jornal do Brasil** do último dia 12 de junho pelo Doutor em Geografia Humana Marco Antonio Mitidiero.

Na entrevista, intitulada “O MLST luta para implantar o comunismo”, Marco Antonio Mitidiero afirma que o MLST produz hoje um discurso mais radical, que o MST já deixou de fazer.

Sr. Presidente, solicito que a entrevista acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MARCOS GUERRA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

'O MLST luta para implantar o comunismo'

Marco Antonio Mitidiero, doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), é professor de Geografia da Universidade Federal da Paraíba. Fez mestrado também na USP, em 2002, com tese sobre o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST).

O Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), grupo que desfechoou na semana passada o mais violento ataque ao Congresso, teve rachas internos pela falta de controle financeiro nas bases. É o que mostra a tese de doutorado *O MLST e as contradições da luta pela terra no Brasil*, de Marco Antonio Mitidiero.

O trabalho do professor, de 2002, narra que ex-dirigentes nacionais do MLST no Triângulo Mineiro já se caracterizavam pela falta de transparência na política das finanças e pela facilidade como isolavam e expulsavam militantes que questionavam suas decisões.

O Triângulo Mineiro era a maior base do grupo no país, até que Bruno Maranhão, o principal líder do movimento, ainda preso em Brasília, contestou a estratégia do então comandante do MLST na região. A dissidência gerou o Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta, ou o MLST de Luta.

O casal João Batista e Marilda Fonseca, antiga advogada do MLST, dominava os assentamentos daquela região com mão de ferro, segundo os relatos coletados por Mitidiero.

Marilda chegou a ser acusada de cobrar honorários para liberar créditos concedidos pelo governo federal aos assentados. Só do assentamento Rio das Pedras receberam R\$ 13 mil. Quando o assunto é dinheiro, a maior contradição do MLST é que, mesmo tendo recebido R\$ 5,6 milhões por convênios com o governo federal, desde 2003, prega a auto-sustentação financeira em sua cartilha.

Em entrevista ao JB, o pesquisador critica a precária situação dos assentamentos Brasil afora. Perguntado se o MLST receberia dinheiro de organismos internacionais ou de outros governos, o professor – que acompanhou o grupo durante três meses para preparar a tese – é taxativo:

– Nunca consegui obter essa informação.

– O ato violento do MLST na Câmara dos Deputados é uma prática comum?

– Não. Esse foi apenas o terceiro ato de manifestação mais radical do MLST durante os seus nove anos de existência. Se não me engano, em 1998, eles botaram fogo num carro de polícia durante uma reintegração de posse no Triângulo Mineiro. No ano passado eles ocuparam pacificamente o Ministério da Fazenda.

– Segundo a sua tese, os coordenadores do MLST são oriundos do chamado "PT do Aço", ala mais radical do partido. O movimento precisa de ações como a invasão da Câmara para atrair a atenção da mídia?

– Por mais que eles tenham um discurso teórico de luta socialista-comunista, a sua prática assemelha-se muito às práticas dos outros movimentos. Ou seja, desen-

volem ações como passeatas, ocupações de latifúndios e de prédios públicos, marchas. Creio que o ato de terça-feira possui dois sentidos: o primeiro é o de chamar a atenção da sociedade civil e do governo para a existência desse movimento. Foi um grito de "existimos!". O segundo é na direção de sacudir a administração pública num ano eleitoral, no qual, muito frequentemente, o governo pára. As políticas públicas de apoio aos assentados não caminham, a liberação de recursos é extinta e, principalmente, os atos de desapropriações desaparecem da pauta de ações do governo.

– Quais são as principais diferenças entre o MLST e outros movimentos sociais ligados à questão agrária?

– São pequenas. O MLST produz um discurso mais radical de luta pelo socialismo e pelo comunismo, coisa que o MST deixou de fazer. Já o MST é um movimento inteiramente descentralizado e de dimensão nacional, organizado em 23 Estados da federação, possui várias instâncias hierárquicas e vários coletivos de decisões.

“O MLST andava meio apagado, antes da invasão, provavelmente por problemas internos

– O MLST cobra "dízimo" de seus associados?

– Não há uma cobrança deliberada de taxas por esse movimento. Há, sim, a possibilidade de receber contribuições dos assentados que ainda militam no movimento.

– Qual é a relação do MLST com o atual governo petista?

– O MLST andava meio apa-

“As políticas públicas de apoio aos assentados não caminham. A liberação de recursos foi extinta

gado, antes da invasão, mas creio que esse fato esteja aliado a problemas internos e não a uma possível aproximação com o governo atual. A reforma agrária no governo Lula foi muito tímida, para não dizer um fracasso.

– Qual é a verdadeira imagem que os trabalhadores rurais têm do MLST?

“A maioria dos assentamentos passa por graves problemas com a produção e comercialização dos produtos

“A reforma agrária no governo Lula foi muito tímida, para não dizer um fracasso

– As famílias que entrevistei, são de ex-trabalhadores rurais que estão vivendo na miséria e que encontraram no movimento uma forma de lutar por terra e pela transformação das suas condições de vida.

– A produção dos assentamentos do MLST é menor ou mais precária do que em outros assentamentos?

– A atividade econômica segue a mesma realidade da maioria dos assentamentos do Brasil. Passam por graves problemas com a produção e comercialização dos produtos produzidos no lote, devido, principalmente, a dois fatores: as imperfeições das políticas públicas de apoio e créditos aos assentados e pelo desaparecimento da situação de movimento social depois da criação dos assentamentos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o editorial intitulado “A carne-seca não é tanta”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo**, de 12 de junho do corrente.

O editorial trata da declaração do presidente Lula de que “O Brasil é dono da carne-seca e não precisa temer os abalos no mercado financeiro internacional”. Sobre a declaração, o editorial cita advertência dos economistas do Ipea que contrasta fortemente com a posição otimista do presidente. Para o Ipea, o cenário externo favorável foi fundamental para a melhora da situação do País; no entanto, o atual Governo não soube aproveitar essa oportunidade e o Brasil cresceu menos do que podia nessa fase de bonança, desperdiçando

a oportunidade de resolver o mais grave problema de sua economia – o desequilíbrio das contas públicas.

O editorial conclui: “A advertência dos economistas do Ipea é muito clara: a agenda é pesada e urgente e o risco de ter de cumpri-la num ambiente menos favorável que o dos últimos anos é muito grande. Não é hora de superestimar o estoque de carne-seca”.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial citado seja considerado como parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A carne-seca não é tanta

O Brasil é dono da carne-seca e não precisa temer os abalos no mercado financeiro internacional, disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, celebrando mais uma vez a solidez da economia brasileira, uma condição sem precedente, segundo ele, propiciada ao povo por seu governo. Ele deve ter-se esquecido de transmitir a boa nova aos técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). As primeiras sete páginas de seu novo boletim conjuntural, divulgado na quarta-feira, são dedicadas principalmente a um balanço das oportunidades perdidas na fase de bonança internacional e dos desafios não enfrentados, principalmente na área fiscal.

Essa introdução contrasta fortemente com o relativo otimismo exibido nos capítulos seguintes, dedicados à avaliação das perspectivas para 2006. As projeções de crescimento econômico são melhores que as divulgadas no primeiro trimestre, mas o estoque de boas previsões logo se esgota.

O Brasil está menos vulnerável do que noutros momentos de instabilidade externa, reconhecem os economistas do Ipea, mas nem por isso eles deixam de mostrar preocupação diante da piora do cenário internacional.

O esforço interno pode ter sido relevante, mas o quadro externo, argumentam, muito contribuiu para a melhora da situação do País. O comércio mundial expandiu-se rapidamente e os preços de muitos produtos brasileiros subiram. Além disso, houve financiamento barato e barato, num ambiente de baixa aversão ao risco.

Mas o Brasil cresceu menos do que podia nessa fase de bonança. Além disso, desperdiçou a oportunidade para resolver o mais grave problema de sua economia – o desequilíbrio das contas públicas. O governo terá de cumprir em condições menos favoráveis todas as tarefas não realizadas até agora. Será esse o primeiro e mais importante desafio para quem administrar o País a partir de 2007.

A política de crescimento já será mais complicada, se os prenúncios de piora do cenário externo se confirmarem. Com o risco país na faixa de 275 a 300 pontos, a margem de manobra para políticas expansionistas será bem menor do que até recentemente, quando aquele

indicador estava próximo de 200.

Será menor o espaço para redução dos juros internos – para mencionar apenas uma das consequências da mudança. A ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada um dia depois do boletim do Ipea, realçou esse ponto.

Mas o governo não se limitou a postergar a solução do desajuste fiscal. Esse desequilíbrio tem aumentado e vem-se convertendo, segundo os autores do boletim, no “maior obstáculo” a uma expansão mais vigorosa da produção brasileira nos próximos anos.

De janeiro a abril, os gastos primários do governo central, isto é, suas despesas não financeiras, foram 7,5% maiores, descontada a inflação, que no período correspondente de 2005. Excluídas as transferências a Estados e municípios, aquela diferença chega a 8,7%.

Se essa tendência for mantida ao longo do ano e se o superávit primário (resultado sem os juros) for o programado oficialmente, o gasto primário do governo central, excluídas as transferências a Estados e municípios, chegará a 18,8% do Produto Interno Bruto (PIB).

Se aquelas despesas primárias tivessem continuado no padrão de 2003, corresponderiam, neste ano, a 16,7% do PIB. Nesse caso, o setor público teria um déficit total, incluídos os gastos com juros, inferior a 1% do PIB. Mantida a tendência atual, dificilmente ficará abaixo de 2,5%. A piora do quadro fiscal vem de longe. Confirmadas as projeções, a despesa primária do governo central, incluídas as transferências a Estados e municípios, terá subido de menos de 14% para 23,2% do PIB. Os gastos previdenciários terão passado de 3,4% para 8,7% do PIB.

O País, portanto, continua a perder “uma oportunidade excepcional, propiciada por condições particularmente favoráveis ao crescimento”, de resolver o problema fiscal. Ao longo desse período, a carga de impostos aumentou e a qualidade do gasto público deteriorou-se.

A advertência dos economistas do Ipea é muito clara: a agenda é pesada e urgente e o risco de ter de cumpri-la num ambiente menos favorável que o dos últimos anos é muito grande. Não é hora de superestimar o estoque de carne-seca.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Ex-dono da Leão nega acusação”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 27 de maio do corrente.

A matéria destaca que, protegido por um **habeas corpus** que o impediu de ser preso, o ex-presidente do grupo Leão Leão, Luiz Cláudio Leão, negou durante depoimento qualquer tipo de irregularidade no contrato de limpeza urbana em Ribeirão Preto durante as ad-

ministrações petistas do ex-ministro Antônio Palocci e do seu sucessor.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Ex-dono da Leão nega acusação

DA REDAÇÃO

Protegido por um **habeas corpus** que o impediu de ser indiciado, o ex-presidente do Grupo Leão Leão Luiz Cláudio Leão negou ontem, durante depoimento, em São Paulo, qualquer tipo de irregularidade no contrato de limpeza urbana em Ribeirão Preto (SP) durante as administrações petistas do ex-ministro Antônio Palocci como prefeito (2001-2002) e do seu sucessor Gilberto Maggioni (2002-2004).

Segundo o advogado de Leão, Edson Junji Torihara, o **habeas corpus** que impediu o empresário de ser indiciado pelos crimes de falsidade ideológica, formação de bando ou quadrilha e lavagem de dinheiro foi concedido nesta quinta-feira à noite pelo juiz-substituto da 1ª Vara Criminal de Ribeirão Preto, Silvio Ribeiro de Souza Neto.

Leão depôs por cerca de quatro horas no 68º Distrito

Policia da capital paulista. “Ele reside em São Paulo e agora está tentando reconstruir a sua vida”, disse Torihara. Segundo o advogado, além de negar qualquer irregularidade no contrato de limpeza urbana em Ribeirão Preto, Leão questionou as suspeitas de que notas fiscais falsas foram utilizadas por sua empresa para justificar a saída do dinheiro a ser utilizado no suposto pagamento de propina ao PT.

A afirmação contraria o delegado seccional de Ribeirão Preto, Benedito Antonio Valencise, que preside o inquérito. Ele sustenta que o contrato de limpeza urbana teria sido superfaturado em cerca de R\$ 30,7 milhões durante os quatro anos do go-

verno Palocci-Maggioni. O delegado, baseado no depoimento de Rogério Buratti, ex-diretor do Grupo Leão Leão e ex-secretário de Palocci, declarou que o dinheiro era utilizado para o pagamento de propina ao PT e a políticos do partido.

“Além de responder a todas as perguntas, Luiz Cláudio se propôs a fazer qualquer tipo de acareação com qualquer um dos investigados ou testemunhas”, ressaltou o advogado. Ainda segundo Torihara, o Grupo Leão Leão já tem laudos feitos por técnicos particulares que contestam as apurações da polícia de que o superfaturamento no contrato do lixo era feito por varrição de áreas inexistentes ou superestimadas.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Crescer é sempre bom, mas...”, publicada na revista **Veja**, em sua edição de 7 de junho do corrente.

Segundo a matéria, o avanço do PIB anunciado na semana passada tem como motor gastos estatais que não são sustentáveis. Ainda de acordo com a matéria, “De olho nas eleições, o governo abriu os cofres e ajudou a inflar o PIB, em projetos como a ampliação das verbas para o Bolsa Família e torrando dinheiro

público num mal-ajambrado programa para tapar buracos nas estradas”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Crescer é sempre bom, mas...

...o avanço do PIB anunciado na semana passada tem como motor gastos estatais que não são sustentáveis

Giuliano Guandalini

É pouco recomendável tirar conclusões definitivas sobre a taxa de crescimento dos países com base em períodos curtos. Principalmente numa economia como a do Brasil, com tantas deficiências e tantos problemas estatísticos. Não raras vezes, uma taxa trimestral aparentemente baixa é, na verdade, sinal de que o país caminha com responsabilidade no sentido do crescimento sustentado. Da mesma forma, um crescimento acelerado — e festejado — pode resultar de uma base de comparação muito fraca, ou indicar que o país está superaquecido, à beira do descontrole inflacionário. Por essas razões, deve-se olhar com uma pitada de cautela os números divulgados na última semana pelo IBGE. Depois da freada no ano passado, o PIB iniciou o ano com avanço positivo de 1,4% na comparação com o último trimestre de 2005. Em relação ao primeiro trimestre do ano passado, a alta foi de 3,4%. Esses números são bons e indicam que 2006 será de recuperação. De olho nas eleições, o governo abriu os cofres e ajudou a inflar o PIB, em projetos como a ampliação das verbas para o Bolsa Família e torrando dinheiro público num mal-ajambrado programa para tapar buracos nas estradas. O problema é que essas medidas não asseguram o crescimento saudável. Por isso soa precipitada a euforia do governo, manifestada pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega. “O país está crescendo com investimento e aumento do consumo das famílias, e isso é o que mais importa”, disse ele. Compreende-se o otimismo do ministro, mas o Brasil terá de fazer muita força para crescer 4% neste ano, e mesmo assim obterá um resultado bem abaixo da estimativa para os países em desenvolvimento

— que é de 6,3%, segundo o Banco Mundial. Além disso, o Brasil pouco fez nos últimos anos, para remover as barreiras que o impedem de crescer mais rapidamente. Dessa forma, como já ocorreu em períodos anteriores, é muito improvável que a mesma taxa do primeiro trimestre se repita no resto do ano. Por essa razão, economistas como Eduardo Giannetti da Fonseca não viram tanto motivo de alegria no resultado. Giannetti lembrou que, no primeiro trimestre de 2002, a economia cresceu 1,7%, mas encerrou o ano com apenas 1,9%.

As forças do PIB

O PIB, a soma de mercadorias e serviços produzidos pelo país, cresceu 1,4% no primeiro trimestre de 2006 em comparação com os três últimos meses do ano passado. Em relação ao primeiro trimestre de 2005, a alta ficou em 3,4%. Veja os fatores que mais pesaram a favor e contra o desempenho da economia

CONSTRUÇÃO CIVIL

A atividade foi uma das que mais cresceram no trimestre, com alta de 7%, impulsionada pelo aumento do crédito imobiliário.

PETROLEO E MINERIO

Empresas ligadas ao consumo, como montadoras e têxteis, não foram tão bem. Em compensação, a produção de petróleo e gás subiu 12,7% e a indústria de minério de ferro avançou 16,8%.

GASTOS DO GOVERNO

O governo aumentou a liberação de verbas, investindo em projetos como a Operação Tapa-Buraco. A contratação de funcionários públicos também pesou.

CONSUMO

Os gastos das famílias subiram um ritmo mais lento no início do ano, mas a queda dos juros e o aumento do salário mínimo deverão estimular o consumo nos próximos meses.

AGRICULTURA

A queda na produção de culturas importantes, como algodão e arroz, e os efeitos da febre aftosa na pecuária fizeram o setor recuar 0,5%.

SALDO COMERCIAL

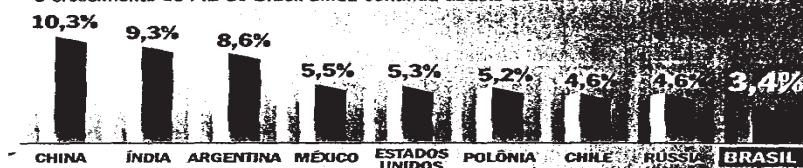
As importações cresceram bem mais que as exportações no primeiro trimestre: por isso, o comércio externo teve colaboração negativa para o PIB.

Tome-se o caso da festa da retomada nos investimentos, que em tese seria uma boa notícia. Novas fábricas, máquinas modernas e tecnologia de ponta permitem à economia acomodar um maior crescimento com menor pressão inflacionária. Mas boa parte do aumento dos investimentos ocorreu no primeiro trimestre se deveu simplesmente à recuperação do setor imobiliário (contabilizado pelo IBGE como investimento em construção civil). Ainda que a construção de novas casas e apartamentos seja boa nova, dado o déficit habitacional dos brasileiros, isso não representa um aumento na produtividade. Outro fator que explica a alta dos investimentos foi a Operação Tapa-Buracos. Os gastos da operação ajudaram a inflar o PIB, mas as obras são de tão má qualidade que de nada servirão para ampliar o potencial produtivo do país. A contratação de novos servidores, que entra na contabilização do consumo do setor público, também deu uma empurradinha no PIB. Sem falar no Bolsa Família, o grande responsável pelas altas taxas de crescimento do comércio no Nordeste. O problema é que, embora ajudem a empurrar a economia no curto prazo, essas políticas do governo praticamente não ajudam o país a se tornar mais competitivo e produtivo.

Na avaliação do economista José Júlio Senna, ex-diretor do Banco Central, o país conseguiu ampliar ligeiramente, nos últimos anos, o seu potencial de crescimento. Isso foi possível graças às privatizações, à queda da inflação, às exportações e ao cenário externo favorável. O Brasil tem condições de crescer hoje algo em torno de 3,5%. Mas, acima disso, ocorreria um superaquecimento inflacionário. Foi o que se viu em 2004, quando a economia cresceu perto de 5%, a inflação despertou e o BC precisou elevar a taxa de juros. Como sair dessa cilada? O país terá de deixar de postergar reformas fundamentais, como a tributária, a previdenciária e a trabalhista, em vez de torrar em obras eleitoreiras. Por isso, não se recomenda ater-se somente aos números do PIB para certificar a saúde da economia. ■

Abaixo da média

O crescimento do PIB do Brasil ainda continua abaixo do de outros países em desenvolvimento



* Primeiro trimestre de 2006 em comparação com o primeiro trimestre de 2005.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Candidato, Alckmin faz promessas e ataca Lula”, publicada no jornal **Folha de São Paulo**, em sua edição de 12 de junho deste ano.

A matéria destaca que, em discurso proferido ao ser oficializado candidato do PSDB à Presidência, Geraldo Alckmin esboçou as linhas gerais de seu programa de Governo, anunciando medidas como uma reforma tributária, a diminuição dos Ministérios e providências na área de segurança.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Candidato, Alckmin faz promessas e ataca Lula

Em um longo discurso, tucano diz que vai diminuir ministério e fazer reforma tributária

Convenção em MG oficializa ex-governador como nome do PSDB para disputar a Presidência; aliança com PFL também é referendada

DOIS ENVIADOS A BELO HORIZONTE DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELO HORIZONTE

Num discurso longo e cansativo, o ex-governador Geraldo Alckmin anunciou ontem, ao ser oficializado em convenção candidato do PSDB à Presidência, três medidas a serem tomadas logo na sua primeira semana de governo, caso seja eleito: uma reforma tributária, menos ministérios e medidas para a área de segurança.

Falando ao partido e a pefelistas por uma hora e cinco minutos, em Belo Horizonte, Alckmin leu um texto de 19 páginas, no qual esboçou as linhas gerais de seu programa, enfatizando que o crescimento será uma “obsessão”. No fim do discurso, atacou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sem citá-lo: “Onde está o chefe, o líder dos 40 ladrões?”.

Segundo os tucanos, o objetivo do longo discurso foi mostrar um projeto de governo, buscando responder as críticas de que o candidato não tem consistência nem idéias.

O longo discurso, no qual Alckmin também apresentou projetos para as áreas de educação, saúde e segurança, acabou dispersando os militantes que, no início da convenção, lotavam o pavilhão. Ao final de sua fala, mais da metade das pessoas já havia deixado o centro de convenções do Expominas.

Alckmin começou com um agradecimento ao anfitrião do evento, o governador Aécio Neves (PSDB), e com críticas ao desempenho econômico do governo Lula. Comparou os atuais índices de crescimento

do Brasil aos do Haiti e prometeu eficiência fiscal.

“Vou direto ao ponto. Meu compromisso é enviar ao Congresso, na primeira semana de governo, projeto de reforma tributária que simplifique o modelo, estimule novos investimentos e busque eficiência.”

Em seguida, atacou o que chamou de “inchaço” da máquina pública. “Vamos cortar esses ministérios criados à toa [pelo governo Lula]; cabides de emprego”, disse.

Nervo exposto

Ponto vulnerável da gestão de Alckmin em São Paulo, a área da segurança pública mereceu destaque na exposição.

“É meu compromisso lançar, na primeira semana de governo, um conjunto de medidas que melhorem a articulação entre as forças da lei e aumentem o trabalho e o resultado da União no setor”, disse Alckmin.

Para cada tópico, o candidato tucano entremeava uma crítica ao governo Lula. “Não preciso lembrar o quadro caótico do atendimento público de saúde, embora o atual presidente o veja como ‘quase perfeito’.”

Alckmin reafirmou sua estratégia de dizer que é tucano a paternidade dos programas sociais unidos no Bolsa-Família, carro-chefe da campanha de Lula. “O atual presidente herdou dos antecessores uma rede de proteção social que, em 2002, se estendia a mais de 38 milhões de brasileiros”, disse.

Na parte final do discurso, o ex-governador se concentrou na crise do mensalão. Episódios como a apreensão de dólares na cueca de um petista, em julho do ano passado, foram lembrados. “O que os brasileiros viram nos últimos anos não tem paralelo na história do nosso país. Nunca houve tanta desfaçatez e tanto banditismo em esferas tão altas da República.”



Onde está o chefe, o líder dos 40 ladrões?

O que os brasileiros viram nos últimos anos não tem paralelo na história do nosso país. Nunca houve tanta desfaçatez e tanto banditismo em esferas tão altas da República

Um líder verdadeiro não pode se omitir, não pode dizer que não sabia, não pode fingir que não tem responsabilidade, não pode achar que nada é com ele

O povo brasileiro não é corrupto, não é mentiroso. O povo brasileiro não é preguiçoso. (...) O povo brasileiro não é cínico

GERALDO ALCKMIN

» NA INTERNET - Leia a íntegra do discurso de Geraldo Alckmin: www.folha.com.br/061624

Nesse ponto, afirmou que quer ser presidente para “restaurar a confiança” da população. Ao encerrar, em tom indignado, se referiu à denúncia da Procuradoria Geral da República no mensalão.

“Que tempos são esses, em que um procurador-geral da República denuncia uma quadrilha de 40 criminosos e no

meio da lista estão ministros, auxiliares do presidente, amigos do presidente? (...) Onde está o chefe, o líder dos 40 ladrões?”, questionou.

O Palácio do Planalto não comentou as declarações.

A convenção referendou, por 384 votos, a candidatura Alckmin e a aliança com o PFL. (VALDO CRUZ, JOSÉ ALBERTO BOMBIG, CATIA SEABRA, PAULO PEIXOTO E SILVIO NAVARRO)

Cúpula tucana queria um texto longo e denso

DOIS ENVIADOS A BELO HORIZONTE DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELO HORIZONTE

“Ao optar por um discurso longo”, opositor do candidato do PSDB à Presidência, o governador Alckmin contrariou a coordenação de comunicação de sua campanha e a ala paulista do partido. Aliados de Alckmin em São Paulo, questionaram a decisão de ler o discurso escrito e recomendado que apelasse para a emoção. Mas, convencido pela cúpula do PSDB, Alckmin preferiu um texto com densidade e venceu. Isso, de que Alckmin deveria falar para o povo, como disse o governador-geral da campanha Sérgio Guerra (PP), tinha que ser um discurso de peso. Não se podia aliar um que ele não tem conteúdo. Foi longo. Mas era preciso para mostrar substância e conteúdo. Argumentou o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o 2º no quesito de base, a oposição e a decisão

Graef, mas o próprio FHC escreveu alguns trechos. Foi um texto a várias mãos. Disse Edison Amarelo, da ANAR, no sábado. Alckmin reconhecia que o discurso era produto de trabalho coletivo. "Nós estamos elaborando um discurso", disse, mas negou que fosse apenas ler um documento escrito pelo burocrata. Isso é muito difícil, né?", reagiu. No sábado, antes de em-

barcar para Belo Horizonte, Alckmin se reuniu com o presidente do PSDB, Tasso Jereissati, e com José Serra, para conversar sobre a linha do discurso. O próprio coordenador de comunicação, Luiz González, participou de reunião com Tasso. Na noite de sexta, já em Minas, González e Alckmin voltaram a debater por uma hora sobre o documento. Havia dúvidas so-

bre o tamanho ideal de discurso. Guerra propôs um texto mais enxuto, por ter que a plateia abandonasse a convenção enquanto Alckmin falasse.

Ficou acertado que fosse planejado um discurso de 30 minutos. Mas Tasso defendia que construisse até uma hora. Foi um risco calculado. "Todos concordamos que o discurso deveria ser propositivo, ainda que demorasse muito",

disse Guerra.

A opção era objeto de polêmica quando, sob o olhar apreensivo dos tucanos, Alckmin iniciou a leitura das 19 páginas de seu texto. "É um bom discurso, mas...", disse o senador Eduardo Azeredo (MG). "Eu falaria um pouquinho menos. Mas tinha muitos pontos interessantes e a entonação estava melhor", comentou o senador Heráclito Fortes (PFL-PA).

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada "Lula liberou R\$ 5,6 mi para entidade ligada ao MLST", publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, do último dia 9 de junho do corrente.

A matéria destaca que a Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária (Anara), fundada e comandada por líderes do Movimento de Liberação dos Sem-terra (MLST), responsável pela invasão violenta da Câmara dos Deputados, é financiada com dinheiro público. Segundo a matéria, "a entidade recebeu, de

1999 a 2006, R\$ 5,7 milhões, dos quais R\$5,6 milhões só do governo do PT".

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requiero que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Lula liberou R\$ 5,6 mi para entidade ligada ao MLST

Bruno Maranhão e Edmilson Lima, acusados de planejar e executar invasão da Câmara, assinaram três dos quatro convênios entre o governo e a Anara

BRASÍLIA

A Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária (Anara), fundada e comandada por líderes do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST), responsável pela invasão violenta da Câmara dos Deputados na terça-feira, é financiada com dinheiro público. A entidade recebeu, de 1999 a 2006, R\$ 5,7 milhões, dos quais R\$ 5,6 milhões só do governo do PT, para assistência a assentamentos dentro do programa de reforma agrária.

A informação está nosite Contas Abertas, especializando em acompanhar a execução do Orçamento da União. Um dos militantes do MLST, Idevanir da Silva, representante do Assentamento Paulo Farin, na cidade de Fraca (MG), afirmou ontem que "os recursos não chegam aos assentamentos" e o dinheiro "deve ser ficado no meio do caminho". Mas, na sede da Anara, em Brasília, a funcionária Elizabeth da Sil-

va Ribeiro confirmou que a associação recebe recursos públicos: "Obviamente que todo movimento social tem de ter ajuda do governo. Receber nós também recebemos, só não sei quanto."

Segundo o Contas Abertas, os dirigentes do MLST Bruno Maranhão e Edmilson de Oliveira Lima, presos sob acusação de envolvimento no planejamento e execução da invasão e do quebra-quebra na Câmara, assinaram como responsáveis três dos quatro convênios entre o governo e a Anara. O site informa que, dos R\$ 5,7 milhões, a maior parte - R\$ 4,2 milhões - foi repassada à associação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a partir de 2005.

De acordo com os dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), os recursos serviriam para a "reestruturação econômica, social e cultural do Assentamento Paulo Faria" e financiariam a realização de cursos e oficinas de capacitação em diversos Estados.

além de 21 encontros regionais da Anara e um nacional.

Parte do dinheiro, segundo o Contas Abertas, foi liberado para a associação um mês depois da visita de Maranhão ao Palácio do Planalto para reivindicar a punição dos assassinos de um líder rural. O site informa ainda

Um dos repasses foi liberado 1 mês após líder ser recebido no Palácio do Planalto

que os repasses federais mais recentes para a Anara foram feitos em fevereiro de 2006, no total de R\$ 1 milhão. Seu primeiro convênio com o governo Lula foi publicado em dezembro de 2003, para repasse de R\$ 250 mil, que só se efetivou em abril de 2005. Esse dinheiro teria sido usado no pagamento de cursos, estudos,

pesquisas, produção de textos, cartilhas e propostas de funcionamento de empresas agrícolas.

O Contas Abertas divulgou também a informação de que, em agosto de 2004, a Anara recebeu mais R\$ 1,1 milhão do Incra, para "reestruturação produtiva, social e cultural de assentamentos", em benefício de 6.234 famílias. Esse repasse foi feito cerca de um mês depois de visita de 14 líderes do MLST, entre eles Maranhão, ao presidente Lula no Palácio do Planalto. Na ocasião, Lula teria prometido aos líderes dar especial atenção à estruturação dos assentamentos e autografou o bonê dos militantes.

Ainda em 2004, a Anara recebeu R\$ 50 mil dessa vez do Ministério do Desenvolvimento Agrário, para "capacitação de agricultores familiares". Além disso, Maranhão e Edmilson de Oliveira Lima teriam recebido "diárias financiadas com dinheiro público para servir de colaboradores eventuais em Brasília".

Invasão custou R\$ 82 mil, indica agenda apreendida com líder

Anotações incluem lista de despesas com passagens de ônibus; uma delas registra: 'Fechar números do PT'

Denise Madureira
Eugênia Lopes
BRASÍLIA

O MLST teria gasto R\$ 82.790 para organizar a invasão da Câmara. A informação consta em uma agenda apreendida por policiais em poder de Bruno Maranhão, um dos principais líderes do movimento. Em dez páginas da agenda há contabilidade detalhada de despesas e, entre outras anotações, uma referência ao PT - partido ao qual é filiado e de cuja Executiva Nacional foi afastado anteontem. Em uma anotação, Maranhão orienta uma mulher, identificada apenas por Raquel, para "fechar os números do PT para comigo e orçamento de passagens".

O PT, por meio de sua assessoria, disse que não fez nenhuma doação ao MLST nem houve pedido para financiar ações. Segundo o PT, Maranhão recebia R\$ 6,8 mil mensais de salário como dirigente partidário. A assessoria informou que a administração do partido está verificando se houve pagamento de passagens para ele.

Na contabilidade anotada na agenda, os quase R\$ 83 mil seriam gastos com caravanas de sem-terra de vários Estados e com alimentação, água, hospedagem, extras e aluguel de carro. Numa anotação, intitulada "gastos extra 2", são especifica-

EXTRATO DA CONTA
0800-82544

KSR

SECRETARIA

ALIMENTAÇÃO	2500,00
ÁGUA	320,00
CEP DE GASTOS	2000,00
ENTRADA	3000,00
RECURSOS GASTOS	6000,00
	7460,00
	73050,00
	73,310,00

GASTOS EXTRA 2

S.P. 680,00 - CARAVAS
M.C. 400,00 FAIXAS
M.E. 300,00 DESLOCAIMENTO LOCAL
980,00

570
270

NOTAS - Página da agenda, com contas sobre os gastos da invasão

das as despesas de R\$ 680 para ônibus, em São Paulo; R\$ 400 com faixas e R\$ 3,2 mil para deslocamento em Minas, Paraná, Goiás, Maranhão, Tocantins, Bahia, Rio Grande do Norte e Alagoas também são listados em página com data 04/06/06 e a inscrição "BSE/MLST".

Em duas páginas são listadas tarefas a serem cumpridas pela mulher chamada Raquel, que

soria secretária de Maranhão. Em uma página há lembretes para "escrever as faixas" e "73 mil (valor de ação)". Em outra são listados nomes de pessoas e de serviços com valores ao lado.

Há também anotações de gastos com telefone e fotocópias. Em outro trecho, um registro: "O medo é a gente voltar sem aceitar o projeto. E não o nosso dinheiro".

PF indicia 42 dos presos por depredar a Câmara

Expedito Filho
BRASÍLIA

A Polícia Federal começou a interrogar ontem os 42 integrantes do MLST presos que foram identificados como autores do quebra-quebra da Câmara. Todos foram qualificados por crimes de corrupção de menor, danos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural e ao da União, formação de quadrilha e lesão corporais simples e grave. Os advogados do MLST chegaram atrasados e não acompanharam os interrogatórios.

Na saída de seu depoimento, Bruno Maranhão se disse injustificado e reclamou de ter passado a noite numo solitário no complexo penitenciário da Papuda. "Tem mais 13 companheiros em solitários e essa prisão é ilegal."

Ele considerou sua prisão arbitrária e disse que na hora da baderna estava no gabinete do deputado Nelson Pellegrino (PT-BA). "Eu queria evitar a tropa de choque. Eu estava com Pellegrino. Tirei todo o pessoal de dentro."

Apenas os 42 identificados no quebra-quebra continuaram presos. Outros militantes que não foram flagrados na invasão terão suas prisões relaxadas. A PF trabalha com o número total de 582 sem-terra que estariam envolvidos no episódio.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “O aristocrata sem-terra”, publicada pela revista **Época**, de 12 de junho do corrente.

A matéria mostra que o líder do MLST – Movimento de Libertação dos Sem-Terra, movimento responsável pela depredação da Câmara dos Deputados no último dia 6 de junho, ocupava o cargo de secretário de Mobilizações Populares da Executiva do Partido dos Trabalhadores e é amigo pessoal do presidente Lula desde a fundação do PT, da qual ambos participaram.

Segundo a matéria, “A proximidade entre o presidente Lula e Maranhão também ajuda a entender as razões do ataque ao Congresso na semana passada”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

O segundo assunto que trago à tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, diz respeito ao artigo intitulado “O busto de Mário Covas e a quebradeira do MLST”, de autoria do ex-presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado pelo jornal **Correio Braziliense**, de 11 de junho deste ano.

O artigo destaca que, apesar do ataque feito pelo MLST contra o Congresso, a democracia se fortalece com a garantia do pleno funcionamento das instituições.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo citado também passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O aristocrata sem-terra

Quem é Bruno Maranhão, o homem que comandou a depredação do Congresso Nacional que deixou 41 feridos

MATHEUS MACHADO e MARCO BATTÉ

Aonda começou com um ar de espetáculo. Em maio de 1997, 400 manifestantes ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) invadiram o Ministério do Planejamento com porcos, patos, galinhas e bodes e puseram um peru na mesa do então ministro. Na ocasião, ainda parecia uma forma bem-humorada e inofensiva de chamar a atenção e de abrir os cofres públicos para a reforma agrária. De lá para cá, invasões de prédios públicos ou de propriedades de autoridades por manifestantes sem-terra passaram a ir além da ousadia pública. Em 2002, cerca de 250 militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocuparam uma fazenda do então presidente, Fernando Henrique Cardoso, em Buntis, Minas Gerais. Durante 22 horas, esvaziaram a adega da fazenda. Alguns deles testaram a cama usada por FHC diante da imprensa.

Na terça-feira 6, mais de 500 manifestantes do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST), um grupo dissidente do MST, invadiram o prédio do Congresso. Depredaram partes da Câmara dos Deputados a pretexto de protestar contra a demora na desapropriação de terras. Armados de paus e pedras, quebraram o que viram pela frente. Deixaram um rastro de vandalismo e um saldo de 41 feridos. Quem estava no comando da operação era um dirigente do PT chamado Bruno Maranhão.

Até quarta-feira, quando foi atestado pela direção do partido, Maranhão tinha assento na executiva nacional do PT. Ocupava o cargo de secretário de Mobilizações Populares. No atual governo, Maranhão foi recebido oficialmente duas vezes pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Palácio do Planalto. A primeira, em junho de 2004. O segundo encontro ocorreu em novembro de 2005, sete meses depois de mais de mil manifestantes do MLST terem invadido o gabinete do ex-ministro da Fazenda Antônio Palocci.

Bruno Maranhão e Lula são velhos amigos, desde a fundação do PT, da qual ambos participaram. Nos primeiros anos do partido, Lula costumava se hospedar na casa de Maranhão sempre que ia ao Recife. Maranhão também já dormiu na Granja do Torto, residência oficial da Presidência, da Re-

pública, a convite de Lula. Ele é um militante sem-terra singular. Não mora em assentamentos rurais nem passa suas noites debaixo de lonas de plástico. Não vem de família pobre nem pode ser considerado um excludo do campo.

Filho de grandes proprietários de terra de Pernambuco, ele tem dois endereços. O primeiro é uma mansão de três pavimentos com elevador panorâmico, onde mora a mãe, no Recife. O segundo é um apartamento duplex no bairro de Engenópolis, habitado pela classe média alta em São Paulo. Antigos atinam que, quando não está discursando contra o sistema capitalista, Bruno adora um bom vinho importado e queijos finos. “Como todo bom burguês”, diz um deles.

A família Maranhão é uma das mais tradicionais de Pernambuco. Com a notoriedade súbita do filho rebelde, o clã foi apresentado pela imprensa como um grupo de usqueiros fáticos. Mas essa qualificação revela apenas parte da história. Os Maranhão continuam prósperos em outras áreas econômicas. São donos de pelo menos oito grandes propriedades no Estado, entre engenhos de cana-de-açúcar e fazendas. Também são proprietários de frigoríficos, de uma rede de lava-jatos de luxo e de lojas em shopping centers. O sobrenome Maranhão tem presença constante nas colunas sociais dos jornais recifenses e porta aberta em qualquer evento da alta sociedade. Engenheiro mecânico, Maranhão é pai de um casal de filhos. O filho, Mário, comanda os negócios da família no Recife. A filha, Alexandra, mora em Nova York.

Bruno Maranhão começou a militância política no início da década de 60, quando tinha 20 anos e ainda estava na faculdade. Voluntarioso, ingressou no antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Seu colega de turma e hoje médico Cláudio Siqueira, de 59, define a personalidade de Maranhão na juventude da seguinte forma: “Certa vez Bruno levou a pior numa briga. Passou um ano treinando artes marciais em segredo. Quase não o víamos mais. Quando se sentiu preparado, foi lá e devolveu a surra ao rapaz”.

Com o golpe militar de 1964, Bruno partiu para a clandestinidade. Insatisfeito com o tom ameno de “partidão”, ajudou a fundar uma dissidência do PCB chamada Corrente Revolucionária. Sob o nome de Partido Comunis-

ta Brasileiro Revolucionário (PCBR), ele e seus companheiros depois realizaram seqüestros políticos e assaltos a bancos para financiar a tal revolução. O cerco apertou e Bruno foi para o exílio, na França e, depois, no Chile. De volta ao Brasil depois da Lei da Anistia, em 1979, ele participou da fundação do PT no ano seguinte. O antigo PCBR metamorfoseou-se na corrente radical interna do PT conhecida como Brasil Socialista. Bruno Maranhão foi o primeiro presidente do PT em Pernambuco.

Em 1997, Maranhão organizou um racha interno do MST e fundou o Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST), organização responsável pelo quebra-quebra no Congresso. A divergência ideológica entre MST e MLST era supostamente a seguinte: o primeiro defendia lotes individuais nos assentamentos, enquanto o segundo acreditava na produção coletiva, como “semente de uma sociedade socialista”. Na época, Maranhão afirmou ter criado o Movimento Zapatista brasileiro, numa referência aos rebeldes mexicanos da província de Chiapas, liderados pelo assim chamado Subcomandante Marcos. Hoje, presente em 12 Estados e comandando cerca de 50 mil famílias, segundo sua coordenação, o MLST é a terceira força entre as mais de cinco dezenas de movimentos de sem-terra existentes no país. Por ele apenas para o MST e para a Contag.

Sobre a invasão da Câmara na semana passada, Maranhão afirmou que se tratou de um “incidente”. “Era para ser uma manifestação pacífica. Eu tinha um planejamento de entrar lá por várias entradas, pacificamente, mas mudou de rumo a manifestação”, disse e.e em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*. Uma fita de vídeo, capturada pela polícia, com o registro de uma reunião de integrantes do MLST no fim de semana anterior ao quebra-quebra na Câmara contradição a versão de Maranhão. A fita mostra que os manifestantes esperavam reação da segurança do Congresso e que a operação havia sido meticulosamente planejada com o objetivo de fazer barulho (*leia o quadro à pag. 41*) e pressionar o governo a liberar mais verbas do Orçamento para o movimento.

A proximidade entre o presidente Lula e Maranhão também ajuda a entender as razões do ataque ao Congresso na semana passada. Entre maio de 1997 e junho de 2006, enquanto as in-

vasões e ocupações dos sem-terra crescem, as reações dos governantes oscilaram entre a brandura, a incúria e a liberação de verbas para tentar acalmá-los. O governo Lula passou a ignorar uma lei, editada na gestão de Fernando Henrique Cardoso, que impede por dois anos a desapropriação de terras invadidas. "Esse tipo de ação prospera por causa da omissão do governo e do PT. O partido sempre aceitou em seu bojo esse tipo de movimento", diz o cientista político Rui Tavares Maluf, professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. "Para minimizar o prejuízo, o partido e o governo fazem a condenação pública a posteriori. Mas não criam condições de prevenção."

A omissão do governo federal no cumprimento da lei, afirma Maluf, tirou os freios dos movimentos de sem-terra. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o número de invasões de propriedades rurais no governo Lula cresceu em relação ao mandato de FHC. Nos três primeiros anos de Lula, houve 1.324 invasões contra 1.195 registradas em igual período do governo FHC. É um aumento de 10%. O número de municípios atingidos pelas invasões também aumentou. Passou de 580 para 688.

Mesmo com esse crescimento dos atos ilegais, o caixa federal continuou aberto. Por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, segundo dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), o governo Lula repassou, entre 2003 e 2005, R\$ 589 milhões para entidades ligadas ao MST e para outras organizações de sem-terra. "Há uma fábrica de sem-terra no país, financiada com dinheiro público. Essas organizações brigam entre si pela primazia de quem mais tira dinheiro do governo", diz o deputado Xico Graziano (PSDB-SP), ex-presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

A invasão do Congresso na semana passada também foi, pelo menos parcialmente, financiada com dinheiro público. O frete de um ônibus que levou manifestantes do MLST do Rio Grande do Norte para o Distrito Federal, no valor de R\$ 7.800, será pago com dinheiro do governo potiguar, comandado por Wilma Faria (PSB). De acordo com o que afirma Didier Ramalho, presidente da Coopertum, cooperativa de Natal, Rio Grande do Norte, que alugou ônibus para os sem-terra. "Não houve autorização nem da Casa Civil, nem da Secretaria de Assuntos Fundiários", diz Rubens Lemos, secretário de Comunicação do governo do Rio Grande do Norte.

O governo Lula também repassou dinheiro para uma organização não-

governamental, a Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária (Anara), ligada ao MLST. De acordo com dados do Siafi, a Anara recebeu R\$ 5,6 milhões dos cofres da União desde 2004. Para ter uma idéia do incremento do orçamento da Anara, basta lembrar que, nos três últimos anos do governo FHC, a entidade recebeu apenas R\$ 75 mil. Na quinta-feira, numa entrevista coletiva convocada pelos militantes rurais, Jutai Morais, representante do MLST, afirmou que o movimento recebe dinheiro da Anara.

Para legitimar a retórica da revolução socialista, a maioria dos movimentos dos sem-terra costuma agitar a bandeira da reforma agrária — uma causa em que todos os governos do período democrático, de José Sarney a Lula, se empenharam, com resultados até agora insatisfatórios ou insuficientes. Especialistas apontam sérias deficiências na maneira como a reforma agrária vem sendo implementada. "Grande parte dos assentados tem baixo nível de escolaridade, pois foi excluída da rede de educação. Eles estão em áreas sem nenhum tipo de infraestrutura", diz Bernardo Mançano, coordenador do Núcleo de Estudos da Reforma Agrária da Universidade Estadual Paulista (Unesp).

"São lotes pequenos, distantes, sem escala nem acessibilidade e sem tecnologia para produzir", afirma Bertha Becker, professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e autora de diversos estudos sobre a Amazônia e o meio ambiente. Como exemplo do que costuma acontecer com os assentamentos, ela cita o índice de evasão em Santarém, no Pará: 70%. "Existe muita propaganda e pouca política de desenvolvimento", afirma Bernardo Mançano. "As pessoas que fizeram reforma agrária no governo Fernando Henrique e as que fazem no governo Lula não acreditam nela. A reforma agrária está sempre em questão, porque nunca é feita plenamente."

Para Maranhão e para o MLST, esse tipo de omissão política acabou funcionando como incentivo para elevar o tom das reivindicações. O que se viu na semana passada pode ter sido apenas um "incidente" carregado de violência. Mas também revela um drama normal: é esquecido o que deve ser tratado sem demagogia: a questão agrária. Na quinta-feira, algemado numa delegacia do Distrito Federal, Maranhão afirmou: "Não sou preso comum. Sou preso político. Jogar a culpa no MLST é elitismo da direita brasileira". Ele teria mais chance de ser respeitado sem a pândadaria. ■

COM ANDREA LEAL

Invasão parlamentar

Fita de vídeo mostra que ação do MLST no Congresso foi planejada

"Vamos dizer ao Brasil que tipo de reforma agrária queremos. Vamos dizer o que essa corja do PFL e do PSDB está fazendo com esse Congresso quando deixou de votar o Orçamento da União"

José Antonio Arruti Baqueiro,
do MLST da Bahia

"Lá tem a segurança legislativa, então não precisa ficar encarando. Vocês vão agir como se estivesse tudo normal, como se estivessem em um supermercado."

Líder não-identificado do MLST,
orientando uma "visita de reconhecimento" antes da invasão

"Vocês vão visitar o salão de baile (Congresso) hoje, vão entrar normalmente. A partir de amanhã vocês estarão lá, vão garantir a principal função de todos os companheiros, que é garantir que três portas não se fechem."

Líder não-identificado do MLST,
dando coordenadas para a invasão

OPINIÃO

O busto de Mário Covas e a quebradeira do MLST

EMAUÍCIO CORRÊA
Advogado

A semana passada rendeu dois fatos de invulgar singularidade na rotina institucional do país. O primeiro refere-se à agressão infligida pelos membros do MLST à Câmara dos Deputados e, por extensão, ao Congresso Nacional. O segundo diz respeito à resposta dada à consulta formulada pelo PL pela Justiça Eleitoral de que a verticalização deve ser aplicada de modo a preservar sua integralidade original. Isso significa dizer que tudo aquilo que se desenhava poder fazer, em termos de coligações partidárias nos estados, se despedaçou em cacos como explosão de granada em loja de louça.

Daqui pra frente, todos ou quase todos os arranjos entabulados pelos partidos deveriam merecer novas avaliações para que, com base nelas, se refizessem alianças, mantendo ou não as já acertadas, marchando sozinhos, ou perdendo-se nos meandros da nova verticalização, conforme decidira o Tribunal Superior Eleitoral.

Se o princípio que sedimentou as bases desse instituto confirmara o formato constitucional de unidade nacional dos partidos, ficava claro que, se determinada agremiação que tivesse candidato à Presidência da República fizesse coligações com outros partidos, todas as candidaturas de governadores nos estados e no Distrito Federal deveriam seguir as. A base do novo édito se fundava, em síntese, no fato de que a regra é de que o partido deve ter candidato à PR, a exceção, as coligações com quem já possui candidato, residindo nas dificuldades de todo esse embróglio nas respostas a serem dadas às dúvidas remanescentes da nova interpretação da corte.

... Ao contrário do que se possa supor, se a maioria dos segmentos partidários o que o TSE fixou foi repudiado, provocando indignação de toda ordem, em juízo isento pode-se afirmar que, a bem do aprimoramento do processo eleitoral, nada nos poderia ter acontecido de melhor, tanto mais que a resolução ora revogada pelo TSE procurava refazer a desordem do processo eleitoral vigente, aperfeiçoando-o já que a tão esperada reforma do sistema eleitoral até hoje não veio.

Surpreendentemente, depois da onda de manifestações dos partidos contra a medida, o TSE acaba de voltar atrás, mantendo o critério da verticalização que prevaleceu para as eleições de 2002. A questão pertinente à segurança jurídica, agora invocada para a meia-volta dada, deveria ter sido avaliada antes do bombástico anúncio da inovação, fato que, sem dúvida, não ficou bem para a Justiça Eleitoral.

Quanto ao vandalismo praticado pela turba comandada pelo senhor Brurô Maranhão, que danificou vidros, luminárias, computadores, terminais e outros bens da Câmara dos Deputados, merece enérgica condenação de toda a consciência nacional. Não é crível que brasileiros malformados se deixem conduzir para os abismos de insanidades desse jazer. A casa que conspurcaram é instituição nacional que, a despeito de todos os defeitos, vícios e condutas reprováveis de muitos de seus membros, deve ser respeitada por todos.

A democracia se fortalece com a garantia do pleno funcionamento das instituições do Estado, sobretudo de seu Poder Legislativo, jamais podendo ser atacadas pela barbárie desordeira, como fizeram os trogloditas que, não só cometeram graves crimes pelos quais devem ser punidos, como, igualmente, têm que

ressarcir o Estado pelos danos causados ao patrimônio do povo. As melhorias sociais que buscam conquistar podem ser até legítimas. O processo para alcançá-las, entretanto, só pode ser feito pela via legal, nunca por meio de expedientes irracionais como os adotados.

Para que as instituições nacionais se fortifiquem, torna-se imperioso que os responsáveis pelos atentados respondam civil e criminalmente pelo que fizeram de ruim e condenável. Só assim o exemplo valerá como antidoto contra novas investidas. Em qualquer plano que os segmentos sociais desejem a atuação dos poderes do Estado, nada há que se possa fazer se não se observar a lei.

O que não se entende é que, talvez por excesso de escrúpulos ou pudor, não tenha o presidente da Câmara dos Deputados permitido que a polícia militar do DF presente, colaborasse com a segurança da casa, para conter, de forma mais efetiva, a sanha dos depredadores dos bens públicos danificados. Se fosse usar a polícia para reprimir quem ordeiramente estivesse postulando seus direitos, vá lá, mas se omitir diante do assalto cometido pelos agressores do MLST, é demais. Foi lamentável!

Mário Covas foi uma das figuras mais dignas da vida pública brasileira. Suas ações pautaram-se sempre pela ética, seriedade e obediência à lei. Entre os bens patrimoniais destruídos pela estupidez da horda invasora achava-se seu busto. O que querem o senhor Maranhão, da Executiva do PT, comandante do MLST, e seus licerados, é o perecimento da democracia, o desrespeito à lei e à ordem. Covas é exemplo vivo a ser seguido. Jamais sua memória poderia ser enlameada por mãos tão covardes e sujas.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é parte indissociável da atividade política no Parlamento destacar os pontos positivos de qualquer ação levada a cabo pelo serviço público. Não podemos ser contaminados por aquela visão antiquada e amesquinhada em que os servidores públicos não seriam mais do que meros “barnabés” buscando sugar os recursos do Estado.

O servidor público muitas vezes demonstra uma face inovadora e criativa, capaz de propor soluções adequadas a diferentes recantos da administração governamental. Prova inequívoca dessa tendência a inovar são os resultados encontrados nos inúmeros prêmios destinados às iniciativas ou idéias que visam à melhoria contínua dos serviços prestados à população brasileira.

Todo este preâmbulo, Sr. Presidente, prende-se a um objeto concreto. Há pouco, recebi o Relatório de Atividades da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) referente ao ano de 2005. Digasse, num parêntese, que a própria criação da Anvisa, em 1999, se mostrou uma das mais brilhantes iniciativas para melhorar a vida dos brasileiros. Diria, inclusive, que nunca, em nossa história, a Saúde Pública foi levada tão a sério e tratada de modo tão responsável.

Mas, fechado o parêntese, volto ao relatório para dizer que toda a edição está centrada na questão da **Excelência**. Mas o que vem a ser exatamente isso?

Com palavras certas, a Anvisa conceitua excelência como “(...) o estabelecimento de um conjunto de premissas definidoras da atuação dos órgãos públicos, no sentido de que atendam da melhor maneira possível os distintos segmentos que dependem de seu desempenho técnico e administrativo”.

Em suma, a Agência vem perseguindo, repetidamente, a melhoria dos serviços que presta à população.

Citando novamente o Relatório, “...em continuidade à [...] estruturação [inicial da Anvisa], a atual presidência da Agência estabeleceu como um dos três eixos de seu marco de gestão a excelência na prestação de serviços. A melhoria do desempenho técnico da Anvisa enquanto instituição pública tem sido buscada incessantemente em todas as suas frentes de atuação. Padrões de qualidade e esquemas de trabalho vêm sendo constantemente avaliados e revistos, tendo o aperfeiçoamento das atividades e ações servido como

foco permanente da preocupação dos dirigentes e profissionais da Anvisa”.

O trecho reproduzido, em verdade um pouco longo, é, todavia, essencial para mostrar a todos a preocupação do Governo em melhorar os serviços prestados ao povo brasileiro. Diria, inclusive, que a Anvisa se tornou um ponto de referência em termos de qualidade na Administração Pública – e não apenas em relação ao Brasil, mas até mesmo em nível internacional.

Agindo, sempre no sentido de melhorar a atuação em sua área fim, a Anvisa vem promovendo autênticas revoluções silenciosas na Vigilância Sanitária Brasileira. Vejamos algumas.

A primeira é a implantação dos medicamentos fracionados. Trata-se de medida democrática e adequada para estender o acesso aos remédios para os mais pobres, que agora podem comprar o que necessitam na medida certa. De outro lado, é importante porque evita desperdícios, resultantes do consumo de medicamentos além da medida necessária ou por pessoas que não tenham necessidade deles.

A segunda é a revisão da legislação e das normas referentes à inspeção das empresas fabricantes ou distribuidoras de remédios que porventura realizem o fracionamento.

A terceira é a regulamentação do comércio de produtos à base de colas, **thinner** e adesivos. A medida objetiva, principalmente, coibir o uso, com fins psicotrópicos, da chamada “cola de sapateiro”.

Em quarto lugar, em abril de 2005, a Agência deu início às atividades para elaborar a regulamentação das Boas Práticas em Serviços de Saúde, que busca implementar ações não regulamentadas em normas legais, mas que tenham o intuito de melhorar a qualidade da atenção prestada em serviços de saúde.

Em suma, esses são apenas alguns poucos exemplos do que a Anvisa tem realizado pelo Brasil. Todos eles, no entanto, têm algo em comum: a busca incansável pela excelência, pela qualidade e pela prestação de serviços que nos façam orgulhosos de sermos brasileiros.

Obrigado, Anvisa!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, desejando que o Brasil ganhe o jogo de hoje, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA**1****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 286, DE 2006**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 286, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte, no valor global de duzentos e cinquenta milhões e quinhentos mil reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador Marcelo Crivella

Prazo final: 6.7.2006

2**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO****Nº 17, DE 2006**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 287, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 287, de 2006), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e sessenta e um milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e noventa e seis reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

Prazo final: 9.8.2006

3**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO****Nº 18, DE 2006**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 288, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2006, (proveniente da Medida Provisória nº 288, de 2006), que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2006, e estende a todos os aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social o mesmo percentual aplicado ao Salário Mínimo; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986, e das Leis nºs 7.789, de 3 de julho de 1989, 8.178, de 1º de março de 1991, 9.032, de 28 de abril de 1995,

9.063, de 14 de junho de 1995, 10.699, de 9 de julho de 2003, e 10.888, de 24 de junho de 2004; e revoga o Decreto-Lei 2.351, de 7 de agosto de 1987, as Leis nºs 9.971, de 18 de maio de 2000, 10.525, de 6 de agosto de 2002, e 11.164, de 18 de agosto de 2005, e a Medida Provisória nº 2.194-6, de 23 de agosto de 2001.

Relator revisor:

Prazo final: 11.8.2006

4**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 289, DE 2006**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 289, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de setecentos e trinta e oito milhões de reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

Prazo final: 21.8.2006

5**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 290, DE 2006**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 290, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, setecentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, duzentos e cinquenta e oito reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

Prazo final: 23.8.2006

6**SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 64, DE 1999**

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substituto à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao

inciso XI do art. 84 da Constituição Federal (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

7

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

(Votação nominal, se não houver emendas)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2000

(Votação nominal)

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, e 28, de 2000)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera disposições da Constituição Federal, tornando de execução obrigatória à programação constante da lei orçamentária anual*.

Pareceres sob nºs 103, de 2004, e 443, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges – 1º pronunciamento (sobre as Propostas): favorável, e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, 28, de 2000, e 24, de 2003, que tramitam em conjunto; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 1 a 4, de Plenário): pela aprovação das Emendas nºs 1 a 3, na forma de subemendas que apresenta, e da Emenda nº 4.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 77, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 22 e 28, de 2000)

Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que *imprime força cogente à lei orçamentária anual, acrescentando dispositivos ao art. 165 e alterando o inciso VI do art. 167, ambos da Constituição Federal*.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2000

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, e 22, de 2000)

Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *dá nova redação ao inciso I do § 9º do art. 165, ao caput do art. 166 e acrescenta novo parágrafo ao mesmo artigo da Constituição Federal*. (Dispõe sobre plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais).

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2002

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal* (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

13**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2006**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2006 (nº 536/97, na Câmara dos Deputados), que *dá nova redação aos arts. 23, 30, 206 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta § 5º ao art. 211 da Constituição Federal* (dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb).

Parecer sob nº 486, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

14**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2000**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), que *determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 249 a 251, de 2006, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta;

– de Serviços de Infra-Estrutura (em audiência, nos termos do Requerimento nº 711, de 2005), Relator: Senador Valdir Raupp; e

– de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Lúcia Vânia.

15**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2003 (nº 39/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Regulação da Profissão de Agente de Segurança Privada e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 2.146 e 2.147, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Alvaro Dias, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

16**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público*.

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Osmar Dias, favorável ao Projeto e à Emenda de Redação nº 1-CRA.

17**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004 (nº 708/2003, na Casa de origem), que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista* (altera a área de atuação de jornalistas e dispõe sobre suas funções).

Parecer sob nº 157, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, de redação, que apresenta.

18**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que *dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996* (torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar).

Parecer sob nº 1.644, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Cristovam Buarque, favorável, com Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2005 (nº 2.898/2004, na Casa de origem), que *altera artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir aos aprendizes a conclusão do ensino médio e jornada reduzida.*

Parecer sob nº 532, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos.*

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação.*

Parecer favorável, sob nº 1.870, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 137, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2005 (nº 3.849/2004, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como Ano da Juventude.*

Parecer favorável, sob nº 557, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora *ad hoc*: Senadora Iris de Araújo.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2006 (nº 4.473/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia do Radialista.*

Parecer favorável, sob nº 477, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2006 (nº 4.842/2005, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus.*

Parecer favorável, sob nº 479, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Roseana Sarney.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2006 (nº 5.180/2005, na Casa de origem), que *declara o sociólogo Florestan Fernandes patrono da Sociologia brasileira.*

Parecer favorável, sob nº 551, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2006 (nº 3.952/2004, na Casa de origem), que *estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.*

Parecer favorável, sob nº 664, de 2006, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Ana Júlia Carepa.

27

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 150, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

28

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 1999

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.*

Pareceres sob nºs:

– 425, de 2002, e 272, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento, Relator: Senador José Fogaça, favorável, com voto em separado do Senador Bello Parga; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 523, de 2002), Relator: Senador Marcelo Crivella, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que apresenta; e

– 1.071, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (em audiência, nos termos do Requerimento nº 254, de 2005), Relator: Senador Gerson Camata: favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

29

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 2002 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que *autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do*

art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Parecer sob nº 288, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que *estabelece que a fiscalização das empresas de fomento mercantil (factoring) será feita pelo Banco Central do Brasil e pelo Ministério Público Federal.*

Parecer sob nº 437, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Edison Lobão, concluindo contrariamente à matéria.

32

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 29 minutos.)

(O.S.: 13883/2006)

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 298, DE 2006, ADOTADA EM 20 DE JUNHO DE 2006 E PUBLICADA NO MESMO DIA DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ABRE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO, EM FAVOR DE OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO, NO VALOR DE R\$ 1.000.000.000,00 (UM BILHÃO DE REAIS), PARA O FIM QUE ESPECIFICA".

CONGRESSISTA	EMENDA Nº
FERNANDO DINIZ	1

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00001

Mensagem 052/2006-CN

MPV 298/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---------------------	--------------------

TEXTO

Inclua-se no Projeto, onde couber, o seguinte artigo:

Art. Fica autorizada a utilização de recursos controlados do crédito rural, até 29 de dezembro de 2006, para a região da **ADENE**, em operações de crédito no valor necessário à liquidação de parcelas vencidas entre 2001 a 2006, inclusive os respectivos encargos de inadimplemento:

I - de operações de alongamento ou renegociadas ao amparo da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, inclusive aquelas formalizadas de acordo com a Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, e alterações posteriores;

§ 1º O alongamento ou renegociação destes débitos atingirão até o ano de 2000 nas mesmas condições da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, para a região da **ADENE**.

§ 2º A formalização das operações de que trata o **caput** deverá ocorrer até o dia 29 de dezembro de 2006.

§ 3º A medida de que trata o **caput** aplica-se também às operações alongadas ou renegociadas com base na Lei nº 9.138, de 1995, adquiridas ou desoneradas de risco pela União nos termos do disposto no art. 2º da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001.

§ 4º Fica autorizada a repactuação de dívidas, nas condições acima, oriundas de operações de crédito rural, de quaisquer fontes de recursos e agentes financeiros, contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – **ADENE**, inclusive as operações originalmente contratadas ao amparo dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – **FNE**, do Fundo de Amparo ao Trabalhador – **FAT**, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – **BNDES**.

JUSTIFICAÇÃO

Neste período de 1998 a 2000 a atividade rural foi afetada por secas reconhecidas pelo Governo Federal e, a partir do ano de 2001, os juros se tornaram fixos para a região da **ADENE** e, ainda, várias linhas de financiamento a exemplo do **BNDES** vigoram juros indexados pela **TJLP**, mesmo para setores prioritários, destacando a fruticultura, etc. Esta é a oportunidade de corrigir estas graves distorções que ainda existem no crédito rural desta região diferenciada constitucionalmente

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	FERNANDO DINIZ	MG	PMDB
DATA	ASSINATURA		
26/06/06			

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 144 , DE 2006

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 320, do Regulamento Administrativo, conforme a redação dada pela Resolução nº 9, de 1997,

R E S O L V E:

I - Designar para integrar o Grupo Especial de Trabalho - GET, de apoio à Comissão Especial de que trata Portaria nº 110, de 2006, do Diretor-Geral, destinada a propor, orientar, programar e executar o calendário das comemorações dos 180 anos do Senado Federal, o servidor Eduardo Figueira Marques de Oliveira, matrícula 30068.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com os seus efeitos a partir do dia 26 de junho de 2006.

Senado Federal, 27 de junho de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1141 DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 15 da Resolução nº 9, de 1997, e pelo Ato nº 50, de 2004, do Presidente do Senado Federal, RESOLVE dispensar o servidor **VILMAR BONFIM AYRES DA FONSECA**, matrícula nº 51709, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo/Segurança do Quadro de Pessoal do Senado Federal, da Função Comissionada, Símbolo FC-7, de Consultor Técnico, da Consultoria da Diretoria do Prodasen - CON, e designá-lo para exercer a Função Comissionada, Símbolo FC-7, de Chefe de Gabinete Administrativo da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal - PRODASEN.

Senado Federal, 26 de junho de 2006.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1142 DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 15 da Resolução nº 9, de 1997, e pelo Ato nº 50, de 2004, do Presidente do Senado Federal, RESOLVE dispensar a servidora **ROSA MARIA DE JESUS**, matrícula nº 104180, ocupante do cargo de Técnico de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal - PRODASEN, da Função Comissionada, Símbolo FC-7, de Secretária-Executiva, e designá-la para a Função Comissionada, Símbolo FC-07, de Consultor Técnico, da Consultoria da Diretoria do Prodasen - CON, da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal PRODASEN.

Senado Federal, 26 de junho de 2006.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1143 DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 15 da Resolução nº 9, de 1997, e pelo Ato nº 50, de 2004, do Presidente do Senado Federal, RESOLVE dispensar o servidor **JAIRO JOSÉ DE OLIVEIRA**, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Informática Legislativa, matrícula 102160, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete Administrativo da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal PRODASEN, Símbolo FC-7, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Secretário de Coordenação e Execução, Símbolo FC-8, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal - PRODASEN.

Senado Federal, 26 de junho de 2006.

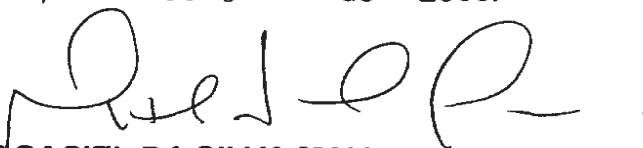


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1144 DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 15 da Resolução nº 9, de 1997, e pelo Ato nº 50, de 2004, do Presidente do Senado Federal, **RESOLVE** dispensar o servidor **MARCELO ANDRADE DE JESUS**, ocupante do cargo efetivo de Analista de Informática Legislativa, matrícula 105329, da Função Comissionada de Chefe do Serviço de Administração de Dados da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal - PRODASEN, Símbolo FC-7, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Diretor da Subsecretaria de Atendimento às Áreas Legislativa e de Plenário, Símbolo FC-8, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal - PRODASEN.

Senado Federal, 26 de junho de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1145, de 2006

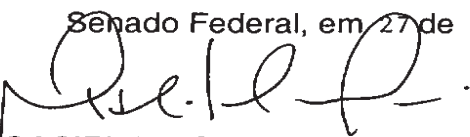
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997, e pelo Ato nº 169, de 2003, do Presidente do Senado Federal,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **BEATRIZ DIAS DE FARIA SENA**, matrícula 52120, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, e, na sua ausência, o servidor **EDMILSON FERREIRA DA SILVA**, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, matrícula 45679, para substituírem o Diretor da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade, nos seus impedimentos e afastamentos eventuais.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de junho de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1146 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 006.815/06-5,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 824, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3476, de 10/05/2006, que nomeou **ROBERTA PARO SIMÕES DE CAMPOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Senado Federal, com lotação e exercício na Comissão de Assuntos Econômicos, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do artigo 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 27 de junho de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1147 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 009690/06-9,

RESOLVE designar o servidor **GILSON CINTRA**, matrícula 43865, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria Especial de Comunicação Social, a partir de 20 de junho de 2006.

Senado Federal, 27 de junho de 2006.

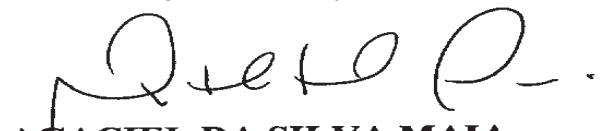

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1148, DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 009814/06-0,

RESOLVE designar a servidora ANA VALÉRIA ARAÚJO DE ASSIS MONÇÃO, matrícula 51394, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Leonel Pavan, a partir de 19 de junho de 2006.

Senado Federal, 27 de junho de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1149, DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 009426/06-0,

RESOLVE dispensar o servidor ESDRAS OLIVEIRA LIMA, matrícula 41108, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria-Geral da Mesa, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Montagem das Notas Taquigráficas da Subsecretaria de Supervisão Taquigráfica do Plenário, a partir de 09 de junho de 2006.

Senado Federal, 27 de junho de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1150, DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 009421/06-8,

RESOLVE designar o servidor DOMINGOS SAVIO DO NASCIMENTO, matrícula 19383, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria de Taquigrafia, a partir de 09 de junho de 2006.

Senado Federal, 27 de junho de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1151, DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 009668/06-3,

RESOLVE dispensar o servidor HONORATO DA SILVA SOARES NETO, matrícula 46714, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria de Serviços Gerais, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete da Segunda Vice-Presidência, a partir de 20 de junho de 2006.

Senado Federal, 27 de junho de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1152, DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 009634/06-1,

RESOLVE dispensar o servidor ALFREDO JOSÉ TARDIM, matrícula 30421, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Áudio da Subsecretaria de Taquigrafia, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Apoio Operacional da Subsecretaria de Registro Taquigráfico do Plenário, da Secretaria de Taquigrafia, a partir de 09 de junho de 2006.

Senado Federal, 27 de junho de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1153, DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 009318/06-2,

RESOLVE dispensar a servidora LENA MARCIA BAHIA DE MENEZES, matrícula 29248, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Supervisão Taquigráfica da Subsecretaria de Taquigrafia, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Diretor de Subsecretaria, Símbolo FC-8, da Subsecretaria de Supervisão Taquigráfica do Plenário da Secretaria de Taquigrafia, a partir de 09 de junho de 2006.

Senado Federal, 27 de junho de 2006.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1154 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 009423/06-0,

RESOLVE dispensar a servidora PATRÍCIA LISBOA FREIRE TALARICO, matrícula 35273, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Montagem de Notas Taquigráficas de Comissões da Subsecretaria de Registro e Apoio a Reuniões de Comissões, a partir de 09 de junho de 2006.

Senado Federal, 27 de junho de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1155 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 009321/06-3,

RESOLVE dispensar a servidora JOSI DOS SANTOS POLITI, matrícula 50080, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Registro Taquigráfico em Comissões da Subsecretaria de Taquigrafia, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, da Subsecretaria de Registro Taquigráfico do Plenário, a partir de 09 de junho de 2006.

Senado Federal, 27 de junho de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1156 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 009319/06-9,

RESOLVE dispensar a servidora DULCE INES PORTACIO, matrícula 33409, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Apoio Operacional da Subsecretaria de Taquigrafia, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Apoio Técnico-Administrativo da Secretaria de Taquigrafia, a partir de 09 de junho de 2006.

Senado Federal, 27 de junho de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1157 , DE 2006**

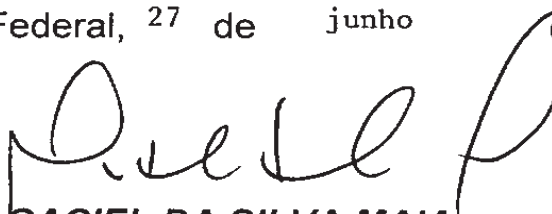
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato n.º 9, de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores FRANCISCO MÁRIO RIBEIRO BARROS, matrícula n.º 42472, e TADEU IZIDRO PATROCÍNIO DE MORAES, matrícula n.º 25772, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo n.º 009207/06-6 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1158, DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 009420/06-1,

RESOLVE dispensar o servidor **HEBER OLIVEIRA LIMA**, matrícula 103643, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Informática Legislativa, da Função Comissionada de Assistente de Auditoria, Símbolo FC-6, da Secretaria de Controle Interno, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Supervisão Taquigráfica da Subsecretaria de Supervisão Taquigráfica do Plenário, a partir de 09 de junho de 2006.

Senado Federal, 27 de junho de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza*
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Iris de Araújo*^S
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros*
PFL – Jonas Pinheiro**
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna*
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão**

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**^S
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa**

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen*
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan**

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – João Tenório**^S

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves*
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias*
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PTB – Antônio João**^S
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque**
PFL – Paulo Octávio**

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro**
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney*
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotonio Vilela Filho ⁴ (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Ney Suassuna	PB	4345	1. (Vago) ³		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Gilvam Borges ²	AP	1717
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Serys Shhessarenko ² (PT)	MT	2291
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES) até 3.5.2006, licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

⁴ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 9.6.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁴ Licenciado a partir de 4.5.2006, de acordo com Requerimento nº 498, de 2006, publicado no DSF de 3.5.2006.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	(VAGO) ³	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Vaga ocupada por Daniel Koslowsky Herz, falecido em 30.5.2006.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)
PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO”
Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 9.6.2006

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



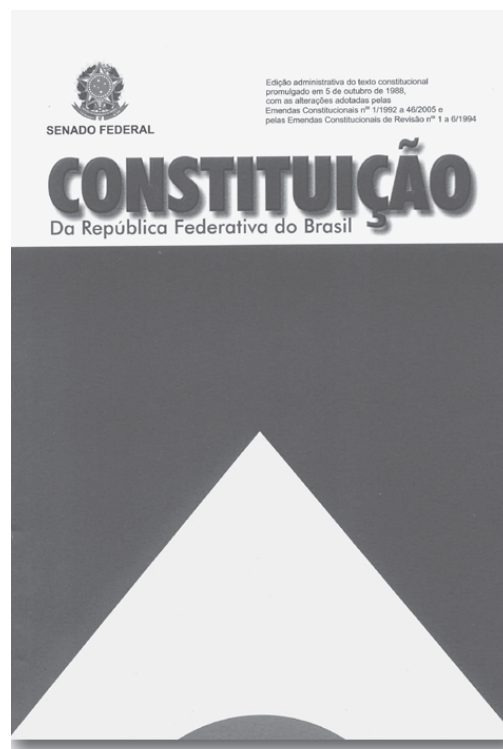
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil (modelo livro)

Publicação com atualização permanente. Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988, o texto integral das Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e das demais emendas constitucionais e índice temático.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 146 PÁGINAS